



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

VÂNIA PEREIRA MORAES LOPES

**A INTERVENÇÃO DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR: análise das diretrizes e ações no município de Feira
de Santana – BA (2001–2008)**

Feira de Santana – BA
2013

VÂNIA PEREIRA MORAES LOPES

**A INTERVENÇÃO DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR: análise das diretrizes e ações no município de Feira
de Santana – BA (2001–2008)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do grau de Mestre em Educação, na área de concentração Educação, Sociedade e Culturas, sob a orientação da

Prof.^a Dr.^a Antonia Almeida Silva

Feira de Santana – BA
2013

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

L856i Lopes, Vânia Pereira Moraes
 A intervenção do empresariado na educação escolar: análise das
diretrizes e ações no município de Feira de Santana – Ba (2001-
2008) / Vânia Pereira Moraes Lopes. – Feira de Santana, 2013.
146 f. : il.

Orientadora: Antonia Almeida Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de
Santana, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

1. Política educacional. 2. Sistema municipal de ensino – Feira
de Santana, BA. 3. Responsabilidade social empresarial. I. Silva,
Antonia Almeida, orient. II. Universidade Estadual de Feira de
Santana. III. Título.

CDU: 37.014.5

A INTERVENÇÃO DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: análise das
diretrizes e ações no município de Feira de Santana – BA (2001–2008)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação pela
Universidade Estadual de Feira de Santana, tendo como banca examinadora:

Prof.^(a). Dr.^(a). Antonia Almeida Silva – Orientadora
Doutora em Educação, Universidade de São Paulo – USP
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Prof. Dr. André Silva Martins – Primeiro Examinador
Doutor em Educação, Universidade Federal Fluminense – UFF
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Prof. Dr. Welington Araújo Silva – Segundo Examinador
Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Aos *Professores e Estudantes* da rede Municipal de Educação de Feira de Santana com os quais, e pelos quais, aprendi a lutar, na defesa de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e que atenda aos interesses da classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui, no momento de escrever os agradecimentos, significa que atravessamos, ou estamos em vias de atravessar, a linha de chegada... Portanto, este é um momento muito especial, no qual não poderia deixar de externar a minha gratidão àquelas pessoas que, de modo especial, fizeram parte deste percurso, seja por ter ajudado a carregar o fardo, através do apoio durante a caminhada, seja pelas ausências em outras frentes de lutas, como na família e na militância política. Por isso, os meus agradecimentos, carinho e gratidão, especialmente a

Minha família e amigos: Andrezinho, Layze, André, Alda, João, Aldenice, Ivã, Antonio, Aldito, Lúcia, Almir, Ademir, Jeane, Ivan, Helena, Hiram e Marília, pelo carinho e compreensão quando, em muitos momentos, precisei estar ausente. Obrigada pelo incentivo e a torcida constante.

Aos amigos, Zito, Claudiano, Jhonatas e Georgia, pelos debates e disposição para a luta.

“Parceiros” da Academia: Professores do Mestrado: Ludmila, Denise, Marinalva e Solange Mary, pelas discussões durante as aulas. Muito aprendi com vocês;

A “Turma dos 13”, como ficou conhecida a (nossa) primeira turma do Mestrado em Educação da UEFS, pelas importantes discussões e trocas de ideias, ainda que compartilhando posições teóricas e políticas diferentes. A ternura sempre foi um elemento presente;

Aos companheiros do Centro de Estudos e de Documentação em Educação (CEDE), pelo aconchego e os debates em torno das políticas educacionais.

Aos companheiros do Grupo LEPEL/UEFS, em especial, a Edson, companheiro de luta também na rede municipal. Obrigada pelas leituras e sugestões feitas ao texto. A Elson Moura, William Lordelo, Roseane, Ulisses, Alan, Raquel, Luiz Carlos, Edilberto, Nathalya, Jaqueline, Inah, Michael, Jamildo, pela amizade e debates nas reuniões do grupo.

A Celi Taffarel e Claudio Lira, ambos do LEPEL/UFBA, pelo exemplo de militância e por ajudar a manter viva a chama da revolução.

Ao Prof. Dr. Welington Araújo Silva e Prof. Dr. André Silva Martins pelas contribuições e sugestões durante a defesa.

Companheiros de luta em defesa da educação pública (professores e alunos): Ao Grupo de Estudos Educação em Debate (GEED), em especial a Ana Verena, Edson, Fernanda, Karla, Sheila e Vivian, pelas batalhas enfrentadas, mesmo aquelas sem vitórias imediatas.

As professoras Alaíde, Ana Lúcia, Cristiane, Dayane, Layane e Zélia por sempre estar a postos nos momentos de enfrentamento na rede municipal.

Aos meus colegas, professores e alunos, da Escola Antônio Brandão de Souza (Humildes) e do Núcleo Cândido Vitoriano de Cerqueira (Escoval-Humildes), vocês sempre foram a razão especial para me fazer continuar a caminhada.

De modo **especial** a Prof^a. Dr^a. Antonia Almeida Silva, minha (querida) orientadora, que com muita ternura apresentou-me o caminho das pedras, ou melhor, da pesquisa. Agradeço a paciência, delicadeza, rigurosidade, comprometimento e conhecimento dispensado durante todo o percurso da pesquisa. A você, Antonia, os meus sinceros agradecimentos.

Professores, despertar é preciso!

Na primeira noite eles vieram e arrebataram os **professores leigos** da sala de aula sem dar uma formação adequada, alegando que não tinham nível superior. E concordei, afinal, eu tinha licenciatura e queria o lugar dele.

Na segunda noite eles vieram e retiraram o **FGE**, mas eu não me importei, pois não era diretor.

Em seguida já nem se esconderam. Retiram **os 15% dos coordenadores** e ainda avisam que somente existe especialista em educação. Mas não me preocupei, eu não era coordenador.

Passou-se algum tempo e resolveram **privatizar a educação**, através [de *parcerias com empresas* e] das cooperativas com a inserção de estagiários sem nenhuma garantia trabalhista, mantendo-os com salários baixos e atrasados, mesmo assim, não dizemos nada, pois não éramos estagiários.

Não contente com tudo o que já haviam usurpado, resolveram levar a **merenda** e o **transporte escolar** de qualidade, o **livro didático**, **os prédios em condições dignas** de funcionamento... e mesmo assim, não falamos nada... afinal, para que se importar com os alunos. Finalmente, o grupo todo entra em nossa escola, rouba- nos o **Plano de Carreira**. Tripudiam do **FGE dos diretores**; desconsideram a **função do coordenador**; ameaçam o **auxílio deslocamento**; e ainda, não asseguram o nosso **salário inicial em 1,75** em relação ao mínimo. E porque não dissemos nada, eles cumprem a sua missão.

Até que um dia, descobri que além de mim, outros companheiros estavam descontentes, então resolvemos dar um basta naquilo tudo. E por não concordar ficar só observando, resolvemos que ao menor gesto de tentativa de retirada dos nossos direitos, iríamos gritar para que todos ouvissem nosso lamento e viessem fazer conosco, o coro pela defesa da educação. **É preciso Lutar... É possível Vencer.**

(Adaptação do poema de Vladimir Maiakóvski, GEED, 2009)

RESUMO

Esta pesquisa problematiza a intervenção do empresariado nas políticas educacionais empreendidas na rede municipal de educação de Feira de Santana – BA, no período de 2001 a 2008. Para isso, o estudo elegeu como questão central de investigação: quais são as diretrizes do empresariado para a educação e como elas se materializam em políticas educacionais para o sistema municipal de educação de Feira de Santana? A inserção do empresariado enquanto formuladores de políticas educacionais, através de suas organizações sociais, remonta aos processos de reforma administrativa da década de 1990, e apresenta como argumento a suposta incapacidade do Estado em garantir os direitos sociais, deslocando este papel para as organizações públicas não-estatais. Como objetivo buscou-se analisar as concepções e ações dos programas de parcerias entre o empresariado e o governo municipal de Feira de Santana. A pesquisa baseou-se na análise de conteúdo qualitativa, e procurou articular a análise política das políticas educacionais proposta pelo empresariado e acolhidas pelo governo municipal, através de programas de parcerias, entre 2001 a 2008, tomando como principais categorias de análises os conceitos de Estado e Responsabilidade Social Empresarial. O *corpus* do estudo foi constituído de documentos oficiais, impressos e digitais, que indicaram diretrizes das políticas educacionais do governo municipal de Feira de Santana; notícias de jornais impressos e digitais que apontaram aspectos sobre a educação municipal e; documentos dos programas resultantes de parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana e empresas, no período de 2001 a 2008. Identificou-se que, entre os anos de 2001 a 2004, as parcerias se caracterizaram por ações de programas mais pontuais, intensificando suas ações na segunda gestão do prefeito José Ronaldo de Carvalho, entre 2005 a 2008, quando as estratégias de parcerias e intervenções do empresariado tomaram novos contornos, tornando-se mais refinadas e duradouras. O foco passou a ser a gestão educacional eficiente e os programas voltados para o meio ambiente e inclusão social, tornaram-se mais abrangentes. O estudo concluiu que as intervenções do empresariado nas políticas educacionais, sob a égide da responsabilidade social empresarial (RSE), vêm se constituindo num importante vetor para a promoção da imagem das empresas como promotores de serviços sociais, tendo como mote a implantação de um modelo eficiente e um padrão de produtividade, encontrado na gestão empresarial.

Palavras chave: Estado; parceria empresa-escola; Responsabilidade Social Empresarial.

ABSTRACT

This research discusses the involvement of the business community in educational policies undertaken in the municipal education Feira de Santana - BA, in the period 2001-2008. For this study elected as central research question: what are the guidelines for entrepreneurship education and how they materialize in educational policies for the municipal education Feira de Santana? The insertion of the business while educational policy makers, through their social organizations, dating back to the processes of administrative reform of the 1990s, and has as argument the alleged inability of the state to guarantee social rights, shifting this role for public non-state actors. Aim sought to analyze the concepts and actions of partnership programs between business and the municipal government of Feira de Santana. The research was based on qualitative content analysis, and sought to articulate the political analysis of educational policies proposed by the business and accepted by the city government, through partnership programs between 2001-2008, taking as main categories of analysis the concepts of State and Corporate Social Responsibility. The *corpus* of the study consisted of official documents, print and digital, which indicated guidelines of the educational policies of the municipal government of Feira de Santana; newspaper reports indicated that print and digital aspects of education and municipal; documents programs resulting from partnerships between the Municipal Education Feira de Santana and companies in the period 2001-2008. It was found that between the years 2001 to 2004, partnerships were characterized by actions more specific programs, intensifying their actions in the second administration of Mayor Jose Ronaldo de Carvalho, from 2005 to 2008, when the partnership strategies and interventions entrepreneurs took new shape, becoming more refined and enduring. The focus became the management and efficient educational programs focused on the environment and social inclusion have become more comprehensive. The study concluded that the interventions of entrepreneurship in education policy under the umbrella of corporate social responsibility (CSR), hereby becoming an important vector for the promotion of corporate image as promoters of social services, having as theme the implementation of a model efficient and standard productivity found in business management.

Key words: State; school-business partnerships; Corporate Social Responsibility.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

Quadro 01 - Teses e dissertações sobre a intervenção do empresariado na agenda das políticas educacionais brasileiras 2001-2011	45
Quadro 02 - Distribuição das dissertações e teses por região – 2001-2011	47
Gráfico 01 - Distribuição das teses e dissertações por Universidade – 2001-2011	47
Gráfico 02 - Pesquisas que qualificam a parceria Empresa/Escola positivamente	49
Tabela 01 - População residente de 10 anos ou mais de idade, por sexo, situação do domicílio e taxa de alfabetização - Bahia e municípios selecionados – 2000	57
Tabela 02 - Feira de Santana – matrícula inicial por etapa da educação básica, dependência administrativa e localização – 2000	59
Tabela 03 - Feira de Santana – número de estabelecimentos, por localização, dependência administrativa – 2000	60
Quadro 03 - Empresa e o ramo de atividade, instituições e programas de parceria com a Secretaria Municipal de Educação - 2001-2008	73
Figura 01 - Resultados do IDEB: Municípios com SGI implantado	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antonio Carlos Magalhães
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDAC	Centro de Educação e a Documentação para Ação Comunitária
CIS	Centro Industrial do Subaé
CNI	Confederação Nacional da Indústria
DEM	Democratas
EQV	Escola Que Vale
ETHOS	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
FADA	Ficha de Avaliação de Desempenho do Aluno
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FLEM	Fundação Luís Eduardo Magalhães
FV	Fundação Vale
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IAS	Instituto Ayrton Senna
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDEB	Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IEL	Instituto de Euvaldo Lodi
IL	Instituto Liberal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MDMs	Metas de Desenvolvimento do Milênio
MEC	Ministério da Educação
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAMMA	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente
PCO	Partido da Causa Operária
PEAS	Programa Educação Afetivo-Sexual
PEQ	Programa Ensino de Qualidade
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPS	Partido Popular Socialista
PT	Partido dos Trabalhadores
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SGI	Sistema de Gestão Integrado
SIGA	Soluções Integradas de Gestão Avançada
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A CONSTITUIÇÃO DA AGENDA EMPRESARIAL PARA A EDUCAÇÃO E SUAS INTERPRETAÇÕES	25
1.1 A REFORMA ADMINISTRATIVA DOS ANOS 90: AS INTERPRETAÇÕES EM DISPUTA	25
1.2 A AGENDA EMPRESARIAL PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL: VIESES INTERPRETATIVOS (UM NOVO TECNICISMO?)	36
1.3 AS INTERPRETAÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A INTERVENÇÃO DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 2000	44
2 FEIRA DE SANTANA E A AGENDA PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA: INTERFACES ENTRE OS GOVERNOS E O TERCEIRO SETOR	56
2.1 O CENÁRIO DA DÉCADA DE 2000 EM FEIRA DE SANTANA	56
2.2 A POLÍTICA E AS PROJEÇÕES MUNICIPAIS NO MARCO DAS ELEIÇÕES DO ANO 2000	61
2.2.1 O prefeito José Ronaldo de Carvalho e as primeiras ações da agenda educacional	65
2.3 AS PARCERIAS COM AS EMPRESAS NA DÉCADA DE 2000: UM PROJETO EDUCACIONAL EM CONSTITUIÇÃO	73
2.3.1 O segundo governo e a regulamentação das parcerias com o empresariado	76
3 PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS: AS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DO EMPRESARIADO EM FEIRA DE SANTANA	86
3.1 AS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS E A CONSTITUIÇÃO DA AGENDA EDUCACIONAL: AS REDES BRASIL, BAHIA E FEIRA DE SANTANA	86
3.2 OS PROGRAMAS DE PARCERIAS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA: PRINCÍPIOS E AÇÕES DO EMPRESARIADO	94
3.2.1 Programa com ênfase no Sistema de Gestão Educacional: o Programa Sistema de Gestão Integrado (SGI) em Feira de Santana	94
3.2.2 Programas com ênfase na Educação Ambiental	107
Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	107
Programa Rigesa de Educação Ambiental	109
3.2.3 Programas com ênfase na Inclusão Social	111
Programa Ver é Viver	112
Programa Largada 2000	113
Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS)	116
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
5 REFERÊNCIAS	122
6 REFERÊNCIAS DOS DOCUMENTOS E JORNAIS CONSULTADOS	127

7 APÊNDICE (S)

APÊNDICE 01 - QUADRO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PARCERIA EMPRESA-ESCOLA	132
APÊNDICE 02 - QUADRO DAS EMPRESAS PARCEIRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA	141

8 ANEXO (S)

ANEXO 01 – LEI Nº. 2725/2006 - PROGRAMA PARCEIRO DA ESCOLA	145
--	-----

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa insere-se no debate sobre a parceria empresa-escola e tem como objeto de estudo a intervenção do empresariado nas políticas educacionais da Rede Municipal de Feira de Santana-BA, no período de 2001 a 2008. A participação do empresariado, enquanto agentes de políticas educacionais, vem sendo foco de estudos de vários pesquisadores, principalmente a partir dos anos 90, quando diversas instituições da sociedade civil ligadas ao empresariado, intensificaram sua presença em espaços de educação formais e não formais, marcando um processo de redefinição da relação entre Estado, empresários e políticas educacionais. Neste contexto, as propostas educacionais de empresas e fundações se anunciaram como uma possibilidade de elevação da qualidade do ensino nas escolas públicas.

Fazendo um balanço da produção acadêmica sobre a participação do empresariado como parceiros da educação pública na primeira década do século XXI, mapeou-se 21 dissertações e 06 teses¹ defendidas em programas de pós-graduação em educação no período de 2001 a 2011. Os trabalhos foram selecionados no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando como critério de seleção as palavras-chaves: “responsabilidade social empresarial” e “parceria empresa-escola”. Este levantamento permitiu constatar que, de fato, ocorreu uma ampliação das parcerias empresa-escola a partir da década de 1990, sob a perspectiva da responsabilidade social. Entretanto, o mapeamento evidenciou que, apesar desta ampliação da participação do empresariado na educação escolar, ainda são poucos os estudos realizados sobre a temática em questão.

A inclusão da educação na agenda empresarial, portanto, não é recente e vem sendo estudado por grupos de pesquisas e programas de pós-graduação, conforme indicam: Bromeny (1998), Sousa (2001), Branco (2001), Bromeny & Pronko (2002), Tomaz (2003), Neves (2005), Martins (2005; 2007), Luz (2009), Freitas (2011). Estes estudos, embora apresentem a localização e objetos de análises distintos, têm em comum a problematização da participação dos empresários na educação, nas duas últimas décadas.

A intervenção do empresariado na agenda educacional brasileira a partir da década de 1990, como parte das reformas administrativas inspiradas no primado da modernidade competitiva, é situada aqui como um período emblemático para se apreender os movimentos

¹ As 27 dissertações e teses foram localizadas, segundo os critérios de classificação dos trabalhos adotados na pesquisa, em 11 programas de pós-graduação brasileiras, distribuídas em apenas programas de 3 regiões geográficas: Nordeste: UFBA, UFC, UFPE, UFRN; Sul: UFRGS e; Sudeste: UFU, UFJF, UFF, USP, UNICAMP, UNESP.

de instituição e disseminação de ideias forças que orientam as ações organizadas dos setores sociais dominantes. Entre essas ideias forças destaca-se a ênfase na ineficiência do Estado no cumprimento de suas responsabilidades para assegurar a educação pública de qualidade, associada à indicação da revisão dos mecanismos de gerenciamento da educação, bem como do financiamento.

Autores como Castro (1994) e Mello (2000), signatários dessas abordagens, há algum tempo vem defendendo a sincronização dos sistemas educacionais brasileiros às transformações decorrentes do desenvolvimento das tecnologias e dos processos produtivos. Neste marco, apontam a participação de “novos atores sociais”, localizados na esfera não-governamental como condição para a publicização de serviços públicos em tempos de crise do Estado, entre os quais, a educação. Segundo esta orientação, a participação do empresariado não só ganha notoriedade na agenda das políticas educacionais, pelo que também passa a ser concebida como um indicador de mobilização social em favor da educação pública, tendo como pano de fundo a associação entre o Estado e organizações públicas não-estatais competitivas. Esta ideia força, ao que indica, vem mobilizando não só empresas especializadas na oferta de serviços (apresentadas como organizações sociais), mas também empresas de ramos diversos e seus respectivos aparelhos privados de hegemonia – Fundações e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

A mudança na forma de atuação do Estado nas políticas sociais constituiu-se, para alguns pesquisadores do objeto em tela, como uma necessidade de problematizar a natureza das intervenções operadas pelo empresariado na educação brasileira, tendo como foco de referência a própria produção acadêmica na área, isto é, o modo pelo qual os pesquisadores vem captando a participação do empresariado na educação escolar na última década. Sobre este aspecto, Sousa (2001), em pesquisa pioneira na área, mapeou e caracterizou as parcerias entre empresas e escolas em São Paulo nos anos de 1996 e 1997, e identificou que ainda no final da década de 1980 o governo do estado de São Paulo já anunciava a busca pela parceria com empresários. Todavia, segundo esse estudo, as iniciativas desencadeadas, a partir de 1987, davam-se no sentido de convocar os empresários a realizarem ações voltadas para as escolas públicas e, não obstante, tais parcerias não tiveram êxito. E mesmo quando as parcerias ocorreram, demonstraram fragilidades e restringiram-se a ações pontuais de colaboração das empresas com as escolas. Além disso, as empresas que resolveram aderir às parcerias não fizeram pensando, necessariamente, na melhoria da qualidade da escola pública, mas, motivados pela preocupação com a criação de uma “imagem social positiva”, da empresa perante a sociedade.

A maioria desses estudos aponta a década de 1990, no Brasil, sendo um período de intensificação da participação de setores do empresariado na escola pública, principalmente, a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse contexto, a intervenção passou de simples ação voluntarista para a perspectiva da Responsabilidade Social Empresarial, através de projetos que interferem diretamente no currículo, na gestão e organização do trabalho pedagógico da escola, buscando garantir a sua maior eficiência e produtividade.

Outra característica comum nos estudos analisados diz respeito ao fenômeno da parceria empresa-escola enquanto um processo que vem ocorrendo mundialmente, e está relacionando ao receituário das políticas neoliberais implementadas a partir da década de 1990, sob o pretexto da ineficiência e reforma do Estado. Dessa forma, os empresários, através de suas fundações (organizações públicas não-estatais), são chamados a contribuir e participar da construção de um sistema educacional público de melhor qualidade.

Nesse quadro situacional identificou-se duas pesquisas realizadas na Bahia. A primeira foi realizada por Bahia (2005), “Jornal na Escola: Estratégias de uso para a construção de cidadania”, discute a parceria entre o Jornal a Tarde e a Secretaria Municipal de Educação de Salvador, através do Programa A Tarde na Escola. A segunda problematiza a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador (SMEC) e uma Fundação. Trata-se da dissertação de mestrado realizada por Vargas (2007), intitulada “A autonomia e gestão escolar dentro do contexto de parcerias: a experiência de uma escola do ensino fundamental em Salvador”. Ambas foram realizadas na Universidade Federal da Bahia no Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação. Os elementos de análises constitutivos nas referidas pesquisas serão apresentados no primeiro capítulo desta dissertação.

Em face das características das produções identificadas, o presente estudo tem por objeto de análise não apenas os programas de parceria, mas problematiza a intervenção do empresariado - as empresas (ramos industrial, comercial e de prestação de serviços), e suas organizações (Fundações e Institutos) - na agenda das políticas educacionais do sistema municipal de Feira de Santana no período 2001 a 2008.

Em Feira de Santana, observou-se que, a partir do ano de 2001, houve uma intensificação das parcerias de empresas com a Prefeitura Municipal na promoção de Programas voltados para a área educacional. No entanto, além de não identificar nenhum estudo realizado até o momento sobre esta questão, a produção sobre as políticas educacionais em Feira de Santana ainda segue muito tímida. Sobre os estudos das políticas educacionais no município, identificou-se o estudo de Silva (1999), no tocante à estrutura e funcionamento do

ensino, no qual a autora buscou identificar as continuidades e rupturas entre as mudanças legais e as práticas de gestão das escolas da rede municipal em Feira de Santana, no contexto da redemocratização brasileira. Outro estudo sobre as políticas educacionais no município de Feira de Santana foi realizado por Silva (2008). Nesta pesquisa, a autora toma como foco de análise a profissionalização e precarização do trabalho docente nos anos de 2001 a 2004. Ambos os estudos apontam elementos importantes sobre a redefinição do papel do Estado frente às políticas educacionais.

Dessa forma, ampliando o horizonte e apontando novos elementos de análises sobre as políticas educacionais em Feira de Santana, este estudo se volta para a identificação do fenômeno da responsabilidade social empresarial em suas formas de materialização nas políticas educacionais no município de Feira de Santana. A pergunta norteadora do estudo foi formulada nos seguintes termos: *quais são as diretrizes do empresariado para a educação e como elas se materializam em políticas educacionais para o sistema municipal de educação de Feira de Santana?*

A partir desse ponto de referência, outros elementos constitutivos dessa questão levam a focar dimensões mais específicas, aqui apresentadas como questões auxiliares: quais as concepções e procedimentos de intervenção do empresariado no sistema educacional de Feira de Santana? Quais os interesses dos empresários pela educação em Feira de Santana? Quais as justificativas apresentadas por setores de governo para a inserção do empresariado nas políticas educacionais em Feira de Santana? Como os projetos e programas das empresas são implementados e porque são acolhidos pelo poder público em Feira de Santana?

Balizado por estas perguntas o estudo justifica-se, dentre outros aspectos, pelo fato do mesmo analisar os processos de constituição das políticas educacionais no Município de Feira de Santana, nesta primeira década do século XXI, em um contexto tão carente de estudos acadêmicos desta natureza. Além disso, pressupõe-se, neste estudo, de que está em curso a assunção de um projeto de educação para a formação do consenso da classe trabalhadora, através de ações de cidadania e voluntariado e no controle da gestão escolar, através da implantação de um modelo empresarial de gerenciamento. Esses aspectos vêm sendo amplamente disseminados, servindo, na maioria das vezes, como estratégia para justificar um processo silencioso de privatização da educação pública, tanto na esfera básica, quanto na educação superior.

Nessa perspectiva, Feira de Santana é identificada como espaço que não escapa a esses processos de silenciamento, constituindo-se, pois, em um *locus* que pode revelar facetas próprias desse movimento de participação do empresariado enquanto atores de governos

educacionais. Assim, observa-se como o fenômeno da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) vem direcionando as concepções e ações das políticas educacionais no município de Feira de Santana².

Como objetivo geral elegeu-se analisar as concepções e ações do empresariado para a educação e como elas se materializam em políticas educacionais para o sistema municipal de educação de Feira de Santana.

Em relação aos objetivos específicos, estes foram assim definidos:

- Identificar como os projetos e programas são implementados e porque são acolhidos enquanto políticas educacionais de Feira de Santana.
- Analisar as concepções e os procedimentos de intervenção do empresariado no sistema municipal de educação de Feira de Santana.
- Investigar os motivos que levam os empresários a se interessarem pela educação em Feira de Santana.
- Qualificar as interferências das empresas e suas relações com o poder público nas políticas educacionais de Feira de Santana.

A pesquisa, de natureza qualitativa, articulou a análise política das políticas educacionais empreendidas em Feira de Santana tomando como categorias de análise os conceitos de Estado e Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa documental. Segundo Marconi e Lakatos (1996) o recorte realizado por este tipo de pesquisa concentra-se em coletas de dados extraídos nas leituras de documentos, os quais constituem fontes primárias.

Para análise dos documentos seguiu-se a utilização do método de análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (1977), constitui-se como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

² Mesmo o ano de 2009 não integrando o período pesquisado, gostaria de chamar atenção para o fato de que a partir do referido ano, com a organização do Grupo de Estudos Educação em Debate (GEED), formado por professores da Rede Municipal de Educação, foi possível acompanharmos as tendências das políticas educacionais em curso no município de Feira de Santana, principalmente, relacionadas as parcerias com setores empresariais.

Considerando o processo de análise exposto pela pesquisadora, neste estudo, buscou-se nos documentos o sentido da totalidade de suas determinações, ir além da leitura simples do real. Ainda de acordo com Bardin (1977), utilizou-se a análise de conteúdo a partir de seus três pólos cronológicos: Pré-análise; A exploração do material; O tratamento dos resultados, a inferência e interpretação. Para balizar a inferência a ser feita dos achados, categorizou-se as informações da seguinte forma: a) informações que identificam as concepções e diretrizes do empresariado nas políticas educacionais; b) informações que identifiquem ações interligadas a responsabilidade social empresarial.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram: a) Textos impressos e digitais dos Programas das empresas, Fundações e Institutos que firmaram parcerias com a Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana no período de 2001 a 2008, no sentido de reunir informações acerca das diretrizes e ações das parcerias com a prefeitura; b) Boletins informativos gerados no site oficial da Prefeitura Municipal de Feira de Santana, e notícias sobre as parcerias entre empresas e a prefeitura veiculadas em jornais impressos e digitais de maior circulação na cidade, no sentido de apontar como essas informações estão sendo veiculadas pelo executivo municipal, quer seja apontando a defesa do empresariado na escola, mas também estabelecendo uma crítica ao tema em questão e; c) Projetos de Leis que tramitaram no legislativo e textos do governo que apontaram as intenções e ações com o setor privado no governo da educação, no período de 2001 a 2008.

A delimitação das categorias de conteúdo Estado e Responsabilidade Social Empresarial foram se delineando como conceitos centrais nesta pesquisa durante a aproximação com o objeto de estudo no processo de realização das leituras sobre o tema. Sendo assim, buscou-se discutir o Estado a partir das formulações de Gramsci (2007) e seu conceito de Estado ampliado. Gramsci amplia o conceito de Estado para além deste se constituir apenas como aparelho coercitivo, mas que também promove o consenso: “(...) podemos dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção”. (GRAMSCI, 2007, p. 244).

A importância dos estudos de Gramsci para esta pesquisa se deve, principalmente, em virtude da necessidade de compreensão da complexidade da organização da sociedade capitalista, quando a sociedade política e sociedade civil atuam conjuntamente através das organizações e instituições empresariais, enquanto promotores de políticas educacionais para garantir o consenso.

Nessa direção, a inserção do empresariado, através de suas fundações, como formuladores de políticas educacionais tem se consolidado a partir do discurso da

Responsabilidade Social Empresarial. Neste contexto, a Terceira Via, como uma ideologia política que integra Responsabilidade Social Empresarial (RSE), apoia-se no ideário democrático e de participação política. Sendo assim, as empresas e seus respectivos aparelhos privados de hegemonia – fundações, institutos e ONGs ligadas a estas instituições – reivindicam a participação na esfera pública, através da promoção de projetos e programas, destacando a ineficiência do Estado na geração de políticas públicas.

Isso significa que a burguesia deve se renovar politicamente para assumir um novo papel e uma nova conduta na sociedade civil referenciada no postulado da “responsabilidade social empresarial”. A proposta é que a burguesia invista em projetos sociais bem elaborados para prestar serviços sociais básicos e minimalistas (de saúde, de educação, de proteção de menores, etc.) e no estímulo a um novo tipo de organização das comunidades, visando harmonizar as relações entre dominantes e dominados num contexto de remodelamento das funções do aparelho de Estado e intensificação das formas de exploração do capital sobre o trabalho. (MARTINS, 2007, p. 83).

Segundo Martins, a “‘responsabilidade social’ constituiu-se numa ideologia que reúne ideias, experiências e propostas dentro de uma única concepção que visa organizar e impulsionar a classe burguesa para a ação coletiva na busca de determinados objetivos político-ideológicos”. (MARTINS, 2007, p. 153).

Neste sentido, o Estado capitalista por representar um determinado interesse de classe, neste caso a burguesia, assume a função de atenuador dos conflitos sociais. A materialização desses interesses se encontra na formulação de políticas públicas. Essa última é fruto das tensões de setores da sociedade civil na luta pelas conquistas de direitos sociais, mas também, é utilizado por setores da burguesia e do governo como mecanismo de apelo para o consenso das massas, via colaboração suprimindo assim a luta social.

Reconhecer as políticas públicas, e neste caso, as políticas educacionais como uma expressão de um dado processo de hegemonia, significa reafirmar a capacidade dos grupos dirigentes ao longo da história da humanidade em estabelecer o falseamento de uma “política para todos”, contudo, sem alterar os seus interesses vitais no plano da economia.

Nesta pesquisa, para além de apresentar os resultados das políticas educacionais, buscou-se fazer um estudo que leve em consideração uma “avaliação política das políticas” educacionais empreendidas em Feira de Santana, conforme Figueiredo e Figueiredo (1986),

[...] por **avaliação política** entendemos a análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra. [...] estas razões têm que ser **relevantes**, ou seja, devem estar referidas a princípios cuja realização irá, presumivelmente, contribuir para uma desejável

quantidade de distribuição de bem-estar. (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986, p.108).

A partir dessa configuração, a sistematização dos achados da pesquisa foi organizada em três capítulos. O primeiro capítulo, denominado *A constituição da agenda empresarial para a educação e suas interpretações*, discute a constituição da agenda empresarial para a educação na década de 1990, no contexto dos debates em torno das reformas administrativas. Para tanto, analisou-se a constituição desta agenda e suas relações com as diferentes abordagens teóricas que interpretaram este período, apresentando a concepção hegemônica que prevaleceu neste contexto. O capítulo também trata do processo que deu visibilidade à presença das organizações públicas não-estatais – o Terceiro Setor -, sob a égide do empresariado e sua concepção de Responsabilidade Social Empresarial, a partir de um movimento que envolveu, não só estratégias variadas dos setores empresariais, mas ações por dentro do próprio governo brasileiro para consolidar a proposta de tornar os empresariados promotores de serviços sociais. Ainda se discutiu os nexos entre as abordagens e concepções pedagógicas disseminadas pelas propostas de intervenção do empresariado para a educação escolar, a partir do fenômeno conhecido como (neo)produtivismo e/ou (neo)tecnicismo, cujo interesse é a construção de um padrão de gerenciamento empresarial e de uma nova sociabilidade para educação do consenso não só da comunidade escolar, mas de toda a sociedade. Por fim, apresentou-se, por meio do levantamento e balanço da produção acadêmica o fenômeno da participação do empresariado na agenda das políticas educacionais brasileiras na primeira década de 2000, mais especificamente entre os anos de 2001 a 2011, tema que, nos últimos anos, vem ganhando notoriedade nas pesquisas acadêmicas.

O segundo capítulo, *Feira de Santana e a agenda para a educação pública: interfaces entre o governo e o terceiro setor*, examinou o processo de constituição das agendas para a educação pública do município de Feira de Santana, nos primeiros oito anos do século XXI. Para isso, foram contextualizados os movimentos sociopolíticos característicos deste período, buscando problematizar as principais ações educacionais apresentadas nas duas gestões do prefeito José Ronaldo de Carvalho, principalmente, aquelas alinhadas com o empresariado local. Neste sentido, identificou-se a implementação de programas envolvendo parcerias entre empresas privadas e a Secretaria Municipal de Educação, as quais apresentavam estratégias diversas de intervenção no sistema educacional de Feira de Santana.

No terceiro capítulo, *Programas e projetos educacionais: as práticas de Responsabilidade Social do empresariado em Feira de Santana* analisou-se o movimento do empresariado brasileiro, nos últimos anos, no processo de constituição da Responsabilidade

Social Empresarial, e os seus desdobramentos no município de Feira de Santana. Nessa direção, buscou-se identificar os elementos principais que integraram a intervenção do empresariado no sistema educacional do município de Feira de Santana, entre os anos de 2001 a 2008. Por fim, o esforço foi no sentido de qualificar os Programas de parceiras entre o governo municipal e os empresários, implementados na rede municipal de educação durante as duas gestões do prefeito Jose Ronaldo de Carvalho (2001-2004/2005-2008), no sentido de identificar as concepções e ações destas interferências enquanto políticas educacionais na rede municipal de educação de Feira de Santana. Destaca-se que a análise dos referidos programas foi realizada sistematizando-os a partir de três eixos temáticos: Programa com ênfase no Sistema de Gestão Educacional; Programas com ênfase na Educação Ambiental; Programas com ênfase na Inclusão Social.

Nas *Considerações Finais* foram retomados os objetivos e a questão de pesquisa submetendo os resultados alcançados no processo investigativo, apontando, ainda, possibilidades de estudos futuros sobre as políticas educacionais no município de Feira de Santana.

1 A CONSTITUIÇÃO DA AGENDA EMPRESARIAL PARA A EDUCAÇÃO E SUAS INTERPRETAÇÕES

Este capítulo apresenta o debate sobre o processo de constituição da agenda empresarial para a educação na década de 1990, no contexto das reformas político-administrativas. Nesse sentido, analisa a constituição desta agenda e suas relações com as diferentes abordagens teóricas que interpretaram o período. Em diálogo com essas interpretações mais amplas, o capítulo volta-se para as abordagens e concepções pedagógicas constituintes da/na agenda empresarial no sentido de compreender o processo de constituição desta agenda, as características de suas formulações e as estratégias forjadas neste processo de assunção do empresariado como promotores de serviços sociais.

Ao final do capítulo, buscou-se, por meio do levantamento e balanço da produção acadêmica compreender o fenômeno da intervenção do empresariado na agenda das políticas educacionais brasileiras na primeira década de 2000, mais especificamente, entre os anos de 2001 a 2011, tema que nos últimos anos vem ganhando notoriedade nas pesquisas acadêmicas.

1.1 A REFORMA ADMINISTRATIVA DOS ANOS 90: AS INTERPRETAÇÕES EM DISPUTA

A década de 1990 pode ser situada como um período emblemático para os diversos setores sociais brasileiros que, após um longo período de repressão civil-militar, esperavam uma ampliação da participação democrática no destino político-econômico do país. Esse contexto será fecundo no que diz respeito a implementação de reformas administrativas alinhadas com interpretações acerca do papel do Estado no cenário da crise do modelo desenvolvimentista inspirado no que se convencionou chamar de Estado de bem-estar social.

As interpretações teóricas acerca das reformas administrativas, de acordo com Bresser Pereira (1996), podem ser situadas em três grupos distintos: marxistas, neoliberal e social-liberal. Observando a proximidade ideológica dessas duas últimas interpretações, procurou-se distinguir aqui *as interpretações afinadas com as reformas* das *críticas* opostas a elas. Portanto, as abordagens críticas são situadas como aquelas em que seus autores fazem uma

crítica estrutural à crise, enquanto as abordagens liberais – e suas novas expressões social liberal – são situadas como aquelas que buscam, na suposta crise da administração pública, os fundamentos para o redirecionamento das formas de intervenção do Estado capitalista. Para Anderson (1995), o nascimento do neoliberalismo no pós Segunda Guerra define-se como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (p. 9) que se materializa “como um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p. 9). Neste marco, a ideia de que as leis do mercado são combustíveis para o desenvolvimento econômico e a base para o desenvolvimento social sustentável vai se tornando parte do repertório ideológico que mobiliza diferentes setores a buscarem na concorrência, na livre iniciativa e na gestão orientada pela eficiência, os fundamentos para as políticas sociais, inclusive, a educação.

Os neoliberais reivindicavam o fim da intervenção do Estado na economia, princípio condutor das políticas Keynesianas. Sobre esta questão Anderson (1995) aponta que:

A chegada da crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p. 10).

Reforçando a perspectiva de crise estrutural do capitalismo, Gentili (2001) ressalta que após anos de crescimento econômico, alcançado durante o Estado de Bem-Estar Social, o capitalismo entra em crise. Para o autor,

O capitalismo avançado enfrentou nos anos setenta três processos associados que derrubariam a "revolução das expectativas e dos valores" [...]: estagnação, desemprego progressivo e inflação acelerada. As esperanças da era de ouro do breve século XX acabaram quando suas promessas aparentemente ilimitadas chocaram-se com uma nova e implacável realidade; tão nova e implacável que para descrevê-la os economistas precisaram apelar para um termo até então desconhecido: *estagflação*. (GENTILI, 2001, p.77).

Segundo Gentili (2001), os neoliberais vão atribuir a crise ao Estado intervencionista, acirrada em virtude do seu crescimento desordenado e a sua ineficiência frente aos problemas econômicos e sociais em curso, dificultando o crescimento econômico alcançado nos anos anteriores. Como alternativa, os neoliberais defendiam a necessidade de redefinição do papel

do Estado através da implementação de reformas administrativas. Para o autor, um dos argumentos dos neoliberais para justificar a necessidade de reformas era o de que “os mercados eram extremamente rígidos, os custos trabalhistas altos, os sindicatos perigosamente poderosos, o dirigismo estatal irresponsável e as instituições do bem-estar generosas demais”. (GENTILI, 2001, p.88).

Nesta linha de pensamento, Frigotto (1996) faz uma análise pormenorizada do processo que desencadeou a crise da década de 1970. Segundo o autor, são várias as análises que caracterizam esta crise, porém, o que estava em curso, era “uma crise mais geral do processo civilizatório, materializada de um lado pelo colapso do socialismo real e, de outro, pelo esgotamento do mais longo e bem-sucedido período de acumulação do capitalismo” (FRIGOTTO, 1996, p. 59-60).

Lançando mão dos estudos de Francisco de Oliveira (1988), Frigotto ressalta que o fundo público foi utilizado pelo governo brasileiro em investimentos na iniciativa privada, o que garantiu o crescimento da economia e a acumulação capitalista no período. Segundo Frigotto (1996)

[...] os longos 50 anos de sustentação, mediante o fundo público, da acumulação capitalista, onde o financiamento da reprodução da força de trabalho é, entre outros, um aspecto importante, permitiu ao capital (associado ao Estado) um longo período de intensa reprodução ampliada e investimento pesado no avanço tecnológico. (FRIGOTTO, 1996, p. 60).

Dessa forma, o autor afirma que o crescimento econômico vivenciado na chamada “época de ouro” do capitalismo foi possível graças aos investimentos públicos no setor produtivo e, também, nas garantias de serviços sociais (*welfare state*). Porém, no momento em que não era mais possível manter os investimentos nestes dois setores, a solução preconizada pelos “homens de negócio” foram os ajustes que, na verdade, tinham como objetivo minimizar os investimentos sociais e garantir a continuidade e direcionamento dos investimentos públicos no setor privado.

Para Frigotto (1996), os ajustes em curso ganharão novos contornos com a crise do socialismo real, que servirá como mais uma justificativa dos neoliberais quanto a possibilidade de se pensar uma alternativa ao capitalismo em crise.

[...] a tese do *fim da história*, de Fukuyama, seus pressupostos e corolários, que parte da dedução de crise do socialismo real como prova definitiva da impossibilidade de substituir o “livre mercado” capitalista por qualquer outro tipo de relação social, apenas encobre a crise desta forma de organização, mas não a suprime, nem a minimiza. (FRIGOTTO, 1996, p. 20).

Com isso, o movimento da realidade contraditória e complexa, ao mesmo tempo em que anunciava, no final da década de 1980, um suposto fim da polarização capitalismo/socialismo, com a vitória do primeiro sobre o segundo, como profetizavam os que defendiam a ideia de “fim da história”, colocou para o mundo um espectro de incertezas acerca do papel do Estado na economia e de sua tarefa de “provedor” dos direitos sociais, historicamente conquistados pelos trabalhadores, dentre estes, o da educação pública.

Ante ao exposto, percebe-se que para a abordagem crítica a suposta crise do Estado da década de 1990 não se deu, necessariamente, por conta de seu modo de intervenção, mas foi o resultado do desdobramento da crise estrutural do capitalismo, desencadeada a partir da década de 1970. Para estes autores, ao atribuir a crise econômica especificamente ao Estado, alegando a necessidade de reformas administrativas, os setores dominantes buscavam, estrategicamente, corrigir a crise do capitalismo através da implementação de uma série de ajustes ao aparato estatal, tendo em vista a recomposição do capital. Sendo assim, a saída da crise do capital apenas atacando a crise do Estado pode ser compreendida como reformismo. Nestes termos, entende-se que somente uma alternativa radical, ou seja, uma “mudança estrutural” pode erradicar definitivamente “o próprio capital do seu processo sociometabólico.” (MÉSZÁROS, 2011).

Sobre o caráter reformista das alternativas às crises do capitalismo, mantendo a estrutura do sistema, Méészáros aponta que,

O denominador comum de todas essas tentativas fracassadas – a despeito de suas diferenças principais – é que todas elas tentaram atingir seus objetivos dentro da base estrutural da ordem sociometabólica estabelecida. Entretanto, como penosas experiências históricas nos ensinam, nosso problema não é simplesmente “a derrota do capitalismo”. Mesmo à medida que esse objetivo possa ser atingido, com certeza será apenas uma realização instável, porque tudo o que pode ser destruído pode também ser restaurado. A verdadeira – e muito mais difícil – questão é a necessidade de mudança estrutural radical. (MÉSZÁROS, 2011, p.11, grifos do autor).

Essa perspectiva de análise, no entanto, não é consensual e difere das interpretações das abordagens liberais.

Dentro do campo liberal, situa-se Bresser Pereira (1996), como um dos principais representantes desta abordagem, quando o mesmo atuou, por dentro do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), na condição de Ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), durante o processo de implementação das reformas administrativas da década de 1990. Para este autor,

A grande tarefa política dos anos 90 é a reforma ou a reconstrução do Estado. Entre os anos 30 e os anos 60 deste século, o Estado foi um fator de desenvolvimento econômico e social. Nesse período, e particularmente depois da segunda guerra mundial, assistimos a um período de prosperidade econômica e de aumento dos padrões de vida sem precedentes na história da humanidade. A partir dos anos 70, porém, face ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo o mundo. (BRESSER PEREIRA, 1997, p.7).

Bresser Pereira (1996) formulou o conceito denominado de *Interpretação da Crise do Estado*, a partir do qual, aponta como a causa da crise, problemas relacionados à forma de organização político-administrativa do Estado.

A interpretação da crise do Estado é uma tentativa de síntese entre os antigos paradigmas, que atribuíam um papel decisivo ao Estado, e paradigma neoliberal. Ela considera que a crise do Estado possui três aspectos: uma crise fiscal, uma do modo de intervenção, e uma da forma burocrática de administração do Estado. A crise fiscal caracteriza-se pela perda do crédito público. Pelo fato de que a elevada dívida pública, combinada com altas taxas de inflação, déficit público crônico, altas taxas de juros internas, taxas declinantes de crescimento, torna ela própria explosiva as expectativas com relação ao seu crescimento. E também pela existência de poupança pública negativa. A crise do modo de intervenção é definida pela exaustão das formas protecionistas de intervenção, pela multiplicação de subsídios e pelo excesso de regulação em uma economia onde se tornou predominante o comportamento do tipo *rent-seeking*. A crise da forma burocrática de administração, pela rigidez e ineficiência do serviço público. (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 19-20).

Dessa forma, criticando os liberais clássicos que defendiam o Estado Mínimo, tese amplamente disseminada no final da década de 1970, quando as políticas de ajustes do Estado, sob a forma do Consenso de Washington³, serão implantadas e, por outro lado, negando a crise estrutural do capitalismo da década de 1970, ao criticar a esquerda radical, Bresser Pereira propõe uma nova “interpretação da crise do Estado”, apontando a necessidade de uma reforma administrativa que fizesse emergir um *Estado Social-Liberal*.

O Estado Social-Liberal, que é social por que mantém suas responsabilidades pela área social, mas é liberal porque acredita no mercado e contrata a realização dos serviços sociais de educação, saúde, cultura e pesquisa científica de organizações

³ Essa expressão decorreu da reunião promovida em 1989 por John Williamson no International Institute for Economy, que funciona em Washington, com o objetivo de discutir as reformas consideradas necessárias para a América Latina. Os resultados dessa reunião foram publicados em 1990. Na verdade, Williamson denominou Consenso de Washington o conjunto de recomendações saídas da reunião porque teria constatado que se tratava de pontos que gozavam de certa unanimidade, ou seja, as reformas sugeridas eram reclamadas pelos vários organismos internacionais e pelos intelectuais que atuavam nos diversos institutos de economia. (SAVIANI, 2010, p.427).

públicas não-estatais que financia a fundo perdido com orçamento público. (BRESSER PEREIRA, 1996, p.14).

Com base na *Interpretação da Crise do Estado*, Bresser Pereira (1997) apresenta os quatro aspectos básicos que, segundo o mesmo, seriam fundamentais para a reforma administrativa. Estes aspectos terão como pressuposto a delimitação do tamanho, redefinição do seu papel regulador, recuperação da governança e aumento da governabilidade do Estado.

- (a) a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e “publicização” (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal das [sic!] serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta);
- (b) a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional;
- (c) o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas de Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; e, finalmente,
- (d) o aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 18-19).

A partir dos aspectos supracitados, constata-se que a reforma político-administrativa criou as bases para o desenvolvimento de formas de administração pública, tendo como ênfase, dentre outros aspectos, a apreensão do modelo empresarial de gerenciamento, o fortalecimento do papel do Estado na consolidação das regras na condução da economia, como coordenador do mercado e, ao mesmo tempo, a redução de sua atuação no âmbito social. Isso vai se materializando através da privatização, publicização e terceirização deste setor, transferindo para as organizações pública não-estatal este papel.

A interpretação da crise do Estado e a correspondente estratégia social-liberal tomam emprestado do paradigma neoliberal a sua orientação ao mercado e a crença de que as funções do Estado foram severamente distorcidas. (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 20).

No trecho seguinte, o autor faz uma crítica aos neoliberais e aos marxistas que, segundo ele, se caracterizam por defesas extremistas sobre a relação Estado-mercado, ora

defendendo os primeiros a reificação do mercado, ora os últimos reafirmando o que ele entende como estatização da sociedade nos seguintes termos:

[...] não só as evidências empíricas dos fracos resultados alcançados pelas estratégias radicais contradisseram, a seu *tempo*, a promessa da reificação tanto do Estado como do mercado, mas também a prática histórica mostrou que nenhum deles pode existir e desenvolver-se sem o outro. É, nesse sentido, cada vez mais evidente que o próprio desenvolvimento do mercado não pode assegurar-se sem um Estado democrático que, entre outras questões, preserve a própria atribuição enquanto bem público e exerça as funções protetoras, mediadoras e redistributivas necessárias ao desenvolvimento sócio-econômico. (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 19).

Com isso, articulado a característica democrática do Estado ao qual Bresser Pereira se refere está localizado na ampliação da dimensão do público não-estatal sobre o controle da esfera pública e respectivamente do seu financiamento. Neste sentido, o autor vai apontar a crise dos anos 1980 e 1990 não apenas como uma crise fiscal do Estado, mas que se prolongaria enquanto uma crise do modo de intervenção do Estado Social, uma vez que esta era a expressão burocrática e ineficiente de um modelo de administração que limitava o poder de regulação do mercado.

Como síntese de um novo modelo de Estado, articulado com a chamada Terceira Via, o autor destaca que nos anos 1970 e principalmente nos anos 1980 surge, paralelo ao Estado neoliberal e o modelo de Estado Social, o modelo de Estado Social-Liberal. Os elementos do social são caracterizados uma vez que é necessário manter as responsabilidades dos diversos governos com a área social, mas com o avanço de parcelas do mercado no gerenciamento de serviços como educação, saúde, cultura e pesquisa científica, através das chamadas organizações públicas não-estatais que, segundo Bresser Pereira, melhor poderiam ter um controle administrativo e dos recursos oriundos para estes setores.

Contudo, fazer este percurso evidencia que a crise não está relacionada apenas a crise do Estado, em seu sentido restrito (enquanto governo), - conforme pensavam os liberais⁴, pois atingiu não só os países pobres, mas também os países ricos como Estados Unidos e países da Europa -, como reconhece o próprio Bresser Pereira (1996), mas a própria dinâmica de funcionamento do sistema capitalista quando se tornou inviável a manutenção das altas taxas de lucro. Dessa forma, as políticas neoliberais implementadas a partir da década de 1970, acirradas no Brasil a partir da onda privatizante iniciada na década de 1990, constituíram-se como estratégias de recomposição do capital.

⁴ Segundo a concepção liberal de Estado, existe uma cisão entre governo (sociedade política) e sociedade civil. Sobre esta questão, ver GRUPPI, L. (2000) que apresenta a concepção liberal de Estado dos diversos autores clássicos.

Nestes termos, a reforma administrativa implementada na última década do século XX teve como pressuposto o entendimento de que o Estado deveria repassar, por meio da publicização, os denominados serviços não-exclusivos do Estado (serviços sociais de saúde, cultura, educação) às organizações públicas não-estatais, por meio de um modelo de administração gerencial. Conforme apresentado anteriormente, verificou-se a incorporação da sociedade civil a partir da concepção de que entre o Estado e o mercado haveria uma esfera pública não-estatal (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 284).

Nessa compreensão, as organizações públicas não-estatais seriam capazes de equalizar as dificuldades do Estado garantir os serviços sociais. Através do financiamento do Estado, a adoção do modelo de gerenciamento empresarial e o controle social, estas organizações passariam a ofertar os serviços sociais.

Na mesma época em que se faz evidente a crise do modelo social-burocrático do Estado e em que a globalização exige novas modalidades, mais eficientes, de administração pública, cresce a importância de uma forma nem privada nem estatal de executar os serviços sociais garantidos pelo Estado: as organizações de serviço público não-estatais, operando na área de oferta de serviços de educação, saúde e cultura com financiamento do Estado. Por outro lado, a mesma crise, convergindo com a de caráter mais estritamente político, revelava a necessidade de formas de controle social direto sobre a administração pública e do próprio Estado. (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 16).

Entra em cena o público não-estatal como responsáveis pelo setor social. Essa questão segue na direção do que vem sendo apontando nos estudos de Neves (2005), Coutinho (2006), Martins (2007), Montañó e Duriguetto (2010) que, a partir da década de 1990, mais especificamente no segundo quinquênio dos anos 90, houve um aumento considerável do surgimento de organizações não-governamentais: Fundações, Institutos e ONGs, na promoção de serviços sociais, a exemplo da saúde e educação. Esse processo resultou na legitimação da intervenção do empresariado como agentes de políticas educacionais, através das organizações públicas não-estatais – o terceiro setor⁵ -, e sua concepção de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Esse movimento constituiu-se a partir da utilização das mais variadas estratégias dos setores empresariais, como a criação de Fundações e Institutos. O desdobramento destas ações culminou com disputa, no interior do próprio governo brasileiro, pela regulamentação da participação deste setor que, por meio de suas organizações, buscou consolidar sua agenda para a educação como promotores de serviços sociais.

⁵ De acordo com Montañó & Duriguetto (2010) “o debate do chamado ‘terceiro setor’ parte do ideológico pressuposto da realidade social setorializada; assim existiria um primeiro, um segundo e um terceiro setor: O Estado, o mercado e a sociedade civil.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 305).

Ao discutir sobre os projetos do chamado “terceiro setor”, Montaño e Duriguetto (2010) também ressaltam os anos de 1990, no contexto de implementação das políticas neoliberais, como aqueles em que houve uma reconfiguração dos movimentos sociais no cenário nacional, prevalecendo uma espécie de “satanização do Estado”, paralelo a uma “santificação da sociedade civil”.

Dentro dessa ofensiva hegemônica neoliberal, e cooptando ideologicamente amplos setores das “esquerdas pós-modernas”, promovendo uma ideológica “satanização do Estado” (leia-se, do Estado Democrático e de Direito, do Estado de intervenção social) e uma “santificação da sociedade civil” (esta transmutada no ideológico “terceiro setor”, despolitizado e como espaço de “parcerias” entre as classes), desenvolvem-se projetos sociais ideológicos. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 305).

Após anos de enfretamento da ditadura civil-militar no Brasil, a crítica ao modelo de Estado burocrático e intervencionista terá mais facilidade de ganhar adesão não só dos movimentos sociais, mas também de parte significativa da sociedade. Nessa direção, ao delimitar os atores que compõem o “terceiro setor”, Montaño e Duriguetto (2010) faz a caracterização da seguinte forma:

Os autores do “terceiro setor” referem-se a ele como: a) *organizações não lucrativas e não governamentais* (ONGs), Movimentos sociais, organizações e associações comunitárias; b) *instituições de caridade*, religiosas; c) *atividades filantrópicas* – fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã, que teriam “descoberto” a importância da “atividade social”; d) *ações solidárias* – consciência solidária, de ajuda mútua e de ajuda ao próximo; e) *ações voluntárias*; e f) *atividades pontuais e informais*. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.305).

Nesta caracterização, ficam de fora os sindicatos e outros movimentos sociais de contestação à ordem estrutural. Por outro lado, observa-se, além da intensificação das *atividades filantrópicas*, a ampliação da presença das fundações empresariais que, a partir de então, ganham destaque na promoção de serviços sociais.

Sobre este processo, há que se considerar o que Coutinho (2006), amparado no referencial gramsciano, discute a respeito das mudanças operadas no processo de transição do modelo de governo civil-militar para o governo democrático brasileiro na década de 1980. Nesse contexto, uma recomposição das teses que integram a hegemonia dominante. Segundo Coutinho, o Brasil até a década de 1980 apresentava uma sociedade do tipo “oriental”, em que a sociedade civil era “primitiva e gelatinosa”. Esta comparação do Brasil ao estado do oriente é com base na análise de Gramsci quando o mesmo buscou entender a sociedade italiana no início do século XX.

No Oriente, o estado era tudo, a sociedade civil era primordialmente gelatinosa; no ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente, descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. (GRAMSCI, 2007, p. 262).

Dessa forma, a partir das próprias contradições do contexto da ditadura civil-militar que, apesar do aparato repressivo, não conteve a efervescência dos movimentos sociais, vai se engendrando uma sociedade civil forte, característica das sociedades, ou do “estado de tipo ocidental”. Essa questão aponta para a necessidade de se pensar a sociedade brasileira, no contexto da década de 1990, a partir do conceito de Estado ampliado de Gramsci (2007): Por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil. (GRAMSCI, 2007, p.255).

Esse conceito ampliado ajuda a compreender que o Estado não se reduz ao aparato governamental ou legal, como algumas abordagens insistem em apresentar, mas o Estado envolve também a sociedade civil, não como bloco homogêneo, mas como um espaço de tensões e conflitos dos diversos setores sociais, dentre estes, o empresariado, disputando, constantemente no interior da própria classe dominante a direção, ou hegemonia.

Nesse sentido, após o período repressivo civil-militar, torna-se um imperativo para a classe dominante não a utilização da força, como o fizera os setores dominantes do período anterior, mas, busca-se garantir o consenso através do exercício da hegemonia.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2007, p. 48).

Como exemplificador do processo de adesão dos países em desenvolvimento ao projeto dominante apontado pelos países imperialistas, através do consenso, observou-se as iniciativas dos governos em plano mundial, ainda no final do século XX, buscando constituir, por meio de uma agenda política e econômica, a denominada *Cúpula da Governança Progressiva*⁶. Os principais pressupostos apontados por este fórum da governança mundial,

⁶ A Governança Progressiva reúne governantes de diversos países e tem se transformando em espaço de consenso para a legitimação da lógica do capital, uma vez que ganha adesão de representantes dos países em desenvolvimento. Essa cúpula já teve a presença dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva.

segundo Lima e Martins (2005) foram os aspectos de ligação entre as políticas neoliberais e Terceira Via. Para os defensores desta alternativa, os ajustes neoliberais foram necessários no sentido de garantir a modernização, no entanto, acabou ameaçando a coesão social reivindicada pela Terceira Via. Nesse sentido, o problema do neoliberalismo se localiza numa perspectiva do Estado assegurar a coesão social, conforme apontado pelos autores ao descrever este momento no trecho abaixo:

Destaca-se aqui a concordância com o conteúdo e com a direção das reformas neoliberais, o que por si só já é revelador. Contudo, indo mais além, é possível notar um problema de ordem ético-política de grande magnitude. Para esse projeto, os problemas sociais gerados pelo neoliberalismo foram negativos por terem causado revoltas sociais que abalaram a “coesão social”. Identifica-se que o centro das preocupações da Terceira Via não se relaciona aos efeitos nefastos que se abateram de forma radical sobre os trabalhadores, mas sim ao grau de estabilidade político-social vivida pelos países (LIMA; MARTINS, 2005, p. 45).

Neste contexto, observa-se que, aos poucos, o empresariado vai constituindo uma agenda para a educação, tornando-se formuladores de políticas educacionais, através de organizações não-governamentais, se consolidando a partir dos princípios da Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Essa concepção de RSE se apoia no ideário democrático e de participação política de diversos atores sociais.

Dessa forma, enquanto integrantes da sociedade civil, as empresas e seus aparelhos privados de hegemonia – Fundações e ONGs, ligados a estas instituições – reivindicam a participação na esfera pública, através da promoção de projetos e programas, destacando a ineficiência do Estado na geração de políticas públicas (MARTINS, 2007).

Há que se observar, contudo, que entre o ideário proclamado e a sua materialização os percursos não são lineares. Assim, embora esses autores venham notificando as concepções que orientaram as reformas desencadeadas no Brasil a partir da década de 1990, sua implementação é um terreno de muitas facetas cuja apreensão passa pela aproximação com as formas de constituição dessas orientações na articulação entre a proclamação e a efetivação. Este é o esforço deste estudo e em razão dele a apreensão das formas de interpretações sobre esse campo é parte do exercício de confrontar essas facetas da ação do empresariado na educação. Nessa direção, as seções seguintes deste capítulo exploram as interpretações sobre a agenda educacional nesse marco da Reforma Administrativa, sobretudo as influências da interpretação da crise do Estado.

Diante do exposto, no item seguinte, será analisada a agenda empresarial para a educação no Brasil, explorando as concepções de educação que floresceram no marco da Reforma Administrativa.

1.2 A AGENDA EMPRESARIAL PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL: VIESES INTERPRETATIVOS (UM NOVO TECNICISMO?)

As abordagens que embalaram as interpretações da crise do Estado chegaram ao campo educacional também de forma diversa. De um lado os afeitos à interpretação da crise gerencial, representada em Bresser Pereira (1996, 1997, 1999) e, de outro, os críticos a essa interpretação. Os primeiros, representados por autores como Castro (1994) e Mello (2000), apresentam a necessidade de o sistema escolar acompanhar as transformações ocorridas no desenvolvimento do processo produtivo. No artigo intitulado “Cidadão do ano 2000: robô ou filósofo?”, Castro (1994) apresenta os elementos principais para a construção de uma escola que atendesse às novas exigências das empresas. Entendendo a escola pública como estratégica para atender as demandas do setor produtivo, o autor faz o seguinte comentário:

Em um país heterogêneo como o Brasil não há um problema, mas muitos. As pobres escolas públicas sequer atingiram um mínimo de desempenho no lado analítico, no lado do domínio das disciplinas convencionais. Do que precisam mesmo hoje é ensinar a ler e a contar. [...] Testes padronizados são uma exigência mínima para que se atinjam estes objetivos mais básicos (CASTRO, 1994, p. 23).

Outro ponto a ser destacado, relaciona-se a uma suposta incapacidade do Estado gerir a educação. Por conta disso, Mello (2000) alega a necessidade de uma desburocratização das suas ações. Como forma de romper esse modelo, a autora destaca a participação de “novos atores sociais”, localizados na esfera não-governamental, conforme explicitado no trecho abaixo:

Essa padronização e uniformização com que o Estado vem enfrentando demandas diferenciadas de clientela heterogêneas – e socialmente desiguais – tem enfraquecido o monopólio estatal do ensino. Novos atores – organizações não-governamentais, setor privado, empresários, entre outros – adquirem legitimidade para oferecer oportunidades de aprendizagem. Enquanto esse processo ocorre, o Estado consome energias com a sua própria burocracia e com seu papel cada vez mais difícil de gestor e provedor direto do ensino (MELLO, 2000, p. 77)

No Estado da Bahia, a publicação do *Programa estratégico de desenvolvimento industrial do Estado da Bahia* produzido pela FIEB⁷ – apresenta-se como uma espécie de receituário para o Estado e os empresários do setor industrial fazerem seus investimentos – quando o mesmo dedica um capítulo à educação, intitulado “*Programa de Educação para a Competitividade*”. O documento aponta que “para aproximar os avanços científicos e os trabalhadores de maneira que estes possam adaptar-se às transformações técnico-organizacionais, é necessário proceder a uma revisão permanente do sistema educacional” (FIEB, 1998, p. 77).

É neste contexto que vai se delinear a intervenção do empresariado nas políticas educacionais, a partir da realização de parcerias destes setores com a escola pública. Como uma de suas justificativas, o empresariado argumentava a responsabilidade social na promoção da melhoria do ensino público, promovendo, estrategicamente, programas que propõem desde alterações nas propostas curriculares das escolas à implantação de novos modelos de gestão escolar.

No entanto, a mudança nas formas de financiamento e gestão da educação se imbricam e, mais que isto, constituem-se em elementos fundantes para a compreensão dos movimentos que fazem deflagrar entre os empresários brasileiros uma espécie de comiserção em torno da noção de responsabilidade social, guindando-os ao lugar de protagonistas da agenda social e, em especial, a agenda educacional. Como parte disto intensificam-se, nos desenhos das políticas educacionais, os vínculos entre as demandas econômicas e os fins da educação, com ênfase nas demandas de formação de um trabalhador de um novo tipo. Em estudo sobre o Movimento Todos pela Educação Shiroma, Garcia e Campos (2011) registram a respeito do que elas nomeiam de uma “política colaborativa” que:

Em 1993, o Instituto Herbet Levy (IHL) e a *Gazeta Mercantil* publicaram o documento *Educação fundamental & competitividade empresarial: uma proposta para a ação do governo*. Procurando consubstanciar um consenso em torno de sua agenda, empresários apresentam propostas voltadas a dotar o sistema educacional de maior eficiência (...). As propostas contidas nesse documento foram expostas aos empresários em *workshops* promovidos pela Federação da Indústria de cada estado e amplamente divulgadas pela imprensa, em especial pela *Gazeta Mercantil*, que organizou uma linha editorial para difundir o programa Educação para a Competitividade (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011, p. 229, itálicos no original).

Esta versão da educação se reflete na política de controle empreendida por diferentes governos, na qual a redução de gastos passa a ser compensada com flexibilização da gestão,

⁷ Federação das Indústrias do Estado da Bahia, 1998.

tendo em vista o aumento da eficiência do sistema. Nesta compreensão, mecanismos de avaliação (testes de padrão de qualidade, por exemplo) e a revisão das formas de ação do setor privado no setor público ganham grande visibilidade e se apresentam como vetores das reformas.

Freitas (2012), em estudos realizados sobre as políticas educacionais em curso, proposta pelo Ministério da Educação (MEC), aponta a relação destas políticas com os pressupostos defendidos pelos Reformadores Empresariais da Educação⁸ alinhadas a uma concepção de mercado de proporções internacionais. Sobre este aspecto, cabe destacar que sua argumentação é defendida da seguinte forma:

Novos atores estão se constituindo, entre eles movimentos organizados financiados por empresários, fundações privadas, institutos, organizações não governamentais (ONGs) e até mesmo uma nascente indústria educacional procura firmar-se em meio a este cenário. Tais atores alegam ter soluções mais diretas e objetivas para as questões educacionais do que os educadores profissionais, e isso tem levado a uma disputa de agendas entre estes e os reformadores empresariais da educação. Para os últimos, a lógica do mercado e seus princípios constituem-se em uma “teoria da organização” que acumula resultados positivos na gerência da iniciativa privada e, portanto, deveriam ser a base das reformas educacionais no Brasil. (FREITAS, 2012, p. 345).

Para Freitas (2012), os Reformadores Empresariais da Educação vem implementando sua agenda educacional, com fortes indícios de uma ampliação, atuando, diretamente, por dentro do MEC, principalmente, através do movimento *Todos pela Educação*⁹ e, em São Paulo, Estado em que a agenda empresarial para a educação vem sendo implantada de forma mais avançada, através da organização dos *Parceiros da Educação*¹⁰.

Dentre as principais consequências das políticas educacionais dos Reformadores Empresariais da Educação no Brasil, o autor aponta as seguintes: Estreitamento curricular; Competição entre profissionais e escolas; Pressão sobre o desempenho dos alunos e

⁸ Termo criado pela pesquisadora americana Diane Ravitch, que em inglês escreve-se: “*Corporate reformers*”, para se referir aos reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos. Ele reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais. Naquele país, a disputa de agenda entre os educadores profissionais e os reformadores empresariais da educação vem de longa data. (FREITAS, 2012, p. 380).

⁹ Mais informações sobre o Movimento *Todos pela Educação* ver: EVANGELISTA, O.; LEHER, R. *Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a Pedagogia do capital em ação na política Educacional brasileira e;* MARTINS, A. S. “*Todos pela educação*”: o projeto educacional de empresários Para o Brasil século XXI.

¹⁰ “Criada em 2006, a Parceiros da Educação é uma Associação sem fins lucrativos, certificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que promove e monitora parcerias entre empresas/empresários e escolas da rede pública”. Disponível em: <http://www.parceirosdaeducacao.org.br>. Acesso em 28 fev. 2013.

preparação para os testes; Fraudes; Aumento da segregação socioeconômica no território; Aumento da segregação socioeconômica dentro da escola; Precarização da formação do professor; Destruição moral do professor; Destruição do sistema público de ensino; Ameaça à própria noção liberal de democracia. (FREITAS, 2012).

Ao analisar as políticas educacionais na atualidade Freitas (2011) conclui da seguinte forma:

Estamos diante de um momento de inflexão na política pública da educação. A balança pende para a privatização, mediante “novas formas de gestão” e “parcerias público-privadas” nas quais se incluem os contratos de gestão e os vouchers educacionais – no estilo ProUni (Ensino Superior) e Pronatec (Ensino Médio Técnico).

E conclui,

Responsabilização, meritocracia e privatização são as categorias articuladoras da prática desse novo tecnicismo, um neotecnismo que inclui também a desprofissionalização do exercício da educação. Esses são os desafios que teremos pela frente nos próximos anos. (FREITAS, 2011, p. 87).

Nesse cenário, a flexão da relação entre o estatal e o privado constitui-se numa condição político-ideológica fundante para a construção do consenso que se orienta pela desqualificação do setor público como agente da publicização da educação, sem abrir mão da transferência dos recursos do Estado ao público não-estatal (SILVA, 2007). As abordagens educacionais, nesse sentido, são reveladoras das formas de disseminação e enraizamento de ideias forças que passam a orientar as políticas educacionais e fortalecem a inserção do empresariado na área, em que sobressai a substituição da promessa de integração social pela promessa da empregabilidade.

Essas interpretações sobre as tendências educacionais quando confrontadas com a produção acadêmica sobre a intervenção do empresariado em educação permitem verificar que, de fato, está em curso um processo em que o empresariado vem, nos últimos anos, de várias formas, construindo uma agenda empresarial para as políticas educacionais brasileiras.

Como já se indicou anteriormente, estas formulações não são as únicas em cena, mas de longe vem sendo interpeladas por críticos que pensam a educação associada a projetos de sociedade.

Um recuo no tempo acompanhando as tendências nas abordagens educacionais permite verificar que a década de 1960 foi um marco na configuração da concepção

pedagógica tecnicista. Esta concepção pedagógica tem sua origem nos Estados Unidos e foi inspirada na psicológica behaviorista (SAVIANI, 2010). O tecnicismo, e seus princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, tem como intencionalidade adequar a educação às exigências da sociedade industrial capitalista.

O tecnicismo, enquanto pedagogia do capital faz parte da concepção liberal de educação, cuja origem remonta à consolidação do sistema capitalista. Esta concepção teve, no final do século XIX, como grande representante, o pedagogo e filósofo norte-americano, John Dewey. Neste período, os EUA passavam por um processo de transformação de uma sociedade agrícola para uma nação industrializada, tornando-se, após a Primeira Guerra Mundial, uma grande potência. Crítico da pedagogia tradicional, Dewey, reivindicava uma renovação da educação norte-americana que contribuísse para o desenvolvimento social e a construção de uma sociedade democrática. Para Dewey, a educação tinha o papel de acabar com o dualismo entre educação humanística e educação utilitária, garantindo os conhecimentos necessários para a inserção do trabalhador no setor produtivo, aceitando sua posição de classe.

[...] já existe a oportunidade para uma educação que, tendo em mente as características mais amplas do trabalho, reconcilie a educação liberal com o treinamento para a utilidade social, com a capacidade de participar eficientemente e alegremente das ocupações produtivas. E tal educação tenderá, por si só, a acabar com os males da situação econômica existente. (CUNHA, 2007, p. 44)

No Brasil, as mudanças ocorridas no processo de transição de uma economia agrário-exportadora, característico da primeira república, para uma economia em processo de industrialização, foi acompanhada de um intenso debate sobre a necessidade de superar o atraso educacional do país promovendo uma educação voltada para o progresso e a industrialização. Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, juntamente com outros educadores, foram os principais formuladores da concepção liberal de educação no Brasil. Integrantes do movimento que culminou com a construção e publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), no qual irão apresentar as novas diretrizes para a educação brasileira, o movimento da Escola Nova destaca a educação como fator primordial para o desenvolvimento econômico do país.

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das

forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (AZEVEDO, 2011, p.33)

Dentre as ações da Escola Nova empreendidas no Brasil, mais especificamente, na Bahia, SILVA e PINA (2009) discutem, em seu artigo, as políticas públicas para a educação na Bahia no processo de industrialização desencadeado a partir da década de 1940, processo este que as autoras denominaram de “modernização conservadora”. Assim, destaca a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, a Escola Parque, por Anísio Teixeira quando assumiu a Secretaria de Educação durante o governo Mangabeira (1947-1951).

A Escola Parque era composta de três escola-classe e uma infra-estrutura que comportava salas de música, de dança, de teatro, de artes, de desenho e artes industriais, ginásio de educação física, dormitórios, biblioteca, restaurante etc. Era de fato um projeto arquitetônico de inspiração pedagógica escolanovista. Há muito Anísio Teixeira já tinha sistematizado suas idéias pedagógicas e educacionais, colocando a educação no centro do processo de reforma e adaptação da sociedade brasileira a uma ordem urbano-industrial, sustentada pela técnica e pela ciência. A Escola Parque representava a concretização dessas idéias, preparar jovens para a sociedade em mudança, capacitá-los através da técnica e da ciência. Mas entre as idéias e as ações de Anísio Teixeira existiam as mediações – os interesses de classes, sua posição social, os limites do projeto liberal escolanovista. Como diz Gandini (1980, p. 13), Anísio Teixeira “[...] pensa como um liberal conservador americano e age como um funcionário – intelectual latino-americano, no melhor sentido e com todas as suas limitações: procura promover a democratização da escola via decreto”. (SILVA; PINA, 2009, P. 65)

Alinhada a esta concepção escolanovista, observa-se, nas décadas de 1950 e 1960, a emergência da Teoria do Capital Humano no contexto de intensificação da industrialização e do desenvolvimento econômico, em meio à necessidade de formação de mão de obra para atender a esse modelo de desenvolvimento. Considera-se, assim, a pedagogia tecnicista integrada às concepções pedagógicas liberais produtivistas em conformidade com a teoria do capital humano, cujo interesse é adequar a educação para atender as demandas do sistema produtivo, principalmente, para a formação do trabalhador. Como desdobramento desse processo, desenvolve-se a Teoria do Capital Humano.

De acordo com Arapiraca (1982)

O conceito de capital humano foi explicitamente desenvolvido a partir da década de 1960, quando alguns economistas, notadamente os norte-americanos e ingleses, se preocuparam em encontrar fórmulas que compatibilizassem o crescimento econômico com a distribuição de rendas nacionais [...].

Um dos pontos centrais da *teoria* é o de que capital humano é algo deliberadamente produzido pelo investimento que se faz no indivíduo a partir da educação formal e do treinamento; que a produtividade do indivíduo resulta na maior ou menor quantidade de capital humano que este venha a possuir.

Sustenta ainda a *teoria* que, na medida em que cresce o nível de educação do indivíduo, cresce também sua renda, partindo do pressuposto de que a educação e o treinamento é que levam ao aumento da produtividade, tudo dentro do suposto neoclássico da teoria econômica de que os fatores de produção são remunerados de acordo com sua produtividade marginal. (ARAPIRACA, 1982, p. 41)

Dessa forma, a teoria do capital humano entendia a educação com a finalidade de preparar as pessoas para atuação em um mercado em expansão, sendo a escola a instituição responsável pela mão de obra que seria incorporada progressivamente por esse mercado (SAVIANI, 2005).

Para Gentili (2005), esta teoria se consolidou tendo em vista o crescimento econômico, articulado a um suposto fortalecimento do Estado de Bem-Estar Social e pela sua aquisição como prerrogativa para a conquista do pleno emprego. Todavia, o autor identifica um deslocamento da compreensão da educação como garantia de acesso ao mercado de trabalho, através do chamado “pleno emprego”.

A este fenômeno busca-se a seguinte explicação:

A crise capitalista dos anos de 1970 marcará o início de uma profunda desarticulação dessa promessa integradora em todos os seus sentidos. No que se refere à sua dimensão econômica, questão que nos preocupa aqui, o processo tem sido, no mínimo, paradoxal. Com efeito, a ruptura da promessa da escola como entidade integradora começou se desencadear de forma definida nos anos de 1980, justamente num contexto de revalorização do papel econômico de educação, da proliferação de discursos que começaram a enfatizar a importância produtiva dos conhecimentos (inclusive a configuração de uma verdadeira “Sociedade do Conhecimento”, na Terceira Revolução Industrial) e de uma crescente ênfase oficial nos aportes supostamente fundamentais que as instituições escolares deviam realizar para a competitividade das economias na era da globalização. (GENTILI, 2005, p. 49).

A partir da década de 1980, muda-se a perspectiva da compreensão da *promessa da escola como entidade integradora* (Gentili, 2005) capaz de garantir a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. A escolarização passa a não ser mais uma forma segura de garantir a inclusão no emprego. É a teoria do capital humano sendo refuncionalizada em virtude da crise do capitalismo e das mudanças do modo de produção fordista para o modo de produção taylorista, quando começa a solicitar trabalhadores flexíveis, acompanhada de altos índices de desemprego, não somente no Brasil, como em outros países da América Latina.

Inserida no plano da reestruturação produtiva, a educação para os setores dominantes deveria atender às exigências da formação do trabalhador flexível. A intervenção do empresariado nas esferas sociais do Estado ganha novos contornos, intensificando o processo de privatização. A sua recomposição no plano da economia ocorre por meio de uma forte

participação política e de sua estreita identificação e parcerias com instituições da sociedade civil, mas também na elaboração dos seus próprios organismos, legitimando assim a sua representatividade sobre toda a sociedade.

[...] a base da pedagogia tecnicista são os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, dos quais deriva o corolário relativo à obtenção do máximo resultado com o mínimo de dispêndio. Esse objetivo, que na década de 1970 era perseguido sob a iniciativa, controle e direção direta do Estado, na década de 1990 assume uma nova conotação: advoga-se a valorização dos mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa e as organizações não governamentais, a redução do tamanho Estado e a das iniciativas do setor público. Seguindo essa orientação, as diversas formas educativas levadas a efeito em diferentes países apresenta um denominador comum: o empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos buscando senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com a iniciativa privada e as organizações não governamentais (SAVIANI, 2010, p. 438).

É neste contexto que se delinea o que Saviani chama de (neo)produtivismo e (neo)tecnicismo. O discurso da ineficiência e ineficácia do papel do Estado no cumprimento dos objetivos da escola atrelado às novas demandas do modo de produção capitalista possibilitaram a refuncionalização destas concepções pedagógicas como formas de correção dos problemas sociais.

Em direção análoga FRIGOTTO (1996; 2001) e GENTILI (2001; 2005) vem enfatizando a substituição da promessa de integração social pela promessa da empregabilidade como características das orientações educacionais dominantes que vem sendo empregadas a partir da década de 1990 no Brasil. Gentili (2005) defende nesse sentido que

[...] a tese da empregabilidade recupera a concepção individualista da Teoria do Capital Humano, mas acaba com onexo que se estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social: as possibilidades de inserção de um indivíduo no mercado dependem (potencialmente) da posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis (a educação é, de fato, um investimento em capital humano individual); só que o desenvolvimento econômico da sociedade não depende, hoje, de uma maior e melhor integração de todos à vida produtiva (a educação não é, em tal sentido, um investimento em capital humano social). As economias podem crescer e conviver como uma elevada taxa de desemprego e com imensos setores da população fora dos benefícios do crescimento econômico (uma questão que os economistas keynesianos e os teóricos do capital humano dos anos de 1960 não teriam tido a coragem de imaginar) (GENTILI, 2005, p. 53-54).

A estratégia da ênfase no capital individual, por sua vez, trouxe para as políticas educacionais a presunção da revisão das funções sociais da escola, incluindo a sua forma de organização e funcionamento, sobretudo nos quesitos gestão e financiamento. Utilizando-se

da retórica da ineficiência do Estado para gerir os serviços públicos, a participação do empresariado na educação pública escolar é apontada como uma estratégia, não só para a correção dos problemas da qualidade da escola, mas também para a implementação da forma de administração gerencial em que se flexibiliza as formas de financiamento e manutenção das políticas sociais. Esta estratégia, nas palavras de Gentili (1998, p. 19)

Trata-se, enfim, de transferir a educação *da* esfera da política *para* a esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores. A educação deve ser pensada como um bem submetido às regras diferencial da competição... A reforma administrativa proposta pelo neoliberalismo orienta-se a despublicizar a educação, a transferi-la para a esfera da competição privada. Reduzida à sua condição de mercadoria, a educação só deve ser protegida não por supostos de direitos “sociais”, mas pelos direitos que asseguram o uso e a disposição da propriedade privada por parte de seus legítimos proprietários.

Ante o exposto, verifica-se que as abordagens e concepções pedagógicas, quer seja criticando, ou apoiando uma agenda empresarial para a educação, ratificam o alinhamento das políticas educacionais nas últimas, com as demandas econômicas, como se este fosse o único fim da educação. Contudo, torna-se premente compreender o desdobramento destas interpretações sobre as tendências educacionais com a produção acadêmica sobre a intervenção do empresariado em educação, no sentido de perceber as sincronias e diacronias deste fenômeno expressando-se no Brasil nas últimas décadas.

1.3 AS INTERPRETAÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A INTERVENÇÃO DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 2000

As interpretações da reforma administrativa trouxeram interrogações sobre a relação empresa-escola para alguns pesquisadores. Em mapeamento das pesquisas que se voltaram para a análise das relações instituídas entre o empresariado e a política educacional brasileira, no sentido de apreender os indícios de sincronia e diacronia entre as ideias forças que forjaram novas formas de intervenção do Estado e as ações do empresariado, foram identificados vários estudos voltados para essa temática. Ao todo foram mapeadas 21 dissertações e 06 teses defendidas em programas de pós-graduação em educação no período de 2001 a 2011, tomando como referência o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir das palavras-chaves: “responsabilidade social empresarial”; “parceria empresa-escola”.

Esse mapeamento resultou na identificação de algumas informações que permitem localizar quem são os autores dos estudos, o título dos trabalhos, a instituição de origem, conforme se vê no quadro 01. Como se pode notar, os temas eleitos pelos pesquisadores iniciaram abordando as parcerias empresa-escola, e foi, ao longo da década de 2000, ampliando-se para a questão do empresariamento através da participação de organizações públicas não-estatais.

Quadro 01

TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE A INTERVENÇÃO DO EMPRESARIADO NA AGENDA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS 2001-2011

ANO	AUTOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
2001	Maria Vieira Silva	Empresa e escola: do discurso da sedução a uma relação complexa	UNICAMP
2002	Maria das Graças Fernandes Branco	Parceria empresa/escola: alternativa para a melhoria da qualidade de ensino?	UNICAMP
2003	Adriane Silva Tomaz	Projeto de parceria empresa-escola: a intervenção direta do empresariado na educação escolar das massas trabalhadoras: uma análise do Programa Ensino de Qualidade da Fundação Belgo-Mineira	UFF
2003	Andrea da Paixão Fernandes	Os empresários como atores educativos: uma aproximação crítica à redefinição da relação trabalho e educação no contexto das políticas neoliberais	UFF
2004	Oswaldo Gonçalves Junior	Iniciativa privada na educação pública: a Fiat e o Programa Moto Perpétuo	USP
2005	Adelaide Ferreira Coutinho	As organizações não-governamentais e a educação oferecida aos pobres: do consenso da oferta à ações privatizante	UFRN
2005	Marcos Evandro Galini	Parceria na educação: iniciativas dos governos do estado de São Paulo de incentivo à parceria com escolas públicas, a partir de 1987	USP
2005	José Péricles Diniz Bahia	Jornal na Escola: estratégias de uso para a construção de cidadania	UFBA
2006	Graziany Penna Dias	Empreendedorismo e educação: o SEBRAE na escola	UFF
2006	Célia Maria Machado de Brito	ONGs e educação: ações, parcerias e possibilidades de contribuição para melhoria da escola e do ensino público	UFC
2006	Maria Helena Candelori Vidal	Atando nós que constroem redes...: a expansão da rede Pitágoras no contexto da transnacionalização da educação	UFU
2007	André Silva Martins	Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo	UFF
2007	Lígia Jacob de Vargas	A autonomia e gestão escolar dentro do contexto de parcerias: a experiência de uma escola de Ensino Fundamental em Salvador	UFBA

2007	Rubens Felipe Chemp	Escola pública e gestão neoliberal: o PROCAD em Minas Gerais	UFF
2008	Silvana Aparecida de Souza	Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa: “amigos da escola” e outras formas de participação	USP
2008	Juliana Selau Lumertz	A parceria público-privada na educação: implicações para a gestão da escola	UFRGS
2009	Liliane Xavier Luz	Participação do empresariado na educação no Brasil e na Argentina	UNICAMP
2009	Daniela de Oliveira Pires	A configuração jurídica e normativa da relação público-privada no Brasil na promoção do direito à educação	UFRGS
2009	Alessandra Aparecida Cain	O atendimento ao ensino fundamental: análise de parcerias de dois municípios paulistas e o setor privado na aquisição de ‘sistema de ensino’	UNESP
2009	Lucilene Rossi	Oferta educacional e parceria com o setor privado: um perfil dos municípios paulistas com até 10.000 habitantes	UNESP
2009	Bárbara Cristina Felismino dos Santos	Pelas mãos das organizações não-governamentais: Responsabilidade Social Empresarial, educação e geração de trabalho e renda	UFF
2009	Marília Guimarães Moreira Barbosa	As parcerias público-privadas nas Escolas Públicas Estaduais de Uberlândia (1995-2008)	UFU
2010	Eugênia Morais de Albuquerque	A implantação do Programa <i>Gestão Nota 10</i> no sistema municipal de educação de Mossoró/RN (2005-2009)	UFRN
2010	Francisco José Mendes Duarte	Construindo o movimento da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil: um estudo de caso sobre o Instituto ETHOS	UFF
2010	Daniel Monteiro da Silva	ONGs e escolas públicas básicas: os pontos de vista de docentes e “educadores (as) sociais”	USP
2011	Maria Ivania Almeida Gomes Porto	Instituto Ayrton Senna: quebra de paradigma na gestão pública educacional de Caruaru	UFPE
2011	Liege Coutinho Goulart Dornellas	O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o Programa Escola que Vale	UFJF

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da base de dados da CAPES. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>.

De acordo com os dados apresentados no quadro 01, nota-se que a produção em torno da temática da intervenção do empresariado na agenda das políticas educacionais brasileiras seguiu tímida por toda a década de 2000, contabilizando-se de um a dois trabalhos ao ano até 2004. A partir de então, identificou-se um ligeiro incremento na produção em 2005, primeira vez em que se registram 3 produções em um ano, característica esta que será seguida nos anos subsequentes com 3 trabalhos por ano, exceto em 2009 que registrou o maior número de trabalhos em toda década, com 6 produções.

Entre as 27 dissertações e teses localizadas entre os 11 programas de pós-graduação, identificou-se que apenas programas de 3 regiões geográficas tinham produções relativas a ação do empresariado e a educação, segundo os critérios de classificação dos trabalhos adotado na pesquisa. Ver quadro 02.

Quadro 02

DISTRIBUIÇÃO DAS DISSERTAÇÕES E TESES POR REGIÃO – 2001-2011

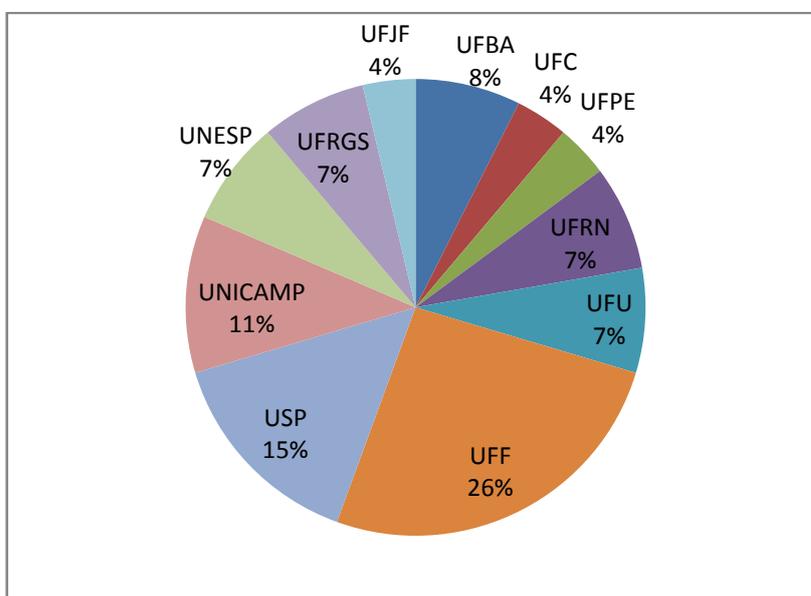
Região	Nordeste	Sudeste	Sul
	6 pesquisas	19 pesquisas	2 pesquisas
Total	27 pesquisas		

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da base de dados da CAPES. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>.

Olhando a distribuição dessa produção por instituição nota-se que todos os trabalhos foram defendidos em universidades públicas, sendo a Universidade Federal Fluminense a que mais concentrou estudos com essa problemática, com 07 pesquisas no total. Ver gráfico 01:

GRÁFICO 01

DISTRIBUIÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES POR UNIVERSIDADE – 2001-2011



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir da base de dados da CAPES. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>.

Nesse quadro das produções foi possível classificar dois grupos distintos de abordagens da temática. De um lado aquelas que ressaltaram a positividade das parcerias entre empresa-escola, ou seja, as que assimilam a quebra do paradigma da gestão pública educacional a partir da parceria com as empresas (sejam elas organizações sociais especializadas na área ou empresas de ramos de serviços e/ou industriais) no sentido de garantir a melhoria da qualidade do ensino público. De outro lado os estudos que analisam negativamente a parceria empresa-escola, ao menos, da forma como vem sendo realizada a partir dos anos 90. Estes últimos problematizam as parcerias tendo em vista verificar os reais interesses do empresariado ao buscarem formar parcerias com as escolas.

Dentre os estudos que discutem a parceria empresa-escola como categoria analítica a partir de sua positividade, identificou-se que apenas quatro apresentam as parcerias entre empresa-escola (organizações não-governamentais) enquanto mecanismo que pode garantir a melhoria da educação. Dessa forma, alegando os problemas da educação atual, e incorporando a ideia de crise do modelo de gerenciamento do Estado, os autores apresentam a parceria como estratégia de promoção de controle e participação social no sentido de melhorar a qualidade do ensino.

Nesse quadro, dois estudos chamam atenção também pelo fato de que se referem a duas experiências no estado da Bahia. O primeiro é a dissertação de mestrado defendida por Bahia (2005), que discute a parceria entre o Jornal A Tarde e a Secretaria Municipal de Educação de Salvador, através do Programa A Tarde na Escola. O autor elege como tema de pesquisa o jornal na escola e sua utilização em sala de aula como instrumento de apoio didático de incentivo à prática de leitura. Como resultados o autor sinalizou como bastante positiva a experiência e ressalta que o trabalho com jornal na sala de aula “têm contribuído para a formação de estudantes que sejam leitores mais criativos e mais críticos em relação ao contexto social em que vivem, desenvolvendo assim os mecanismos necessários à construção da cidadania plena”. O autor ainda destaca que o “Programa A Tarde na Escola” é destaque entre outros programas mantidos também por jornais impressos em outras regiões do país. Dessa forma, o Jornal A Tarde, através do programa A Tarde na Escola, vem disseminando uma proposta de parceria com a escola pública com destaque no cenário nacional.

A outra pesquisa realizada na Bahia é a de Vargas (2007), a qual problematiza a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador (SMEC) e uma Fundação. Neste trabalho a autora defende que a parceria empresa-escola foi positiva e favoreceu ao processo de gestão democrática. Curiosamente a própria autora registra que a parceria vigorou por um período curto – entre os anos de 2004 a 2005 – sendo,

posteriormente, a escola extinta. Uma análise mais detalhada ficou inviável, pois a autora não fornece, na dissertação, dados sobre a Fundação, sua natureza e concepção, o que seria necessário para uma análise mais aprofundada sobre os achados da pesquisa.

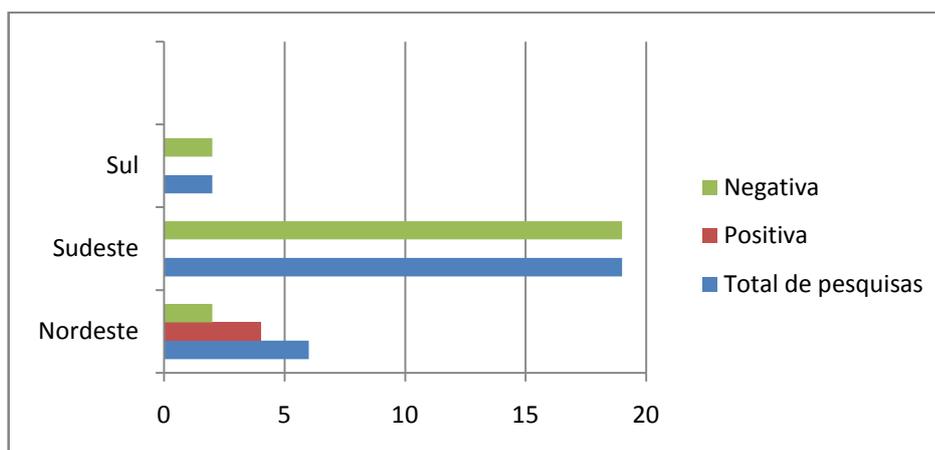
Outra pesquisa que aponta na mesma direção foi a tese de doutoramento de Célia Maria Machado de Brito (2006), defendida na Universidade Federal do Ceará, intitulada “ONGs e educação: ações, parcerias e possibilidades de contribuição para a melhoria da escola e do ensino público”. Neste estudo a autora analisa as práticas sócio-educativas de ONGs e sua interlocução com a escola pública, focalizando aspectos relativos ao crescimento da participação social, na defesa dos direitos da criança e do adolescente em situação de risco. Para a autora, a pesquisa destacou como positiva as contribuições das ONGs para o aprimoramento da prática escolar, “sendo apontadas como importantes parceiras no conjunto das lutas pela democratização da educação e do ensino público”.

Porto (2011) também tematiza a contribuição positiva das parcerias para a educação escolar. Neste estudo a pesquisadora analisa a parceria realizada entre o município de Caruaru e o Instituto Ayrton Senna (IAS), através da implantação nas escolas públicas de um modelo eficiente de gestão semelhante às empresas privadas. Mesmo analisando os principais marcos da reforma administrativa dos anos 90, a autora conclui o estudo afirmando que o modelo de gestão do IAS possibilita a construção de ferramentas que melhoram o controle e o desenvolvimento da qualidade da educação ofertada pelo poder público à sociedade.

Distribuídas por região geográfica do país, as pesquisas apontando a positividade e negatividade das parcerias empresa-escola foram organizadas conforme o gráfico 02:

GRÁFICO 02

PESQUISAS QUE QUALIFICAM A PARCERIA EMPRESA/ESCOLA POSITIVAMENTE



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir da base de dados da CAPES. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>.

Curiosamente, observa-se que, das 03 regiões geográficas brasileiras onde foram identificadas pesquisas que problematizaram a parceria empresa-escola, o nordeste foi a única região geográfica do país em que identificou-se 04 pesquisas apontando a positividade das parcerias empresa-escola. Em nenhuma outra região foi verificada a positividade das parcerias empresa-escola da forma como vem se consolidando no Brasil nas últimas décadas. Este aspecto pode apontar, dentre outras questões, para as escolhas políticas nas orientações das investigações realizadas pelos pesquisadores.

Na contramão da positividade, a grande maioria dos estudos sobre a parceria empresa-escola apresentam as contradições presentes na agenda empresarial para a educação nos últimos anos. A maior parte das pesquisas - 23 estudos -, ou seja, mais de 80%, apontam as contradições que estão presentes na defesa de parceria entre empresa-escola e organizações não-governamentais como uma forma de construção de nova sociabilidade da classe trabalhadora, quando o empresariado surge como dotados de virtudes na promoção de políticas educacionais.

Na pesquisa de Silva (2001), defendida na UNICAMP, a primeira tese focando a problemática aqui em tela, a autora faz uma interpretação crítica sobre a intervenção do empresariado na educação escolar. Esta pesquisa buscou elucidar os mecanismos de produção da nova identidade do trabalhador em face da *Revolução Organizacional* implantada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais nas escolas públicas adotadas por este grupo empresarial. Como questão de pesquisa a autora elegeu: Que relações a dinâmica empresarial e a organização escolar guardariam com as atuais *Condições Gerais de Produção* e com a extorsão da identidade do trabalhador pela lógica do capital, neste novo ciclo da mais-valia relativa? Como caminho elucidativo à questão levantada, a autora defende que as mudanças operadas na gestão e organização do setor produtivo, de fato, incidem tanto nas condições materiais dos trabalhadores quanto nos aspectos subjetivos destes sujeitos, produzindo um “novo perfil de trabalhador”, preparados para atuarem sob a nova dinâmica de gestão. Além disso, o programa busca disseminar, nos trabalhadores, “o desenvolvimento de uma auto-satisfação, que é justificada pela construção de um bem maior: o progresso e modernidade”.

O estudo de Branco (2002) buscou investigar o conceito de responsabilidade social, relacionando-o às novas exigências do mercado para trabalhadores mais qualificados. O estudo revelou que as empresas visam um diferencial competitivo para construírem a imagem de empresas cidadãs. Nesse sentido, faz uma análise sobre o papel do Estado nas relações de

parceria, tendo como referências o Plano Nacional de Educação e o Programa Escola em Parceria, da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, com o objetivo de verificar como o Estado tem se organizado e que condições têm criado para incentivar e disseminar ações de parceria com a sociedade civil. Assim, a autora busca discutir até que ponto ações localizadas podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público.

Outra pesquisa nesse grupo das interpretações críticas foi desenvolvida por Tomaz (2003) “Projeto de parceria empresa-escola: a intervenção direta do empresariado na educação escolar das massas trabalhadoras: uma análise do programa ensino de qualidade da Fundação Belgo-Mineira”. Na pesquisa, a autora analisa um exemplo concreto da nova forma de intervenção do empresariado na educação escolar, e destaca o Estado de Minas Gerais, *locus* de sua pesquisa, na implementação de políticas educacionais de marca empresarial, bem como, as ações do governo do Estado no sentido adequar a educação mineira às diretrizes empresariais. Segundo a autora, a responsabilidade social empresarial, ao colocar a necessidade de um modelo gerencial para as escolas, semelhante à das empresas, vem promovendo modificações na concepção de aluno (entendido como cliente), do poder público (como patrocinador), da educação escolar (como produto), das diferentes escolas da rede de ensino (como concorrentes) e de toda a comunidade (como mercado).

A autora conclui que a proposta de parceria empresa-escola explicita a tentativa da classe dominante de apropriar-se do discurso de “transformação” e da “qualidade da educação” como elemento de recomposição da hegemonia. No entanto, isso vai se dar não de forma linear, mas em meio a tencionamentos contrários que obrigam a classe dominante permanecer nesta busca constante.

Martins (2007) no estudo “Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo”, analisa as estratégias de educação implementada pela burguesia no Brasil contemporâneo tendo em vista formar uma nova sociabilidade. Entre os resultados da pesquisa, o autor constatou que as ações empresariais buscam consolidar uma nova sociabilidade para educar o trabalhador, que se constitui como uma expressão da nova hegemonia que tem na “responsabilidade social” sua principal referência. O autor também identificou que, por meio de práticas refinadas, o empresariado brasileiro vem envidando esforços para redefinir noções históricas importantes, tais como participação, cidadania e solidariedade.

Souza (2008), na pesquisa realizada sobre a “Educação, trabalho voluntário e Responsabilidade Social da Empresa: ‘Amigos da Escola’ e outras formas de participação”, procura identificar as intersecções entre educação, trabalho voluntário, e responsabilidade

social empresarial no contexto da ‘acumulação flexível’. Segundo a autora, o projeto “Amigos da Escola”, implantado pela Rede Globo de Televisão, é o maior projeto de RSE em educação no Brasil e incentiva o desenvolvimento do trabalho voluntário em escolas públicas. O presente estudo demonstrou que o trabalho voluntário está relacionado com um conjunto de ações paliativas, para atenuar a crise social desencadeada pelo desemprego estrutural e a redução dos direitos sociais. Ainda a pesquisa destaca que a maior parte do trabalho voluntário individual é descontínuo e em nada contribui para o desenvolvimento das atividades na escola. Além disso, o projeto "Amigos da Escola" oferece vantagem apenas para a Rede Globo, que projeta para si uma imagem de empresa que investe em atividades sociais.

A participação do empresariado na educação, também foi objeto de estudo de Luz (2009) na pesquisa “A participação do empresariado na educação no Brasil e na Argentina”. Nesta pesquisa, a autora faz uma análise comparativa sobre a participação do empresariado para além do âmbito nacional, pegando como lócus da pesquisa estes dois países. Dessa forma, analisa a relação entre Estado, empresários e políticas educacionais no contexto das reformas no Brasil e na Argentina a partir dos anos de 1990. Como resultado da pesquisa, identifica que de fato os empresários são, no Brasil e na Argentina, atores de governo educacionais, entretanto, não são novos atores, e apresentam-se de forma distinta no governo da educação, pela forma como seus espaços de atuação foram redefinidos e readaptados no processo das reformas recentes, em que o Estado pluraliza os meios de governar sem deixar de agir como ator central.

Dornellas (2011), em pesquisa intitulada: “O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o Programa Escola Que Vale”, apontou como a responsabilidade social empresarial vem se tonando uma estratégia vigorosa de intervenção do empresariado em prol do suposto bem comum, neste início de século XXI. Para tanto a autora analisou o programa educativo financiado pela Empresa Vale (antiga Vale do Rio Doce), e implementado pela Fundação desta mesma empresa, em parceria com uma prefeitura do interior de Minas Gerais, a partir de um complexo formado pela Fundação Vale (FV) e Centro de Educação e a Documentação para Ação Comunitária (CEDAC). De acordo com a Dornellas, o programa Escola Que Vale (EQV) desenvolve cursos de capacitação para professores da educação básica, atuante no ensino fundamental de redes municipais. Como resultados identificou-se que, a partir do pensamento pedagógico empresarial, o programa EQV vem procurando disseminar uma visão hegemonia de educação e de sociabilidade, tal como propõem o neoliberalismo da Terceira Via. Dessa forma, “o efeito político de programas como o EQV vai muito além das implicações diretas na educação escolar, pois

reforçam a pedagogia da hegemonia, legitimando uma concepção de mundo e de sociabilidade” (DORNELLAS, 2011, p. 89).

A partir da constatação do referido mapa da produção sobre a temática empresa-escola, pode-se verificar que a maioria dos estudos delimitou a década de 1990 como um período de intensificação da participação de setores do empresariado na escola pública, principalmente, a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1994. Nesse percurso observa-se também a mudança da natureza das intervenções do empresariado na agenda educacional, passando de práticas voluntárias, para a assunção da perspectiva da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), através de projetos que interferem diretamente no currículo, na gestão e organização do trabalho pedagógico na escola.

Os achados decorrentes da exploração da produção acadêmica na área mostraram ainda que a problematização do conceito de “responsabilidade social empresarial” apresenta-se como uma categoria central para a interpretação crítica das análises que vem sendo apresentadas na área.

Nessa direção, algumas produções mais recentes sobre a temática apresentam evidências de que a responsabilidade social empresarial constitui um elemento de grande persuasão ideológica. Neste marco, as ações do empresariado para a educação básica estiveram ancoradas em alguns pressupostos: a relação entre público e privado como base para a alteração da gestão da educação escolar, remetendo a esta à tarefa de melhorar a qualidade do ensino (PERONI, 2010); a difusão da tríade responsabilização-meritocracia-privatização na avaliação de desempenho (FREITAS, 2012). Olhando para a realidade de São Paulo, Adrião *et al.* (2012) registra as diversas formas de parcerias entre o setor privado e o governo de São Paulo, inaugurando um modelo de “publicização” *sui generis* que inclui intervenções do empresariado na oferta de material didático (aquisição de “sistemas” de ensino ou apostilamento), assessoria privada (consultoria) voltadas para a gestão da educação e subvenção pública para a oferta de vagas em instituições privadas, principalmente, na educação infantil (ADRIÃO, *et al.*, 2012).

Sobre a característica de cada uma delas, a autora apresenta da seguinte forma:

A subvenção pública a vagas em estabelecimentos privados refere-se neste trabalho à modalidade em que municípios, por meio de convênios de distintos formatos, repassam recursos para instituições privadas de educação infantil. Os repasses se dão tanto para instituições privadas sem fins lucrativos, como para instituições privadas com fins lucrativos. Os primeiros já são tradicionais nesta etapa da escolaridade e os segundos constituem tendência mais atual, verificada neste estudo.

Assessoria privada para gestão educacional é entendida como a modalidade pela qual a administração pública firma convênios ou contratos com instituições privadas,

tendo por objetivo: a elaboração de orientações gerais para o funcionamento da rede escolar (Plano Municipal de Educação; estatuto do magistério; alternativas de planejamento e avaliação das escolas, entre outras); a formação de gestores das escolas e de técnicos da administração municipal; a definição de estratégias e diretrizes educacionais. Assim como no caso da parceria para aquisição de vagas, as instituições parceiras do poder público podem ser privadas com e sem fins lucrativos.

Aquisição de “*sistema*” *privado de ensino* refere-se a uma forma de parceria na qual o poder público adquire os chamados “sistemas de ensino”. Estes se constituem de simples somatória de produtos e serviços elaborados por instituições privadas de ensino que disputam o mercado educacional. Constatou-se, inclusive, a criação de órgãos específicos – alguns com tamanho e complexidade semelhantes ao de uma Secretaria de Educação – com o objetivo de vender às prefeituras municipais uma variedade de produtos, de maneira a atender todas as etapas de escolaridade que estejam sob a responsabilidade do município-cliente. Parte desta reflexão foi tratada neste periódico. (ADRIÃO *et al.*, 2012, p. 537).

No que se refere ao processo de inserção do empresariado como promotores da educação básica, Peroni (2010) analisa esse movimento intrínseco ao processo de redefinição do papel do Estado brasileiro, que teve seu auge na década de 1990. Nesse contexto, a alteração da relação entre o público e o privado provocou mudanças nos sistemas públicos de educação, principalmente, no sistema de gestão educacional. De acordo com a autora, o resultado desse processo resultou em mudanças nas políticas educacionais, principalmente, no que diz respeito à gestão escolar, que passa a ter como justificativa o argumento de que “o privado mercantil é parâmetro de qualidade e eficiência” (PERONI, 2010, p. 2).

Conforme procurou-se demonstrar anteriormente, Peroni (2010) reforça a tese de que, a inserção de Organizações Sociais (OS) - mais especificamente, o Terceiro Setor -, principalmente os ligados ao empresariado passaram a assumir o papel de promotores de serviços sociais, antes delegado ao Estado. Destaca-se que esta estratégia promovida pelos setores dominantes, configura-se como uma reação frente à crise do capitalismo. Dessa forma, se a saída apontada pelo neoliberalismo foi a privatização, para a Terceira Via, o caminho é a parceria do setor público com o Terceiro Setor, ou a sociedade civil.

[...] a atual social-democracia, chamada de Terceira Via, [...] trata a democracia não como inimiga, como faz o neoliberalismo, mas como instrumental à retirada do Estado das políticas sociais. A Terceira Via apela para a subjetividade das pessoas através da ajuda mútua, da solidariedade, da filantropia, através do terceiro setor, enquanto o dinheiro público dos impostos é deslocado para a esfera financeira. No caso dos países latinoamericanos, e em particular o Brasil, o avanço das lutas por direitos sociais, ocorrido no momento pós-ditadura ocorreu no mesmo período em que entrava em crise o modelo fordista keynesiano e, em seu lugar, o capitalismo propunha um conjunto de estratégias, como o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, a globalização econômica e financeira, para retomar o aumento das taxas de lucro. Todas as estratégias propostas reduziam direitos sociais e trabalhistas, com graves conseqüências para a construção da democracia e dos direitos sociais, materializadas em políticas universais. (PERONI, 2010, p. 1)

A interpretação realizada pela autora indica que a passagem do neoliberalismo para a Terceira Via remete a uma questão não conjuntural, pois, quando são comparados aos princípios defendidos pelo liberalismo, reconhecem-se estes como expressões fenomênicas do Estado burguês em suas novas formas de materialização e construção de sua hegemonia. Nesse cenário, Adrião, et al. (2012), afirma que o incentivo às parcerias entre setor público com o setor privado, conforme procurou-se mostrar no início do capítulo,

[...] encontra estímulo nas orientações governamentais para a gestão pública no Brasil desde o Plano Diretor para a Reforma da Administração e Aparelho do Estado (1995), a partir do qual se configurou um conjunto legal que, ao mesmo tempo em que ampliou o controle sobre a atuação das administrações públicas, com destaque para as de nível local, estimulou essas mesmas esferas governamentais a buscarem na iniciativa privada apoio logístico e operacional para as responsabilidades assumidas, especialmente se relativas às políticas sociais. (ADRIÃO et al., 2012, p. 544-545).

Assim, uma vez que a iniciativa privada oferece serviços educacionais ao setor público, este último permite às empresas educacionais o controle do trabalho pedagógico, interferindo na organização dos tempos, rotinas e o currículo nas unidades escolares. Além disso, dissemina a filosofia da gestão educacional ancorada nos princípios da gestão empresarial.

Nestes termos, o processo constitutivo de uma agenda para a educação pública originária do empresariado e sua interface com o governo municipal de Feira de Santana será o eixo de análise do capítulo seguinte.

2 FEIRA DE SANTANA E A AGENDA PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA: INTERFACES ENTRE O GOVERNO E O TERCEIRO SETOR

O presente capítulo examina as agendas para a educação pública que foram se constituindo, em Feira de Santana, na primeira década do século XXI, mais especificamente entre os anos de 2001 a 2008. Neste sentido, apresentam-se os dados socioeducacionais do referido período, quando teve início a implementação de programas envolvendo parcerias entre empresas privadas e a Secretaria Municipal de Educação. Além disso, contextualiza a educação nos movimentos sociopolíticos que caracterizaram as duas gestões do prefeito José Ronaldo de Carvalho (2001-2004/2005-2008), procurando identificar as principais ações educacionais desse governo e suas relações com empresas localizadas no município.

2.1 O CENÁRIO DA DÉCADA DE 2000 EM FEIRA DE SANTANA

O último ano de século XX, para os feirenses, foi de expectativa e apresentava-se como um contexto de mudanças para a cidade, considerando os acontecimentos do período: os resultados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2000; as eleições para o executivo e legislativo municipal; o anúncio da instalação de novas indústrias no Centro Industrial do Subaé (CIS), elevando ainda mais as expectativas acerca do desenvolvimento econômico do município.

No final do ano 2000, o IBGE divulgou os dados do censo, apontando Feira de Santana como a segunda maior cidade em população da Bahia, com 480.949 habitantes¹¹, registrando um percentual médio de crescimento populacional de 1,64%. (Feira agora é maior que 8 capitais, 2000, p. 4). A tabela 01 apresenta os índices populacionais oficiais do ano 2000, divulgados pelo IBGE, do estado da Bahia, Salvador e Feira de Santana, a partir da população residente, por sexo e situação do domicílio, além da taxa de alfabetização da população com 10 ou mais anos de idade:

¹¹ Segundo dados do censo de 2010, Feira de Santana tinha uma população de 556.642 habitantes, com uma estimativa populacional para 2012, de 568.099 habitantes.

Tabela 01
POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO, SITUAÇÃO
DO DOMICÍLIO E TAXA DE ALFABETIZAÇÃO - BAHIA E MUNICÍPIOS
SELECIONADOS - 2000

Municípios	População residente, sexo e situação do domicílio					População residente de 10 anos ou mais de idade		
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Total	Alfa- betizada	Taxa de alfa- betização (%)
Bahia	13.070.250	6.462.033	6.608.217	8.772.348	4.297.902	10.385.720	8.138.193	78.4
Salvador	2.443.107	1.150.252	1.292.855	2.442.102	1.005	2.028.377	1.902.532	93.8
Feira de Santana	480.949	229.656	251.293	431.730	49.219	386.446	335.678	86.9

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000.

Neste período, o município já mantinha o patamar de segunda maior cidade em população da Bahia, perdendo apenas para a capital, Salvador, marca que se manteve nos anos seguintes. Além disso, o município apresentou uma acentuada taxa de crescimento populacional, embora com índices inferiores aos registrados na década de 1980. Esse aspecto foi divulgado pelo Jornal Folha do Estado da seguinte forma:

[...] A nossa taxa de crescimento é maior do que a registrada no Estado. Crescemos 1,6 enquanto a Bahia aumentou 1,03%. Em compensação, se compararmos ao índice dos anos 80, caímos bastante: era de 3,05%. Feira não é mais a 31° [sic!] cidade em população do Brasil. Agora é a 34° [sic!] cidade. Feira é maior do que 8 capitais. Antes era maior do que 9. Com relação às demais cidades do interior da Bahia, Feira é maior do que a Segunda e a terceira colocadas juntas: Vitória da conquista (262.588) e Ilhéus (221.588). (Feira agora é maior que 8 capitais, 2000, p. 4).

Destes quase meio milhão de habitantes, quando remetido a uma análise de gênero, identifica-se que mais da metade da população era composta por mulheres, ou seja, mais de 251 mil habitantes (52,25%), enquanto a população masculina era de mais de 229 mil habitantes (47,75%). A supremacia da população feminina é outro aspecto que se manteve nos anos seguinte, seguindo uma tendência nacional.

No universo da população com 10 anos ou mais de idade, Feira de Santana contava com 386.446 pessoas, e desse total, 335.678 eram alfabetizadas, ou seja, o município ainda apresentava percentual de 13,1% de pessoas não alfabetizadas. Ainda assim, apresentou um

percentual acima da média estadual, com 78.4% de pessoas alfabetizadas. Todavia, quando comparados com o percentual de Salvador de 93.8%, Feira de Santana está abaixo da capital baiana.

Outro dado que merece destaque diz respeito à imensa maioria da população que se encontrava residindo na zona urbana 431.730 (89,77%). Contrastando com a reduzida taxa da população rural de pouco mais de 49.219 habitantes (10,23%). Esse dado chamou atenção, inclusive, da imprensa:

Um dos [dados que] mais chamou atenção, no entanto, é o fato de que, enquanto na Bahia temos um dos maiores índices de população rural do Brasil, em Feira esse número é inverso: aqui quase 90% da população está na zona urbana. O percentual é maior do que o índice nacional. No Brasil, o índice de pessoas na zona urbana é de 80 por cento. Aqui é 89,76 dos habitantes que moram na cidade, o que representa mais favelas, menos emprego, mais dor de cabeça para administrar o município. Na zona rural o índice é de apenas 10, 24 por cento. (Feira agora é maior que 8 capitais, 2000, p. 4).

Os dados expressos nesse quadro quando comparados aos índices de desenvolvimento humano da cidade de Feira de Santana, nos censos de 1991 e 2000 indicam alguns paradoxos que envolvem o cenário local. Se no plano populacional a cidade alcançara, respectivamente, as posições de 2ª na Bahia e 31ª ou 34ª no Brasil, no que se refere ao desenvolvimento humano a posição de Feira demonstrava preocupação, situando-se na posição 2.146 entre as cidades brasileiras. Apesar de manter o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹² (PNUD, 2013) superior à média da Bahia, estava bem abaixo da capital, Salvador, que alcançou a posição 475 e, mais abaixo ainda, do município brasileiro que ocupou a 1ª posição no IDH do Brasil no ano 2000: São Caetano do Sul, em São Paulo.

Em relação ao quadro educacional do final do ano 2000, de acordo com os dados do IBGE (2000), em Feira de Santana, existiam 180.319 alunos matriculados na educação básica, incluindo o ensino médio. Do total das matrículas, 54% eram mantidas pela rede estadual, com um total de 97.495 alunos. A rede municipal atendia 32,3%, com 58.250 de alunos matriculados. Enquanto a rede particular apresentava um percentual de 13,6% de matrículas, totalizando 24.574 alunos. Nenhuma matrícula foi registrada na rede federal.

12 Elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), o IDH é um índice que serve de comparação entre os países da qualidade de vida oferecida à população. De acordo com o PNUD trata-se de “uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde”. (PNUD, 2013).

Tabela 02
FEIRA DE SANTANA – MATRÍCULA INICIAL POR ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA,
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO – 2000

Ano	Etapa da educação básica	Matrícula Total	MATRÍCULA INICIAL							
			URBANA				RURAL			
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular
2000	Educação Infantil	18.184	-	1.299	7.015	8.214	-	68	1.588	-
	Ensino Fundamental	132.283	-	64.893	34.436	13.827	-	3.916	15.211	-
	Ensino Médio	29.852	-	26.338	-	2.533	-	981	-	-
TOTAL		180.319	-	92.530	41.451	24.574	-	4.965	16.799	-

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA 2000. v. 15. Salvador: SEI, 2001. p. 213-340.

A rede municipal de ensino atendia, especificamente, às duas primeiras etapas da educação básica: educação infantil e ensino fundamental, incluindo a modalidade educação de jovens e adultos¹³, embora nos percentuais apontados na tabela, com base nos dados do Anuário Estatístico da Bahia 2000 (2001), a EJA não apareça, entretanto, isso não significa ausência, por parte do município, de atendimento a esta modalidade de ensino.

Nesse cenário, Feira de Santana mantinha um total de 150.467 mil alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental. Nestas duas etapas iniciais da educação básica, a rede estadual atendia um percentual de 46,6%, com 70.176 alunos matriculados. Já a rede municipal de educação, apresentava um percentual de matrícula na educação infantil e ensino fundamental de 38,7%, com 58.250 alunos, enquanto a rede particular o percentual era de 14,6%, com 22.041 alunos matriculados. Em relação ao ensino fundamental, nota-se que a matrícula da rede estadual alcançou um percentual de 52%, portanto, bem acima da rede municipal com 37,5%, tendência que se manterá nos anos seguintes.

Para atender os alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental, a rede municipal de educação de Feira de Santana, entre os anos de 2000 e 2001, contava com cerca

¹³ Os dados relativos à Educação de Jovens e Adultos no município de Feira de Santana só começaram ser apontadas no Anuário Estatístico da Bahia, a partir do ano de 2004, embora a oferta de educação de jovens e adultos já fosse ofertada no município.

de 220 escolas. De acordo com os dados do Anuário Estatístico da Bahia 2000 (2001), para atender a educação infantil, a rede municipal dispunha de 88 estabelecimentos de ensino, 55 localizados na zona urbana e 33 na zona rural. Com relação ao ensino fundamental, eram disponibilizados 201 estabelecimentos de ensino, mas neste caso, o seu maior número estavam localizados na zona rural: 126 estabelecimentos de ensino, enquanto na zona urbana, existiam 75 estabelecimentos para atender ao ensino fundamental.

Tabela 03
FEIRA DE SANTANA – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, POR LOCALIZAÇÃO,
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2000

Ano	Etapa da educação básica	Total	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS							
			URBANA				RURAL			
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular
2000	Educação infantil	282	-	11	55	180	-	3	33	-
	Ensino Fundamental	451	-	81	75	158	-	11	126	-
	Ensino Médio	43	-	28	-	12	-	3	-	-

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA 2000, 2001.

Nesse cenário de caracterização da educação básica em Feira de Santana, sobretudo, as etapas de educação atendidas pela rede municipal, apresenta-se o quadro de docentes composto de 1.742 professores, atuando na educação infantil e no ensino fundamental. O panorama municipal cotejado através desses dados, informa que na área da educação, o município tinha desafios a enfrentar desde aspectos elementares, como o acesso à educação na educação infantil e no ensino fundamental, até os desdobramentos desse ponto de partida, incluindo o ordenamento de ações para a elevação dos indicadores de desenvolvimento humano.

2.2 A POLÍTICA E AS PROJEÇÕES MUNICIPAIS NO MARCO DAS ELEIÇÕES DO ANO 2000

No cenário de mudanças no contingente populacional, índice de desenvolvimento humano baixo e grandes demandas educacionais, Feira de Santana que, historicamente, constituía-se em um espaço estratégico de disputa entre as lideranças políticas baianas, iniciou a campanha eleitoral no ano 2000 em clima de expectativa. O início do horário eleitoral era anunciado pelos jornais com entusiasmo, o que para alguns significava novos rumos desde a campanha: “É o início do horário eleitoral no rádio e na televisão, o palanque eletrônico onde os candidatos a prefeito e a vereador nas eleições de 1º de outubro vão expor suas propostas para o município.” (Palanque eletrônico dá novo impulso à campanha eleitoral, *Jornal Folha do Estado*, 12 de agosto de 2000. Política 2; *Folha do Estado*, 15 de agosto de 2000; *Folha do Estado*, 16 de agosto de 2000).

Disputando as eleições para o executivo estavam quatro candidatos a prefeito, coligados com vários outros partidos políticos: José Ronaldo de Carvalho (PFL), Colbert Martins (PPS), o então prefeito, Clailton Mascarenhas (PMDB) e Adroaldo Ribeiro (PCO):

A maior coligação, em termos de composição, é “a hora é essa”, que reúne um total de 12 partidos ligados ao grupo político do senador Antônio Carlos Magalhães e tem como candidato a prefeito o deputado federal José Ronaldo de Carvalho e como vice Antônio Carlos Borges Júnior, ambos do PFL. Os partidos se subdividem em várias outras coligações para as eleições proporcionais.

O mesmo acontece com a coligação “Feira da gente”, que tem como candidato a prefeito o ex-deputado Colbert Martins (PPS) e Gerinaldo Costa (PT) como vice, agrupando um total de sete partidos. Todos estão juntos no apoio à chapa majoritária, mas se dividem para as eleições proporcionais. Os partidos deste são de oposição ao carlismo, incluindo o PT e o PC do B.

Os outros candidatos a prefeito não participam de coligações. O prefeito Clailton Mascarenhas (PMDB), que tentará a reeleição tendo como vice Celso Ribeiro Daltro, também peemedebista, conta apenas com a própria agremiação. Da mesma forma, o professor Adroaldo Ribeiro entra no páreo como representante do Partido da Causa Operária, o PCO, que tem somente um candidato a vereador. (Quatro candidatos disputam a prefeitura, 2000, p.30).

A disputa nas eleições para o executivo e legislativo municipal também mobilizou diversos setores da sociedade feirense, os quais participaram amplamente do debate político acerca das eleições: Igreja [Católica] divulga orientações sobre as eleições municipais; José Ronaldo no Rotary, (*Jornal Folha do Estado*, 15 de agosto de 2000, Política 2); Candidatos a prefeito discutem propostas para a educação [debate da APLB] (*Jornal Folha do Estado*, 16 de set de 2000, Política 2.)

A administração do prefeito em exercício, Clailton Mascarenhas (PMDB), que substituiu a vaga deixada desde o falecimento do prefeito José Falcão da Silva, não ganhou adesão das principais forças políticas do Município. Associado a isso, existia um grande interesse do grupo que no plano estadual era liderado por Antonio Carlos Magalhães (ACM) em incorporar ao seu projeto de desenvolvimento uma cidade que, historicamente, colocava-se enquanto resistência à política “carlista”¹⁴ que praticamente imperava em quase toda a Bahia.

Durante o processo eleitoral a participação dos líderes carlistas, como a do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Governador do Estado, César Borges, foi uma constante no apoio à candidatura de José Ronaldo de Carvalho. Com um discurso pautado na necessidade da transformação da cidade e no seu alinhamento ao governo do Estado, aos poucos a campanha do candidato do PFL foi ganhando confiança e adesão dos feirenses. O resultado da pesquisa eleitoral, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), apontava que o candidato do “carlismo” liderava as pesquisas de intenção de votos com 67%. (José Ronaldo lidera pesquisa do Ibope com 67 por cento, 2000, p. 2).

Na reta final de campanha, a participação dos líderes do PFL na Bahia, em apoio ao candidato do seu grupo, ficou ainda mais intensa:

O presidente do Congresso Nacional, Antônio Carlos Magalhães e o governador César Borges foram as grandes estrelas da última carreata realizada pela coligação “A hora é essa”, na tarde de ontem, em apoio ao deputado José Ronaldo (PFL). Também acompanharam o candidato cidade [sic!] lideranças políticas locais e estaduais, a exemplo dos deputados Jairo Carneiro, Fernando de Fabinho e Tarcízio Pimenta.

A carreata saiu do final da avenida Getúlio Vargas e movimentou praticamente todo o centro da cidade, percorrendo várias ruas. As lideranças carlistas vieram reforçar os últimos dias de campanha eleitoral do deputado José Ronaldo, que conta também com o apoio de vários vereadores. A coligação “A hora é essa” reúne o PFL e mais de onze partidos políticos ligados ao carlismo. (PFL encerra carreatas com ACM e César Borges, 2000, p. 2)

Em depoimento, o próprio ACM defendeu enfaticamente a necessidade de a população votar no candidato ligado ao governo do Estado, desqualificando a gestão do prefeito em exercício: ““O povo viu o caos desta administração que aí está e não vai querer repetir”, afirmou o senador, destacando o trabalho realizado em Salvador graças à parceria entre as

¹⁴ A política “carlista” foi uma denominação atrelada à figura do então senador, Antonio Carlos Magalhães, que, historicamente, foi filiado à UDN (União Democrática Nacional) e depois da ditadura civil-militar à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que representou a direita brasileira. Esse grupo encontrou em Feira de Santana um pólo de resistência, tendo entre as lideranças políticas nomes como o de Francisco Pinto, prefeito caçado durante o golpe de 1964.

administrações estadual e municipal. ‘Em Feira o trabalho vai ser bem maior’, garantiu”. (Líderes carlistas reafirmam compromissos com Feira de Santana, 2000, p. 2).

A articulação entre governo estadual e municipal foi se configurando, logo após a confirmação da vitória de José Ronaldo de Carvalho, em 1º de outubro, quando o mesmo deu início à construção do seu governo. No dia 20 de outubro de 2000 foram anunciados os nomes dos integrantes da comissão de transição de governo, bem como as suas atribuições:

[...] A equipe é formada pelo delegado da Secretaria Estadual da Fazenda, Joaquim Bahia, o diretor do Centro Industrial do Subaé (CIS), João Marinho Gomes, e o vice-prefeito, Antônio Carlos Borges Júnior, ex-gerente regional do Sebrae. A comissão terá como atribuição traçar um diagnóstico da administração municipal, abrangendo todos os aspectos, desde o funcionamento da máquina administrativa e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal aos projetos em andamento. O objetivo desse processo de transição [é] conhecer a situação da Prefeitura, visando o planejamento dos primeiros atos do novo governo, que será instalado em 1º de janeiro de 2001. (José Ronaldo anuncia integrantes da comissão de transição, 2000, p. 2).

Dois aspectos chamam atenção nesta matéria do anúncio da equipe de transição: o primeiro são os próprios integrantes da comissão de transição e sua identidade com o mundo empresarial e, o segundo, a assunção da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Quanto ao primeiro aspecto, nota-se a forte ligação entre os órgãos oficiais do governo do Estado que, por sua vez, tem relação estreita com setores do empresariado. Nessa direção, nos meses seguintes, foi anunciada, pelo governo Estadual, a implantação de novas indústrias na cidade. Com este propósito as indústrias foram incentivadas a se instalarem no Centro Industrial do Subaé (CIS), uma localização estratégica para o desenvolvimento industrial, por estar localizada a 108 km da capital Salvador, próxima à BR 324, rodovia de acesso fácil ao escoamento da produção rumo à capital e demais cidades da zona metropolitana de Salvador (FREITAS, 2009).

O Centro Industrial do Subaé (CIS) tem sido reconhecido pelo governo da Bahia, através da Secretaria da Indústria Comércio e Mineração, como uma alternativa para o investimento de empresas, pela infra-estrutura que é oferecida, e por importantes aspectos de viabilidade técnica.

O principal foco do CIS atualmente tem sido sobre empresas sistêmicas e as que possam ser subfornecedoras das empresas sistêmicas que vão atender à Ford, principalmente do setor termoplástico.

[...] Também a Baplastil Poliuretano, instalado no CIS, teve protocolo assinado pelo governador do César Borges para a empresa fabricar autopeças injetadas de plástico. Outras empresas podem instalar fábricas aqui, todas em busca do mercado gigantesco da Ford. As perspectivas da confirmação da disparada de Feira de Santana rumo ao desenvolvimento industrial são as melhores possíveis a partir do novo ano, do novo século [...] (Infra-estrutura do CIS permite que Feira seja uma alternativa para investimentos, 2000, p. 2).

Com isso, identifica-se uma forte parceria entre a indústria e o governo estadual, cabendo a este último, criar “as condições” necessárias e atrativas para incentivar a instalação de novos empresários na cidade, causando o que o jornal veiculou de “A disparada industrial de Feira” (Folha do Estado. Feira de Santana, 16 de dezembro de 2000, p. 10). Vale ressaltar, que muitas dessas indústrias, a exemplo da Ford, eram multinacionais e, portanto, estavam presentes não só em outros estados do Brasil, mas em várias partes do mundo, como a Jossan, fábrica do grupo Belgo-Mineira Bekaert Arames, Pirelli Pneus, Cervejaria Kayser (Jossan é empresa destacada no parque industrial de Feira, 2000, p. 2).

Em relação ao segundo aspecto, trazido pela comissão de transição – cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei complementar n.º 101, aprovada em 04 de maio de 2000, e publicada no Diário Oficial da União, em 05 de maio de 2000, que entrou para a história como o Código de Regras para a Gestão Fiscal da Administração Pública Brasileira – nota-se a disposição do governo para fazer desse instrumento uma base norteadora de suas ações. A Lei gerou mudanças nas gerências dos recursos públicos, nas três esferas do governo: federal, estadual e municipal, impactando, principalmente, sobre o funcionalismo público, ao estabelecer regras mais rígidas sobre a folha de pagamento, como o limite prudencial para a folha dos servidores.

A referida lei também estabeleceu regras para a elaboração dos principais documentos de planejamento dos orçamentos públicos como o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Antes mesmo de assumir o governo, tanto o prefeito quanto vereadores participaram de cursos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Um dos cursos, promovido por uma entidade ligada ao PFL, sinaliza para a suposta afinidade deste partido com a referida lei, bem como os ajustes e reformas administrativas promovidas pelos governos federais e que precisavam ser materializadas nos estados e municípios.

“Lei de Responsabilidade Fiscal, a base da boa gestão” é o tema de uma aula que acontece neste sábado, das 10 às 12 horas, no auditório do Sesc, no bairro Tomba, em circuito fechado de televisão. O evento será promovido pela Escola Nacional de Gestores Públicos, do Instituto Tancredo Neves, órgão vinculado ao PFL. O objetivo é informar sobre as responsabilidades impostas pela nova legislação. Realizada em nível nacional, a aula tem participação de políticos – eleitos ou não – interessados na legislação e na sua aplicação. Em Feira de Santana, já confirmaram presença o prefeito eleito José Ronaldo de Carvalho e o vice-prefeito Antônio Carlos Borges Júnior, ambos do PFL, além de vereadores eleitos e várias pessoas ligadas ao

serviço público, tanto do poder executivo, como do poder legislativo. (Políticos têm aula sobre Lei de Responsabilidade Fiscal, 2000, p. 2¹⁵).

A assunção do primado da Lei de Responsabilidade Fiscal se fez sentir antes mesmo do prefeito eleito tomar posse no cargo. Às vésperas de assumir o governo, José Ronaldo de Carvalho, referindo-se à conclusão dos trabalhos realizados pela equipe de transição, faz uma ressalva quanto à necessidade de fazer ajustes na folha de pagamento, conforme foi registrado pelo jornal:

Um dos primeiros aspectos a ser analisado é a condição da folha de pagamento. Ele disse que caso o município chegue na “zona de risco”, já que a folha de pagamento só pode absorver 54 por cento do orçamento, serão eliminadas as horas extras, reduzidos salários de cargos de confiança e, por último, demitidos funcionários. (Equipe de José Ronaldo se prepara para assumir governo, 2000, p. 2).

Nesse cenário de transição de governo para assumir a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, a área educacional também foi destaque ao apresentar, dentre as secretarias municipais, aquela cuja “receita recorde total de R\$ 111.600.000,00” para o ano de 2001, iria contar com o maior orçamento municipal: “R\$ 30.934.500,00 para manter o funcionamento das escolas públicas”. (Orçamento Municipal terá quase R\$ 112 milhões, 2000, p. 2).

Aliado a isto o prefeito eleito, José Ronaldo Carvalho, já sinalizava também suas intenções genéricas com a educação, situando esta como uma área estratégica no novo governo que se iniciaria no dia 1º de janeiro do ano 2001. Para isso, anuncia a necessidade de levar o município a ter uma maior participação no ensino fundamental. Isso porque, no corrente ano, a rede municipal teve o pior índice de atendimento no Ensino Fundamental, com apenas 37,5% de matrículas. (José Ronaldo quer reverter os índices na educação municipal, 2000, p. 2).

2.2.1 O prefeito José Ronaldo de Carvalho e as primeiras ações da agenda educacional

A posse do prefeito José Ronaldo de Carvalho, em 1º de janeiro de 2001, foi marcada por um clima de festa e pela presença de políticos da direção estadual do PFL. Na linha do que vinha sendo valorizado pela comissão de transição, em seu discurso merece destaque o

¹⁵ Conforme noticiado pela imprensa local, o referido curso ocorreu no dia 25 de novembro para uma “plateia de 60 pessoas”, dentre eles políticos de Feira de Santana, ligados ao PFL e eleitos na última eleição. (Eleitos conhecem os rigores da Lei de Responsabilidade Fiscal, 2000, p. 2).

peso dado pelo prefeito à necessidade de contenção de despesas da máquina administrativa e “ações que viabilizem mudança no método administrativo”, traduzida pelo Jornal Folha do Estado como “Prefeito inicia governo ‘apertando o cinto’”. Na oportunidade, o gestor decretou “o fim da cobrança do *smart card*¹⁶” como primeiro ato de sua gestão. Também foram anunciadas “medidas de contenção de despesas, a criação de uma comissão para controlar as finanças e o retorno imediato dos servidores que se encontravam à disposição de outros órgãos”. (Folha do Estado, 02 de janeiro de 2001, p. 1).

No que se refere à educação as propostas apresentadas ainda eram difusas, como se nota no trecho a seguir:

A reconstrução [da cidade] se dá em vários níveis [...] uma escola de bons resultados educacionais, não somente no aspecto físico, como na qualidade do ensino; [...] Na educação, a questão da matrícula, por que Feira de Santana diminuiu, de 1999 para 2000, aproximadamente quatro mil alunos na rede municipal. O Professor Josué Mello vai ver o porquê disso e buscar ampliar o número de alunos. [...] Através da parceria com a Fundação Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, vamos realizar cursos de qualidade de gestão para o servidor municipal. (Dentro de quatro anos Feira será outra cidade, 2001, p. 2).

Nota-se que o destaque para as políticas educacionais do seu governo, neste primeiro momento, resume-se a uma escola de bons resultados e a ampliação da matrícula de alunos da rede municipal de ensino.

Estas iniciativas apresentadas, inicialmente, apenas como possibilidade, ganham materialidade enquanto política educacional, quando incorporadas como principais metas para a educação pelo secretário de Educação Josué Mello. Em reunião realizada com diretores e vice-diretores de escolas da rede municipal de ensino, que contou com a presença do prefeito José Ronaldo de Carvalho, o secretário anunciou as principais “metas para a educação” e os “projetos que estão sendo colocados em prática para melhorar a educação”, com a finalidade de “mudar o perfil educacional do município”, durante a sua gestão.

As referidas metas foram relacionadas da seguinte forma: a expansão da rede municipal através do aumento da matrícula do ensino fundamental, implantação dos projetos “Educar para Vencer” e “Escola 10”.

O secretário apresentou dados sobre o baixo número de alunos matriculados: de acordo com os dados estatísticos apresentados Feira tem oito mil crianças fora da sala de aula. “A rede municipal ocupa 92% do universo de vagas oferecidas dentro da sua capacidade. Este número é muito baixo e vamos mudar esta realidade. Na Bahia, este número já é de 965 [sic!] e no Brasil, de 97%, aponta o secretário”.

¹⁶ O cartão de meia passagem em ônibus urbanos concedidos aos estudantes da educação básica e superior.

EDUCAR PARA VENCER.

O projeto “Educar para Vencer”, que foi apresentado na reunião, é uma das metas do governo para resgatar a imagem da escola pública e investir na melhoria da qualidade de ensino. Este projeto foi desenvolvido no ano 2000, em 45 escolas do Estado e este ano, chega à Feira.

O “Escola 10” também foi explicitado pelo secretário. O projeto vai ser implantado na Escola Municipal Celso Daltro, no bairro Queimadinha, onde o índice de evasão escolar é alto e apresenta uma série de problemas. O projeto prevê o funcionamento da escola durante dez horas por dia. Os alunos serão envolvidos em atividades diversas além da aula, terão reforço escolar, atividades lúdicas, esportivas, de lazer e ainda três refeições.

A reunião também contou com a presença do especialista em gestão Escolar, Domingos Barbosa, da Secretaria de Educação do Estado, que apresentou aos diretores a meta de um projeto que vai melhorar a administração das escolas. (Secretário anuncia metas para a educação, 2001, p. 3).

Em pesquisa realizada por Silva (2008), a autora identificou que, algumas vezes, estas políticas educacionais formuladas e implementadas pelo governo de José Ronaldo de Carvalho, entre os anos de 2001 e 2004, “não lograram muito sucesso”. Todavia, segundo Silva, “as políticas educacionais em Feira de Santana passaram por mudanças quanto à sua vinculação com políticas de âmbito estadual, com maior ‘aliança’ entre estas”, o que não foi identificado nos anos anteriores, especificamente, “durante o período entre 1987 e 1994” (SILVA, 2008, p. 71).

O Programa “Educar para Vencer”, como parte desse movimento de aliança, foi formulado e executado pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia em parceria com a Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM)¹⁷. Esta fundação situa-se como viabilizadora do projeto administrativo pautado nos pressupostos da reforma do Estado, já anunciados no capítulo 1.

Nesse contexto, o Educar para Vencer passou atuar na área educacional, em Feira de Santana, com seis projetos distintos: Regularização do Fluxo Escolar de 1ª a 4ª séries; Regularização do Fluxo Escolar de 5ª a 8ª séries; Fortalecimento da Gestão Municipal; Fortalecimento da Gestão Escolar; Certificação de Profissionais de Educação; e Avaliação

¹⁷ A FLEM foi criada em 1999, fruto de um acordo entre o Governo do estado da Bahia e a ONU, conforme consta no documento Trajetória 1999/2006 da Fundação Luís Eduardo Magalhães: Para concretizar o compromisso, em 28 de maio seguinte, já na gestão do Governador César Borges, este submete à Assembléia Legislativa Estadual o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a praticar os atos necessários à instituição da Fundação Luís Eduardo Magalhães – Centro de Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública, sob a forma de fundação, com personalidade jurídica de direito privado. O projeto mereceu aprovação e em 12 de julho de 1998 [sic] foi editada a Lei nº nº 7.349, que deu respaldo à criação da entidade.

Em seqüência, a Fundação foi constituída com a efetivação do registro de seu estatuto no Cartório de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Salvador, em 10 de março de 1999. No dia 26 do mesmo mês, seu Conselho Curador, composto por representantes da ONU, dos governos da Bahia e Federal, da sociedade civil e de universidades, se reuniu e aprovou o regimento interno da Fundação. (Fundação Luís Eduardo Magalhães. Uma Instituição a serviço da transformação do Estado e da sociedade. Trajetória 1999 / 2006. Salvador, 2007, p.14).

Externa do Ensino. (SILVA, 2008, p. 72). Dos projetos supracitados, aquele que foi mais diretamente e rapidamente sentido pelos professores da rede municipal de ensino foi o relacionado ao fortalecimento da gestão escolar.

Poucos meses após sua posse, mais especificamente em 04 de abril de 2001, José Ronaldo de Carvalho enviou à Câmara Municipal de Vereadores, o Projeto de Lei: Nº 39/2001, solicitando a alteração das regras para as eleições para diretores das escolas municipais. Como justificativa, o referido projeto de lei estabelecia:

Tal alteração procura estabelecer novos critérios para a condução das eleições de Diretores e Vice-Diretores Escolares, inserindo qualificação profissional como elemento propulsor de todo o processo. Para tanto, estabelecemos a necessidade de os candidatos às mencionadas funções participarem de um Curso em Gestão Escolar, como forma de assegurar a qualidade do desempenho dos escolhidos. (FEIRA DE SANTANA, 2001).

Em 11 de abril, o Projeto de Lei foi aprovado “por maioria superior a 2/3” do Legislativo, transformando-se na Lei Nº 2.229/2001, alterando o dispositivo da Lei nº 1.778/94, que regulamenta o artigo 136, VII e, o artigo 137, III, da lei Orgânica do Município, dispondo sobre as eleições para preenchimento de funções gratificadas em Educação, mais especificamente, o processo de seleção para as eleições de diretores das escolas municipais de Feira de Santana.

A implantação do curso de gestão para os professores candidatos a eleição para diretores, sob a tutela da Fundação Luis Eduardo Magalhães, através do Programa Educar para Vencer, foi comemorado pelo Secretário de Educação, Josué Mello. Em matéria publicada pelo jornal Folha do Estado de 2001, o então Secretário de Educação, ressalta a importância das mudanças na forma de eleição para diretor, a partir da exigência de um curso de formação e aprovação da secretaria. A partir de então, ressalta o secretário, só poderia concorrer à direção das escolas aqueles que passassem pela seleção e, supostamente, tivessem mérito e competência administrativa para assumir o cargo de gestão.

A escolha não será feita através de concurso público, como na rede estadual¹⁸, nem simplesmente com eleição direta, como acontecia nos últimos anos, nem por

¹⁸ Neste período, a assunção de professores ao cargo de diretores de escolas da Rede Estadual de Educação da Bahia era realizada mediante a indicação política. A partir de 2007, após a eleição do Governador Jaques Wagner (PT), intensifica a reivindicação do movimento de professores para eleição direta nas escolas, integrando uma das pautas do movimento docente durante a greve que duraram 57 dias. Esse movimento teve como um de seus resultados a publicação, em 2008, de um decreto que instituía a eleição para o cargo de diretores, que passou a ocorrer, tal qual na rede Municipal de ensino de Feira de Santana, mediante os candidatos interessados em assumir a condição de diretor, ser aprovado no curso de certificação, ministrado pela Secretaria de Educação. (Escolas do Estado terão eleições para gestores, 2008).

indicação do prefeito, como era antigamente. “Estamos implantando um modelo próprio de gestão escolar”, diz o secretário municipal Josué Mello, destacando que o novo método vai privilegiar, sobretudo, “o princípio do mérito e da competência”. [...] a proposta do governo é habilitar os professores que desejam participar do processo eleitoral. Isso será feito através de um curso de 40 horas/aulas, ministrado por educadores vinculados ao programa “Educar para vencer”. A avaliação levará em conta o desempenho do professor nas atividades e a elaboração de um Projeto de Desenvolvimento da Escola (PDE). (Diretor de escola passa por seleção antes da eleição, 2001, p. 2).

As eleições diretas para diretores das escolas municipais de Feira de Santana, analisadas por Silva (1999) como um passo importante em direção “à gestão democrática” na rede municipal de educação, pois ampliava a participação e autonomia, não só dos professores, mas de toda a comunidade escolar, para o secretário, Josué Mello, era motivo de críticas: “a eleição direta para os diretores das escolas, não contribui em nada para a democratização da gestão escolar”, na medida em que existem distorções. Segundo Josué Mello, o desempenho dos diretores eleitos de forma direta não é compatível com a melhora da educação e, além de por em questão o desempenho destes profissionais nas suas funções, ainda atribui aos mesmos a responsabilidade pela má qualidade do ensino na rede municipal.

[...] “É claro que temos exceções, diretores realmente comprometidos com a educação, mas no geral o que vemos é piorar a qualidade do ensino a cada dia”, diz Josué. Isso ocorre, segundo ele, porque a direção gira em torno da política interna, atendendo aos interesses de professores/eleitores. (Diretor de escola passa por seleção antes da eleição. 2001, p. 2).

Note-se que através do Programa Educar para Vencer o governo encampou um processo de reformas na política educacional, que perpassou desde alteração no Plano de Cargos e Salários do Magistério Municipal a ampliação dos cursos de formação inicial e continuada para os professores em exercício. Até aqui nada originalmente pensado no âmbito municipal, mas, principalmente, a cópia de projetos e ideias que vinham sendo desenvolvidos pelo governo estadual.

Neste cenário de repetição das políticas estaduais, a aproximação do governo municipal com os interesses da ação empresarial marca um momento novo na política municipal de educação. A partir do segundo semestre do ano de 2001, duas iniciativas de parcerias para a educação, entre o governo municipal e setores do empresariado feirense, começam a tomar corpo: a primeira foi o início das negociações para a implantação do Programa Largada 2000, levando Feira de Santana a integrar uma rede política que defende e implementa os princípios da RSE. No final do mês de junho, de 2001, o prefeito José Ronaldo

de Carvalho participou, na sede do Serviço Social da Indústria (SESI)¹⁹, em Feira de Santana, da solenidade de lançamento do Programa, conforme noticiou a imprensa:

O prefeito José Ronaldo de Carvalho conheceu o largada 2000 na tarde de sexta-feira, 27 de julho, no SESI e vai autorizar a participação da prefeitura de Feira de Santana através da Secretaria de Educação, no projeto piloto, que será implantado em escolas da rede municipal, durante seis meses. Em caso de aprovação, depois de avaliação, o programa, poderá ser aplicado em toda a rede. (SESI e Instituto Ayrton Senna lançam Programa Largada 2000, 2001, p. 8)

Cerca de um mês após o lançamento do Programa pelo SESI, ocorreu uma cerimônia no auditório do Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães, também em Feira de Santana, que contou com a presença de algumas autoridades locais, na qual o prefeito José Ronaldo de Carvalho assinou o convênio²⁰ com o SESI, autorizando a implantação do projeto piloto do Largada 2000 em quatro escolas da rede municipal que atendiam alunos do ensino Fundamental II. Esse fato foi registrado pelo jornal da seguinte forma:

O número de 1.500 alunos do ensino fundamental, nível II, da rede municipal estarão participando do Largada 2000, programa que tem como objetivo a educação para a vida. O lançamento em Feira de Santana ocorreu no auditório do Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães, quando o prefeito José Ronaldo de Carvalho assinou o convênio da prefeitura com o Serviço Social da Indústria (Sesi), representado pelo superintendente regional da indústria na Bahia, Carlos Alberto Matos Vieira Lima, e o Instituto Ayrton Senna, representado pela coordenadora de relações Rita Paulen, que veio de São Paulo para a solenidade. (Prefeitura faz parceria com o Sesi e Instituto Ayrton Senna, 2001, p. 3)

O Programa Largada 2000, que consiste no desenvolvimento de atividades curriculares e extracurriculares para os adolescentes e jovens matriculados nas escolas selecionadas pelo programa, atua, no primeiro momento, buscando capacitar os professores da rede, instrumentalizando-os no trabalho com o público jovem e, no segundo momento, desenvolvendo projetos de interesse dos jovens a partir de três eixos principais: “educação

¹⁹ O Serviço Social da Indústria (SESI), criado em 1946, não é uma empresa, mas uma instituição de direito privado, mantida pelas empresas do ramo industrial. O SESI, juntamente com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Instituto de Euvaldo Lodi (IEL), formam o Sistema Indústria, e buscam disseminar um discurso em torno de uma suposta conciliação entre empresas e trabalhadores, numa tentativa de atenuar os conflitos de classes. Para mais informações sobre o SESI e o Sistema Indústria acessar o site: <http://www.portaldaindustria.com.br/>.

²⁰ Durante a pesquisa não foi possível identificar nenhum convênio de parceria com empresas formalmente assinado e oficialmente divulgado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana. O que se verifica é que as parcerias, muitas vezes, são celebradas em uma reunião no gabinete do prefeito, por solicitação das empresas, na qual, estas últimas, apresentam o projeto que pretendem desenvolver no município. Nestas reuniões são estabelecidos os acordos entre a empresa e prefeitura. Uma destas reuniões, que ocorreu recentemente entre a Prefeitura de Feira de Santana e a Fundação ArcelorMittal Brasil/Belgo Bekaert Arames pode ser acessada no seguinte endereço: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/website/noticias.asp?id=5096#noticias>.

para valores, protagonismo juvenil e cultura da “trabalhabilidade”. Na escola, o programa acontece transversalmente aos conteúdos, fluindo por temas que dão sustentação à proposta de formação dos jovens, através das diversas áreas curriculares”. (INSTITUTO ETHOS, São Paulo, 2003, p. 115)

A proposta de atendimento do Largada 2000 especificamente para o público jovem justifica o fato de que sua atuação em Feira de Santana ocorreu apenas em escolas do ensino Fundamental II. De acordo com a proposta do programa (INSTITUTO ETHOS, 2003), além da atenção direta aos adolescentes e jovens, a produção e disseminação de uma “Pedagogia Social” figurava-se como objetivo central do Largada 2000. Por tratar-se de um programa que guarda estreita vinculação com o setor empresarial, imagina-se que esta suposta “pedagogia social” tem forte apelo ao modelo privado de gestão e valorização das competências para a inserção destes jovens no mercado de trabalho.

Quanto à segunda iniciativa de parceria, identificou-se sua presença na rede municipal de ensino, em agosto de 2001, entre a empresa Belgo Bekaert Nordeste S.A., na época conhecida como Jossan S.A, Fundação ArcelorMittal Brasil²¹, e a Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, com a promoção do Programa “Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente”. O Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente consiste na realização anual de um concurso de redações e desenhos, a partir de um determinado tema, realizado em todas as escolas da rede municipal de educação de Feira de Santana. Para a realização do concurso a empresa distribui, nas escolas, cartazes e cartilhas, para professores e alunos, com informações sobre as regras e o tema do concurso em andamento. Vale ressaltar que no concurso, os alunos e professores, concorrem com participantes de outros municípios onde a empresa tem unidades em funcionamento. O estudante que tiver a redação e desenho vencedor, ganha um prêmio em dinheiro. Algo em torno de dois a três salários mínimos depositados em uma caderneta de poupança.

Este programa tinha como objetivo principal “estimular os estudantes a desenvolverem uma visão mais ampla da questão ambiental”, e contou com a participação de alunos e professores da rede municipal e estadual ensino. Já no primeiro ano de sua vigência o programa ganhou repercussão na imprensa local.

Dois alunos da rede Municipal foram premiados num concurso sobre o meio-ambiente, promovido pela Jossan, indústria situada em Feira de Santana, através da

²¹ Embora o Jornal Folha do Estado tenha noticiado que a parceria era com a “Fundação Belgo Mineira”, a presente pesquisa identificou que a Fundação ligada a Belgo, neste período, responsável pelo Programa Prêmio de Meio Ambiente era a Fundação ArcelorMittal Brasil, que também integra o grupo Belgo.

Fundação Belgo Mineira. O Prêmio Belgo de Meio-Ambiente teve a participação de aproximadamente 700 estudantes de escolas feirenses da rede municipal e também estadual, nas categorias Desenhos e Redação. (Fundação Belgo Mineira premia estudantes de Feira, 2001, p. 3).

A matéria também traz o depoimento do secretário de Educação, Josué Mello, que demonstra certa empolgação com a parceria. Ao ressaltar o orgulho pelos estudantes da escola da rede municipal, o secretário justifica o fato de investir tanto na melhoria da qualidade do ensino, numa alusão clara de apoio a estas iniciativas de participação das empresas na educação pública.

A notícia da premiação dos alunos gerou um clima de festa e alegria nas escolas, que vão participar da solenidade de entrega dos prêmios. Para o secretário de Educação, Josué Mello, o destaque dos alunos é uma prova clara de que as escolas municipais cumprem com o seu papel, de preparar o homem e formar cidadãos. 'A vitória deles nos deixou orgulhosos e ainda mais confiantes no potencial de cada criança que está nas nossas escolas. E é por elas que investimos tanto na melhoria de qualidade de ensino', argumenta o secretário Josué Mello. (Fundação Belgo Mineira premia estudantes de Feira, 2001, p. 3).

Vale destacar que não foram identificadas, nos documentos referentes ao período pesquisado, nenhuma reação contra-hegemônica a este processo de constituição de uma agenda empresarial para a educação pública no município de Feira de Santana, seja por parte do sindicato dos professores, representados pela APLB-Sindicato²², ou ainda, pelos próprios docentes da rede municipal de educação. Esse aspecto pode ser um indicativo, não só, da adesão dos “educadores profissionais” do município ao projeto de participação do empresariado na educação pública, como também, das sutilezas que permeiam as propostas pedagógicas que integram os programas proposto pelo empresariado, implementados no município, ao demonstrar, em sua aparência, uma suposta preocupação com a qualidade da educação. Em qualquer um dos casos sobressaem os indícios de ações pouco problematizadas em relação aos projetos sociais em disputa.

A compreensão dos passos com vista à constituição de uma agenda empresarial para a educação em Feira de Santana, portanto, deve ser buscada no confronto de diferentes elementos. Cabe apresentar os primeiros passos com vista à constituição de uma agenda empresarial para a educação em Feira de Santana. Cabe apresentar então, os processos que se seguiram a estas ações iniciais, verificando os processos de constituição das referidas

²² Ao longo da pesquisa, não foi identificada, na documentação pesquisada, nenhuma ação de resistência por parte do Sindicato de professores a este movimento de intervenção do empresariado na educação pública, através dos programas de parcerias. Como professora da educação básica da rede municipal de ensino e sindicalizada, temos observado que, na maioria das vezes, a APLB/Sindicato demonstra agilidade apenas nas negociações pontuais e de ganhos imediatos para a categoria de professores.

parcerias enquanto políticas educacionais do município. É o que será apresentado no item seguinte.

2.3 AS PARCERIAS COM AS EMPRESAS NA DÉCADA DE 2000: UM PROJETO EDUCACIONAL EM CONSTITUIÇÃO

No conjunto das ações de intervenção do empresariado na educação básica de Feira de Santana, ao longo da década de 2000, foi possível localizar 08 empresas e 08 instituições, entre Fundações e Institutos, em parceria com os governos que se sucederam no período, com foco nas escolas públicas municipais. Nas gestões do prefeito José Ronaldo de Carvalho (2001-2004 e 2005-2008), contudo, nota-se que as parcerias estabelecidas envolveram 03 empresas e 05 instituições, como se observa no quadro 03.

O quadro abaixo apresenta as empresas e o ramo de atividade, ano em que foram firmadas as parcerias, Fundação ou Instituto, e os Programas de parcerias com a Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana.

Quadro 03

EMPRESA E O RAMO DE ATIVIDADE, INSTITUIÇÕES E PROGRAMAS DE PARCERIA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 2001-2008

Empresa	Ramo de atividade	Agenda educacional	Organização empresarial/ Fundação/Instituto	Programas
		2001	Serviço Social da Indústria – SESI (1946) Instituto Ayrton Senna (1994)	Programa Largada 2000
Belgo Bekaert Nordeste/ ArcelorMittal Brasil	Industrial	2001	Fundação ArcelorMittal Brasil (1988)	Programa Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente Programa Ver é Viver
		2005	Fundação Pitágoras (1999)Fundação ArcelorMittal Brasil (1988)	Programa Sistema de Gestão Integrado (SGI)
		2007	Fundação ArcelorMittal Brasil (1988)	Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS)
Empresa MWV Rigesa	Industrial	2005	Instituto Supereco (1994)	Programa Rigesa de Educação Ambiental

Fontes: Quadro elaborado pela autora a partir de dados extraídos dos sites das empresas, Fundações e Institutos.

De acordo com os dados do quadro 03, o ano de 2001 marca o início das parcerias entre empresas e o governo municipal, na promoção de programas educacionais. No município, esse processo de constituição de uma agenda empresarial para a educação escolar se configurou em um terreno de múltiplas estratégias e facetas, e seguiu trilhas diferenciadas, dependendo do contexto sociopolítico. Um aspecto que chama atenção nesse processo diz respeito ao fato de que as empresas que se aproximaram da rede municipal de educação, neste período, são do ramo de atividade industrial.

Esta estreita relação das parcerias para a educação pública com setores do empresariado industrial em Feira de Santana indica não só o alinhamento entre o empresariado local com a agenda educacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), quanto à incorporação e disseminação da Responsabilidade Social Empresarial, principalmente, em ações voltadas para o atendimento da educação básica, mas, sobretudo, demonstra a ligação do governo municipal, recém-eleito, o prefeito, José Ronaldo de Carvalho (PFL), com os setores da burguesia industrial instalada na cidade.

Dessa forma, entre os anos de 2001 a 2008, identificou-se 06 (seis) Programas de parcerias ofertados pelo empresariado industrial para as escolas públicas de Feira de Santana. Os Programas educacionais desenvolveram atividades em diversas modalidades, que vão desde ações relacionadas à ampliação da participação e inclusão social dos estudantes, passando pelo desenvolvimento de uma consciência a respeito da preservação ambiental, a necessidade da adoção de um modelo de gestão educacional a partir dos princípios da gestão empresarial, tendo em vista garantir a qualidade da educação, até ações relacionadas à educação afetiva e sexual de forma responsável pelos adolescentes e jovens.

Assim, refazendo o percurso da agenda educacional em Feira de Santana, no ano de 2001, identificou-se 02 parcerias celebradas com setores do empresariado industrial. Foram as parcerias com o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Ayrton Senna (IAS), através da promoção do “Programa Largada 2000” e, com a empresa Belgo Bekaert Nordeste/ArcelorMittal Brasil²³ e a Fundação ArcelorMittal Brasil, na promoção dos Programas “Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente” e “Ver é Viver”, conforme foi apresentado no item anterior.

²³ A Belgo, que até 2004 chamava-se Jossan S.A., transformou-se na Belgo Bekaert Nordeste S.A. Atualmente, esta empresa mudou seu nome para Belgo Bekaert Arames e atua em Feira de Santana numa fusão com a empresa ArcelorMittal Brasil, ambas do ramo industrial, do setor de siderurgia. (BELGO BEKAERT ARAMES, 2013)

O SESI, apesar de não se constituir em uma empresa, é uma importante instituição do setor industrial, cuja atuação, desde sua criação, está relacionada ao desenvolvimento de ações voltadas para a formação do trabalhador e a promoção de serviços sociais. Em Feira de Santana, atualmente, o SESI tem duas unidades em funcionamento. Autodenominando-se como principal aliado das empresas e dos trabalhadores, o que evidencia a estratégia de atenuar os conflitos de classes, buscando garantir o consenso, ao colocar no mesmo patamar, empresas e trabalhadores. Esse aspecto pode ser notado na missão do SESI: “promover a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco em educação, saúde e lazer, e estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial”. (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, 2013). Entretanto, vale ressaltar que a atuação do SESI em Feira de Santana, na promoção de serviços sociais não é um dado novo. O “Anuário Estatístico da Bahia 2001” apresenta dados relativos à atuação do SESI na formação profissional na cidade. O fato novo a se notar é a sua intervenção direta, juntamente com o Instituto Ayrton Senna, na educação básica, tornando parceiro do governo municipal de Feira de Santana.

Para isso, a instituição firmou parceria com o Instituto Ayrton Senna (IAS). Este Instituto é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundado em novembro de 1994, e tem como meta principal “trabalhar para criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs” (INSTITUTO AYTON SENNA, 2013). Através desta parceria é que, o SESI e o IAS, passaram ofertar o Programa Largada 2000 no município de Feira de Santana.

Sobre o funcionamento do Largada 2000, no município, registrou-se, nas poucas referências a respeito, que, de fato, o mesmo ocorreu em apenas quatro escolas da rede municipal de educação, até o ano de 2003, embora, durante o seu lançamento, tenha sido sinalizado, tanto pelo SESI, quanto IAS, a possível expansão para toda a rede municipal. Portanto, nota-se que o programa, de certa forma, teve uma vida efêmera no município. Por conseguinte, de acordo com um relatório do SESI, publicado em 2004, o Programa Largada 2000, a partir do ano de 2003, passou a se chamar “SuperAção Jovem”²⁴ (SESI, 2004). Vale ressaltar que não se identificou nenhum registro nos documentos pesquisados, referências a respeito da continuidade do funcionamento deste “novo programa” em parceria com prefeitura municipal de Feira de Santana.

²⁴ Mais informações sobre o Programa SuperAção Jovem acessar o site do Instituto Ayrton Senna: http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/programas_superacao.asp.

Todavia, esta característica de funcionamento em períodos curtos, não vale para os Programas “Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente” e “Ver é Viver”. No caso dos referidos programas, o período de funcionamento foram muito mais abrangentes. Até a presente data, os mesmos continuam em pleno funcionamento na rede municipal de educação. Apesar de que, no caso Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente”, trata-se de um programa que ocorre apenas uma vez por ano, quando é realizado o concurso de redações e desenhos nas escolas, visando a premiação de alunos e professores. Talvez por sua forma de operacionalização mais pontual, sua permanência seja garantida. Assim também pode ser o caso do Programa Ver é Viver, que ocorre, desde 2001, através do deslocamento de trabalhadores voluntários da própria empresa Belgo Bekaert Arames/ArcelorMittal Brasil até as escolas da rede municipal, para proceder aos “exames” de acuidade visual dos alunos.

Portanto, as parcerias que estiveram em curso até o ano de 2004, tiveram um caráter de atuação mais pontual, seja pelo curto período de atuação no município, o Programa Largada 2000, praticamente, durou pouco mais de um ano, ou pela natureza de suas ações, os concursos de redação acabam sendo programas que se restringem a desenvolvimento de uma temática em um determinado período do ano letivo. Além disso, estes programas tiveram como eixos centrais a atuação junto aos jovens, a valorização da cultura do voluntariado e o desenvolvimento da consciência de preservação do meio ambiente.

2.3.1 O segundo governo e a regulamentação das parcerias com o empresariado

A partir de 2005, as parcerias com empresas privadas e os programas ofertados na área educacional ganharam novos contornos. A tônica do discurso de posse do prefeito, José Ronaldo de Carvalho (PFL), em seu segundo mandato, é um indício de que a relação do governo com o empresariado, nesta nova gestão, tenderia a se estreitar ainda mais. No referido discurso, destaca-se dois trechos que apresentam não só a aceitação, mas a reivindicação do governo, à participação do empresariado, afirmando como sendo de grande relevância a parceria público-privada, para o desenvolvimento de projetos nas áreas sociais.

A atuação do Governo Princesa do Sertão na área de promoção e desenvolvimento social, no combate a exclusão e todos os seus desdobramentos, ganhou projeção além das fronteiras baianas, culminando com distinções diversas: o Projeto Sentinela foi considerado referência nacional e nossas ações voltadas para os menores carentes mereceram o reconhecimento da Fundação Abrinq, que conferiu a administração o título de Prefeito Amigo da criança. A credibilidade do governo neste setor

aproximou empresas que desenvolvem trabalhos sociais, que tornaram-se parceiras em diversos projetos, participação de grande relevância que atesta o compromisso do empresariado com problemáticas sociais. (FEIRA DE SANTANA, DISCURSO DE POSSE, 2005).

E continua,

O país compreendeu a importância das parcerias públicas e privadas, as chamadas PPPs, e já dispõe de legislação que disciplina a [o] assunto. Trata-se de uma iniciativa que demonstra maturidade do poder público, que não pode prescindir da iniciativa privada que exigem altas somas de recursos e que vão dinamizar as atividades econômicas do país. Por sua estratégica localização geográfica, pela infraestrutura que dispõe, inegavelmente, Feira de Santana é a cidade baiana com maior potencial para desenvolver projetos dessa natureza. O governo municipal não vai economizar esforços em atrair investimentos seguindo a filosofia que norteia a formação das PPPs, impulsionando a economia do município e gerando mais empregos e renda para a população. (FEIRA DE SANTANA, DISCURSO DE POSSE, 2005).

Neste cenário de adesão explícita as parcerias com setores do empresariado para a promoção de serviços sociais, assume a secretaria de Educação, a professora, Ana Rita de Almeida Neves. Com formação em Letras, professora aposentada do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana, mas atuando no setor privado da educação, a nova secretária, sempre com um tom acolhedor, ganhou a confiança e adesão do professorado da rede municipal de educação.

E foi contando histórias que a secretária, Ana Rita, iniciou sua gestão no ano de 2005. Inicialmente apresentando as prioridades para a educação municipal. Uma delas diz respeito às matrículas que visavam “atingir a meta de 62 mil alunos aproximadamente”. Contudo, segundo os dados do Anuário Estatístico da Bahia 2006, a matrícula inicial da rede municipal no ano de 2005 alcançou pouco mais de 59 mil alunos, isso incluindo os mais de 11 mil alunos da educação de jovens e adultos. Este número ainda estava longe das 62 mil matrículas preteridas pela nova secretária de educação do município.

Outra ação definida pela secretária foi a elaboração de “um relatório de avaliação diagnóstica de toda a rede municipal”, no qual era apresentado a demanda e carência de vagas nos bairros e distritos. Segundo Ana Rita, o aumento da matrícula na rede municipal levou a prefeitura a avaliar a necessidade de construir mais escolas: “Já está definida, por exemplo, a construção de uma unidade de ensino no bairro Feira VII”. (Escolas municipais ainda dispõem de milhares de vagas, 2005). Além da construção de escolas, outra solução para atender a demanda de alunos foi o aluguel de prédios anexos, conforme consta na matéria: “Por enquanto a escola não fica pronta e também em outros locais onde a demanda cresceu, o

governo municipal vai alugar prédios onde funcionarão provisoriamente as unidades”. (Escolas municipais ainda dispõem de milhares de vagas, 2005).

Neste contexto de início de gestão na educação, mais duas parcerias com o empresariado para a educação básica foram se constituindo. Todas com apoio da secretária de educação. Assim, após um longo intervalo, as parcerias voltaram a ser efetivadas com o governo municipal de Feira de Santana. Em 2005, foi a vez da empresa MWV Rigesa, em parceria com o Instituto Supereco, a apresentar o “Programa Rigesa de Educação Ambiental”. Na rede municipal de educação de Feira de Santana, o início da parceria foi marcado com a realização do “5º Seminário Rigesa de Educação Ambiental”, que contou com a presença de professores do município e de representantes da Secretaria Municipal de Educação.

A Rigesa realizará durante o mês do junho [2005] nas cidades em que mantém operações: Valinhos, SP, Manaus, AM, Blumenau e Três Barras, SC, Pacajus, CE, e Feira de Santana, BA, o “5º Seminário Rigesa de Educação Ambiental” para mais de 500 professores de 4ªs e 5ªs séries das escolas das redes particular, estadual e municipal de ensino. Como sugestão dos professores que participaram do seminário anterior, este ano o tema será Educação para o Desenvolvimento Sustentável. As atividades do seminário serão conduzidas pela equipe da Associação Super Eco de Integração Ambiental e de Desenvolvimento da Criança e pela SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, ambas organizações não-governamentais especializada em Educação Ambiental. (RIGESA, 2005)

Além do Seminário Rigesa de Educação Ambiental, a empresa também passou a desenvolver outras ações para a educação básica, como a distribuição do jornal Rigevida e o concurso, entre as escolas, para construção de projetos ligados ao meio ambiente, pelas unidades escolares. Todas estas ações foram desenvolvidas, prioritariamente, nas cidades onde a empresa está instalada. (MWV RIGESA, 2013). Vale ressaltar que embora a matéria prima de sua produção de papel e celulose seja, basicamente, árvores, neste caso, o *pinus*, da família do eucalipto, a MWV Rigesa alega como sua principal finalidade a preservação do meio ambiente.

Neste mesmo mês, ainda em 2005, outra ação de parceria de empresas com a secretaria de educação, era anunciada. Contudo, a empresa Belgo Bekaert e a Fundação ArcelorMittal, retoma, com mais vigor, as estratégias de parcerias, contando com uma forte aliada na área de promoção de programas educacionais: a Fundação Pitágoras, através do Programa “Sistema de Gestão Integrado” (SGI). Vale destacar que pela predominância da Empresa Belgo, e suas organizações, na oferta de programas de parceria com o governo municipal de Feira de Santana no período de estudo, totalizando quatro programas, algumas informações sobre estas instituições tornam-se relevantes.

A Empresa Belgo Bekaert Arames²⁵ integra um poderoso grupo industrial que atua mundialmente na produção de aço e arames. Esta indústria se constituiu a partir da “*joint venture* entre a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, hoje ArcelorMittal, e a Bekaert para fabricação de Arames”. (BELGO BEKAERT ARAMES, 2013). Todavia, a Belgo é originária de Contagem (1958), Minas Gerais, e teve sua filial instalada em Feira de Santana em 1991, no Centro Industrial do Subaé. Nesta época, a empresa chamava-se Jossan S.A. No final da década de 1980, mais especificamente no ano de 1988, a suposta preocupação da empresa “com o social” e o reconhecimento “da importância do seu papel como empresa cidadã”, levou a Belgo a investir na criação de uma organização própria - a Fundação ArcelorMittal Brasil – tornando-se responsável direta pelo desenvolvimento de projetos sociais e “ações sólidas de responsabilidade social empresarial” do grupo Belgo.

Com o direcionamento da Fundação ArcelorMittal, responsável pelas políticas e diretrizes de responsabilidade social, a empresa foca sua atuação na educação ambiental, cultural, projetos ligados à saúde e voluntariado. Entre as iniciativas sociais podem ser destacadas: Cidadãos do Amanhã; Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente; Programa Cidadania Digital; Projeto Educar na Diversidade; Pró-Voluntário; Ouvir bem para aprender melhor; Ver é Viver. (BELGO BEKAERT ARAMES, 2013).

Destaca-se que a Fundação ArcelorMittal Brasil é associada ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), e segue o receituário destas duas organizações quanto a disseminação da RSE, principalmente, no desenvolvimento de programas e projetos nas regiões onde as empresas Belgo e ArcelorMittal estão presentes. A Fundação tem como foco principal “a formação de crianças e adolescentes para que se tornem cidadãos mais conscientes, produtivos e participantes”. (FUNDAÇÃO ARCELORMITTAL, 2013). Nota-se que a Fundação ao estabelecer seu foco na formação de crianças e adolescentes no sentido de torná-los mais produtivos, além de buscar resultados a longo prazo, remete as estratégias da burguesia de buscar formar o consenso do trabalhador através de novo padrão de sociabilidade, tendo em vista a formação de “um certo intelectual urbano de novo tipo”, conforme discutido por Neves (2013).

Dos programas e projetos desenvolvidos pela Fundação ArcelorMittal nas áreas de educação, cultura, saúde, voluntariado e educação ambiental, implantados em Feira de

25 A Belgo Bekaert Arames é resultado de uma *joint venture* entre o maior grupo siderúrgico do mundo na fabricação de aço, a ArcelorMittal S.A., e o maior produtor mundial de arames, a N.V. Bekaert. Portanto integra uma parceria dos grupos ArcelorMittal e Bekaert, consolidando uma “**Gestão Integrada do Setor Arames**”. Estas empresas atuam em vários países do mundo (BELGO BEKAERT ARAMES, 2013).

Santana, destaca-se o Programa Ensino de Qualidade – PEQ. Desenvolvido pela Fundação desde 1999, Sob o Slogan “Aqui se vê educação nota 10”. O PEQ apresenta uma ousada proposta de intervenção na educação básica, principalmente, no ensino fundamental, que visa “aperfeiçoar” desde a proposta pedagógica das escolas ao sistema de gestão escolar, ou seja, se constitui em uma proposta que tem como linhas de ações uma intervenção em toda a organização do trabalho pedagógico da escola.

Um ensino fundamental de qualidade cria a base para que crianças se desenvolvam com mais perspectivas de inserção profissional e social. O programa auxilia a secretaria de educação e as escolas públicas a aperfeiçoarem seus processos pedagógicos e de gestão escolar para que proporcionem um ensino mais eficiente e estimulante. O objetivo é que isso se reflita em um melhor desempenho dos alunos e em menores índices de repetência e evasão. (FUNDAÇÃO ARCELORMITTAL, 2013)

No município de Feira de Santana, os princípios da implantação do PEQ, ocorreu em parceria com a Fundação Pitágoras através do Programa Sistema de Gestão Integrado (SGI). A Fundação Pitágoras “é uma organização do terceiro setor, sem fins lucrativos, criada pelos acionistas do Pitágoras²⁶, em abril de 1999. Surgiu como parte de um projeto para perenizar a organização, que opera em todo o território nacional e no exterior” (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2013). Como Missão, a Fundação também estabelece a melhoria dos índices de aprendizagem dos alunos da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas municipais.

A Fundação Pitágoras prioriza o desenvolvimento de “tecnologias de gestão” para as escolas públicas e implanta os sistemas de gestão nos municípios. O Sistema de Gestão Integrado (SGI) se constituiu no principal programa da Fundação e tem como meta, fortalecer o sistema de gestão das instituições escolares. A Fundação Pitágoras passou a atuar no município de Feira de Santana em 2005, com a implantação do programa SGI, celebrando a parceria entre a empresa Belgo Bekaert Nordeste²⁷, a Fundação ArcelorMittal e a Secretaria Municipal de Educação.

²⁶ Rede de Instituições de ensino, criado em 1966 como colégios particulares. Atualmente forma o Grupo Pitágoras, composto por colégios, faculdades e fundações que atuam em território nacional e no exterior. A Rede Pitágoras integra o grupo Kroton Educacional, uma empresa gigante da área educacional, controlada pelo fundo americano Advent. (PTÁGORAS, 2013)

²⁷ Embora atualmente o nome da empresa tenha mudado para Belgo Bekaert Arames, será mantida a razão social Belgo Bekaert “Nordeste”, pois nos documentos pesquisado período em que foi firmada a parcerias para a implantação do Sistema de Gestão Integrado, esta era a razão social da empresa.

Nessa direção, o SGI integrava o Programa Ensino de Qualidade (PEQ) da Fundação ArcelorMittal Brasil. E se constituiu em um Programa que, através do fortalecimento da gestão dos sistemas escolas, prometia melhorar a qualidade do ensino na rede municipal.

Durante a implantação do PEQ, a professora Ana Rita, acompanhou todo o processo dando amplo apoio a implantação do programa na rede municipal de educação:

A secretária da Educação, Ana Rita de Almeida Neves, e mais cinco membros de sua equipe participam até esta sexta-feira (20), da segunda Jornada de Campo, atividade que inicia a implementação na Rede Municipal do Programa Ensino de Qualidade (PEQ). A Jornada teve início ontem e acontece no Ceteb (Santa Mônica). O Programa Ensino de Qualidade consiste na aplicação de ferramentas gerenciais visando a melhoria da qualidade de ensino oferecida pelas escolas públicas. Nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, onde o sistema de gestão já foi implantado, os alunos alcançaram índices surpreendentes de aprendizagem, foi reduzida a zero a taxa de repetência e a motivação das crianças e dos pais ajudou a dar novo rumo às escolas.

O PEQ está sendo implantado em Feira pela indústria Belgo Bekaert que investe recursos da ordem de R\$ 250 mil para viabilizar o programa. (Secretaria de Educação inicia implantação do Programa Ensino de Qualidade, 2005)

A matéria ainda aponta o suposto valor de R\$ 250 mil investidos pela empresa Belgo Bekaert para a implementação do PEQ em Feira de Santana. A divulgação de valores gastos por empresas e instituições no processo implantação de programas de parceria com o governo não é um fato comum. Geralmente as empresas utilizam os programas que integram as suas próprias Fundações e Institutos, neste caso estes investimentos não são divulgados, assim como também, não se torna público, os valores de subvenções em impostos que é concedido por parte do governo a estas empresas que promovem “serviços sociais”. Entretanto, no caso do SGI, que integraria o PEQ, este programa pertence à Fundação Pitágoras, e certamente, para o seu funcionamento, que dependia de acompanhamento permanente de consultores ligados à Fundação, a empresa Belgo teve que pagar pelo Programa.

Nessa direção, de acordo com as ações no processo de implantação dos programas de parcerias apresentados até aqui, observa-se que tudo parecia em uma perfeita sintonia entre o governo e o empresariado. Contudo, para fortalecer ainda mais as iniciativas de parcerias, incluindo essa prática na legislação, em 2005, os membros do legislativo municipal, resolveram institucionalizar o que já vinha ocorrendo no município, desde 2001, através da legislação sobre as parcerias publica-privada na educação.

Aos poucos esse movimento das parcerias entre o empresariado e o governo, em Feira de Santana, ganha força, conquistando também o espaço na regulamentação jurídica. Em 2001, um Projeto de Lei que tramitou na Câmara de Vereadores já apontava, ainda que de

forma difusa, esta intencionalidade do Legislativo e Executivo municipal em inserir a iniciativa privada nas ações ligadas à educação básica. Trata-se do Projeto de Lei Nº72/2001, de autoria do vereador, José Carneiro Rocha, que “autorizava o Poder Executivo a realizar licitação à anexação de propagandas nos uniformes oficiais da rede pública de ensino” (FEIRA DE SANTANA, 2001). Embora não apresente uma forma de intervenção diretamente nas escolas, este projeto figura como uma tentativa de aproximação e institucionalização da participação do empresariado como promotores de ações na educação pública.

Esse processo de institucionalização das parcerias em Feira de Santana permite analisar que de fato, as leis não alteram de imediato a realidade, mas, muitas vezes, expressam movimentos e demandas advindos de forças políticas que conseguem obter adesão e repercussão social. As leis, assim como as políticas públicas, nem sempre, são o resultado apenas de iniciativas do governo, mas se institui a partir da ação organizada da sociedade civil. No caso das parcerias, o protagonismo do empresariado retrata esse movimento através da difusão de práticas de intervenção na gestão e na organização das ações educacionais, alcançando a regulamentação municipal como expressão de adesão e de busca de legitimação em um plano ampliado da governabilidade. No caso de Feira de Santana, a lei que regulamentou as parcerias data de 01 de dezembro de 2006, neste contexto, a atuação do empresariado, como parceiros da educação básica ganha legitimidade, a partir de um movimento que estava em curso desde 2001, tendo respaldo nas próprias ações de empresas que já atuavam como “parceiros da escola” na rede municipal. Neste sentido, a lei acaba por institucionalizar um processo em movimento, neste caso, as parcerias entre empresas e o governo, para a promoção da educação escolar.

Dessa forma, a primeira lei da Câmara Municipal de Vereadores de Feira de Santana institucionalizando a parceria entre Secretaria Municipal de Educação e empresas privadas, permitindo a esta última promover iniciativas na educação pública municipal, de autoria do Vereador Roberto Luis da Silva Tourinho (PSB), foi apresentada como Projeto de Lei Nº 203, em 10 de outubro de 2005. O referido projeto pretendia criar, no âmbito do município de Feira de Santana, o “Programa Parceiro da Escola”. Este projeto, que foi adiado da pauta por, pelo menos, nove Sessões, apresentava como justificativa, a defesa da gestão participativa nas escolas:

O presente projeto de lei visa criar condições e melhorias para as nossas escolas e abre a possibilidade de parcerias com entidades privadas. Somos sabedores das dificuldades enfrentadas pelo poder público em todos os níveis e está [sic!] lei permite uma gestão participativa das escolas, com normas regida em

lei e regulamentada pelo Poder Executivo, evitando assim excesso de qualquer natureza.

Os conselhos, a população e as entidades privadas, podendo devem participar de um novo modelo de educação de qualidade. (FEIRA DE SANTANA, 2005).

Em 18 de outubro de 2006, portanto um ano depois, o referido Projeto de Lei foi aprovado, por unanimidade, pelos vereadores. Em 01 de dezembro de 2006, após ser sancionada pelo executivo municipal, tornando-se a Lei Nº 2725/2006, criou-se o Programa Parceiro da Escola. A partir de então, estava regulamentado a participação da iniciativa privada na oferta de serviços educacionais na rede municipal de educação de Feira de Santana. Os serviços ofertados pelas empresas poderiam ser desde a aquisição de uniformes, equipamentos, materiais didáticos, móveis escolares, a reforma e ampliação das escolas de rede municipal.

Artigo 1º - Fica criado o Programa Parceiro da Escola, a ser implantado no Município de Feira de Santana.

Artigo 2º - O Programa Parceiro da Escola consiste na participação da iniciativa privada na aquisição de uniformes, equipamentos, materiais, móveis escolares e na reforma e/ou ampliações das escolas da rede municipal de ensino.

Artigo 3º - As empresas participantes do Programa Parceiro da Escola podem, explorar, com exclusividade, sua publicidade nos equipamentos, materiais e uniformes doados, bem como através de outdoors nas escolas.

Parágrafo Único - Fica expressamente proibido que as empresas participantes do Programa Parceiro da Escola utilizem em suas publicidades quaisquer referências que façam apologia ao tabagismo, ao álcool e jogos de azar.

Artigo 4º - A fiscalização da correta aplicação dos recursos destinados às finalidades descritas no art. 2º, desta Lei, fica ao encargo do Conselho Municipal de Educação ou da escola beneficiada. (FEIRA DE SANTANA, 2006)

Observa-se que, como contrapartida, as empresas ficaram livres para explorar, com exclusividade, sua publicidade nos equipamentos, materiais e uniformes doados. A escola se torna um espaço legalmente vinculado a uma visão de cidadania pautada pela lógica empresarial e suas práticas da responsabilidade social empresarial.

Ao analisar este movimento de constituição da agenda educacional em Feira de Santana e sua estreita relação com o empresariado, incluindo neste contexto, a garantia pela regulamentação jurídica, entende-se esse processo como algo mais amplo, que busca consolidar uma determinada visão de mundo em torno das políticas educacionais nas quais o empresariado figura como ator central. Isto remete aos postulados de Denis Palumbo (1998), quando o autor aborda as políticas públicas não como objeto propositivo exclusivo do governo, tão pouco como algo que se materializa apenas por ações da estrutura governamental, mas, de acordo com autor, quando determinada política é incorporada pelo governo, esta já tem uma história, conflitos e disputas. Dessa forma, entende-se as políticas

educacionais, neste estudo, como o resultado de ação de diferentes atores sociais, inclusive o governo, mas não exclusivamente. É importante ressaltar este aspecto, pois nos próprios documentos das empresas, estas apresentam os programas para a educação reivindicando-os enquanto políticas públicas.

Além disso, quando são analisados os processos da constituição da agenda empresarial para a educação em Feira de Santana, percebe-se este movimento permeado de fluxos e refluxos, portanto, a sua emergência e materialização não se configurou como um processo linear, mas constata-se, tal qual informado por Palumbo (1998), as políticas públicas, neste caso, as políticas educacionais, enquanto um “alvo em movimento”:

[...] estão constantemente mudando à medida em que são formadas e reformadas, modificadas e transformadas, sendo às vezes rejeitadas por novas políticas. De fato, uma política é como um alvo em movimento; não é algo que possa ser observado, tocado ou sentido. Ela tem que ser inferida a partir da série de ações e comportamentos intencionais de muitas agências e funcionários governamentais envolvidos na execução da política ao longo do tempo. Política é um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes. (PALUMBO, 1998, p. 35).

Diante do exposto, ao analisar as ações de intervenção do empresariado na agenda educacional percebe-se esse processo como o resultado de um conjunto de ações, seja do governo ou do empresariado, com um único objetivo de fortalecer as parcerias. Nessa direção, embora com a presença do governo na formulação da agenda empresarial, enquanto políticas públicas, para a educação em Feira de Santana, não se pode concentrar este processo apenas nas instituições governamentais. Segundo Palumbo (1998),

[...] os estudos das políticas públicas é importante porque dá vida à aprendizagem da política [...]. Concentrando-se em políticas públicas, ao invés de em instituições governamentais, podemos ganhar uma compreensão do governo como um processo de interações complexas entre uma variedade de organizações, tanto públicas quanto privadas (p. 41).

Fazendo este percurso de análise da constituição da agenda empresarial, isso remete a concepção de Estado gramsciana, na qual deve ser entendido não só o governo, mas que integra a sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia. Sendo assim, o Estado se constitui em “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais os dirigentes justificam e mantêm, não o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”. (GRAMSCI, 1989, p. 87).

Nessa direção, no capítulo seguinte, o esforço será no sentido não só de analisar os programas de parcerias na educação, acolhidos pelo governo municipal e as escolas que se tornaram parceiras, mas também o de desvendar as estratégias e as sutilezas utilizadas pelo empresariado para garantir a adesão aos seus programas educacionais. Dessa forma, o contexto apresentado remete a compreensão das especificidades e regularidades da constituição desta agenda empresarial no município de Feira de Santana, a partir do processo de emergência e disseminação dos princípios da Responsabilidade Social Empresarial e seus reflexos nas ações de intervenção operadas na rede municipal de educação.

3 PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS: AS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DO EMPRESARIADO EM FEIRA DE SANTANA

Este capítulo analisa os elementos principais que constituem a intervenção do empresariado no sistema educacional do município de Feira de Santana, entre os anos de 2001 a 2008, compreendendo este movimento articulado a um processo mais amplo de constituição de uma agenda empresarial para a educação, cujas bases ideológicas integram a concepção de Responsabilidade Social Empresarial. Dessa forma, busca-se qualificar os Programas de parceiras na educação entre o governo municipal e os empresários no sentido de identificar as concepções e ações destas interferências enquanto políticas educacionais na rede municipal de educação de Feira de Santana.

3.1 AS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS E A CONSTITUIÇÃO DA AGENDA EDUCACIONAL: AS REDES BRASIL, BAHIA E FEIRA DE SANTANA

Como procurou-se demonstrar até aqui, o empresariado vem promovendo, através de uma rede complexa e organizada, a disseminação e institucionalização de uma visão de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Esta visão tem como pilares ações voltadas para uma cultura de solidariedade, participação em campanhas voltadas para a cidadania, participação política, além da suposta preocupação com as questões ambientais, dentre outras. Sobre a RSE, identificou-se, no documento da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (2011), uma concepção com forte apelo ao compromisso social das empresas:

Nos últimos 20 anos, um conjunto de iniciativas internacionais tratou de formalizar e difundir novos conceitos, práticas e padrões de desempenho que moldaram a ideia de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) que, em linhas gerais, tem as seguintes características: 1) é plural, uma vez que as empresas não devem satisfações apenas a seus acionistas, mas sim a todos os seus *stakeholders* (trabalhadores, sindicatos, mídia, governo, setor não governamental e ambiental, comunidades, etc); 2) é distributiva, pois toda a cadeia de valor da organização, e não somente seu produto final, deve ser avaliada por fatores ambientais e sociais; 3) é sustentável, dado que uma atitude responsável em relação ao ambiente e à sociedade ajuda a evitar a escassez de recursos e dá ao conceito uma escala mais ampla; 4) é transparente, tendo em vista que as empresas são gradualmente obrigadas a divulgar seu desempenho social e ambiental, os impactos de suas

atividades e as medidas tomadas para prevenir ou compensar acidentes. (IEL - FIEB, 2011, p. 93).

No Brasil, a RSE ganha maior expressão a partir da década de 1990, no contexto de ampliação das ações e estratégias que pautaram a reforma administrativa. De acordo com Martins (2005), a Responsabilidade Social Empresarial superou a filantropia empresarial, ao se constituir em um movimento mais orgânico e com maior força ideológica, disseminado a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, quando “novas práticas políticas ganharam presença no cenário brasileiro em sintonia com um movimento preexistente a nível mundial”. (MARTINS, 2005, p. 151).

Vale ressaltar que a trajetória do empresariado brasileiro, no campo educacional, até a década de 1980, ocorria sob a tutela, principalmente, do sistema sindical patronal que, através da CNI, criada em 1938, foi responsável pela criação do SENAI e SESI, respectivamente, nos anos de 1942 e 1946. Estas organizações ligadas ao setor industrial, segundo Martins (2005), vão desempenhar importante “papel na definição de políticas públicas”, principalmente na formação e preparação da força de trabalho para a indústria brasileira.

Entretanto, a partir da década de 1980, as ações do empresariado, em virtude das transformações no cenário econômico e político nacional, vão se consolidar a partir de novos contornos, com o surgimento de novas organizações ligadas ao empresariado, a exemplo do Instituto Liberal (1983), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (1987) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (1989). O contexto de crise econômica, em consonância com o aumento dos movimentos sociais e sindicais pela garantia e ampliação dos direitos sociais, aumentam as tensões entre capital e trabalho, levando os setores dominantes da burguesia a criar novas estratégias de dominação.

No período em que predominou a falta de unidade política por parte da burguesia em torno das perspectivas de seu projeto para o Brasil, registrou-se um novo processo de modernização das organizações burguesas, de criação de novos organismos e de movimentos de atualização de sua agenda política em conformidade com as recentes diretrizes e estratégias internacionais delineadas nos países centrais do sistema capitalista.

Nos anos 1980, o sistema CNI passou por um processo de modernização para responder de maneira mais efetiva aos desafios da indústria brasileira em um contexto de crise mundial e de substituição do paradigma taylorista-fordista por outro de base flexível.[...].

Fica evidente que o órgão máximo de representação dos interesses da burguesia industrial brasileira procurou incorporar, em seu discurso e em suas práticas, algumas referências técnicas, organizativas e políticas mais compatíveis com o novo modelo de desenvolvimento que se processava em algumas partes do mundo capitalista, reformulando suas estratégias de obtenção do consenso em tempos de esgotamento do desenvolvimentismo.

Por fora do sistema sindical patronal, outras iniciativas ilustram o quadro de crise de hegemonia burguesa e de redefinição de suas estratégias políticas. Destaca-se a articulação de setores das frações monopolistas e não-monopolistas do capital industrial e financeiro para a criação, em 1983, de uma rede de aparelhos privados de hegemonia: o Instituto Liberal(IL). (MARTINS, 2005, p. 134-135).

De acordo com Martins (2005), o Instituto Liberal (IL) “esteve integrado a uma rede internacional comprometida com a difusão do pensamento neoliberal pelo mundo”. Enquanto o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), ao mesmo tempo em que criticava o sistema sindical patronal, ao propor mudanças na postura política da burguesia empresarial, apontava para as representações sindicais dos trabalhadores a necessidade da conciliação de classe para o enfrentamento das transformações em curso no mundo do trabalho. Estas organizações vão se constituir em “novas formas de representar os interesses de classe, ao definir estratégias de obtenção do consenso e de incentivo à elevação da consciência política coletiva burguesa para além dos interesses imediatos” (MARTINS, 2005, p. 136).

A chegada de FHC na presidência do Brasil vai ser um terreno fértil de consolidação dos princípios da RSE, quando o governo põe em ação a reforma administrativa do Estado brasileiro, redefinindo não só o seu papel, mas legitimando a participação da sociedade civil a fim de atender as demandas sociais. Nessa direção, a burguesia brasileira que buscava novas formas de se recompor, mantendo a sua dominação, encontra um contexto propício, ao vencer as barreiras que a impediam de dar direção, seja por dentro do governo brasileiro com a implementação jurídica-política, seja na sociedade civil, com a criação de organização sociais.

A “responsabilidade social empresarial” é uma ideologia que expressa o encerramento de crise e tensões hegemônicas e indica novas acomodações políticas e novas movimentações qualitativamente superiores que penetram no campo das políticas de Estado e envolvem todas as frações de classe burguesa, reordenando as relações políticas mais amplas localizadas no interior da sociedade civil.

A intervenção social dos empresários, realizada de forma tópica, fragmentada e difusa, em geral motivada pelo desprendimento ou espírito altruísta do burguês, transformou-se em algo orgânico à classe proprietária, operacionalizando, portanto, seu projeto de sociabilidade. Trata-se de uma nova perspectiva da atuação educativa da classe burguesa rumo à consolidação de sua condição de dirigente de toda a sociedade. (MARTINS, 2005, p.151)

De tal modo, a Responsabilidade Social Empresarial passou a ser difundida com maior organicidade das diversas frações da burguesia brasileira, principalmente, a partir da criação de duas instituições: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), em 1995, e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), em 1998. Neste contexto, ganha materialidade um novo *modus operandi* que vai articular o empresariado brasileiro e as

organizações – institutos e fundações - ligadas a este setor, a partir do fortalecimento de uma rede de relações desta agenda.

A fundação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), em 1995, ocorreu em um contexto de efervescência do debate sobre a suposta “incapacidade do Estado de atender a todas as demandas sociais e a necessidade de fortalecimento da sociedade civil. Ampliou-se a difusão dos conceitos de terceiro setor e responsabilidade social empresarial”. Diante disso, “crescia a consciência do empresariado sobre a necessidade de promover transformações sociais, muito além do assistencialismo” (REDE GIFE, 2013). A partir de então uma rede de empresas motivadas pela troca de informações e promoção de trabalhos sociais passam a se articular. Neste contexto, no Brasil, se fortalecia a discussão a respeito da “conscientização da necessidade de encontrar formas de parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil na busca de soluções para as desigualdades sociais do país” (REDE GIFE, 2013).

O GIFE se apresenta como uma organização sem fins lucrativos, composto por institutos, fundações e empresas que desenvolvem atividades relacionadas com o terceiro setor no Brasil. Como missão, busca “aperfeiçoar e difundir os conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum” e tem como objetivo:

Contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações de origem empresarial e de outras entidades privadas que realizam investimento social voluntário e sistemático, voltado para o interesse público. (REDE GIFE, 2013).

Atualmente o GIFE congrega cerca de 140 associados - instituições ligadas, em sua maioria, a grandes empresas nacionais e internacionais. O GIFE possui integrantes de todas as regiões do país e recebe recursos tanto de empresas nacionais como multinacionais. Vale destacar que

O Gife, resultado do salto qualitativo da “filantropia empresarial” à “responsabilidade social empresarial”, é a primeira e, provavelmente, uma das melhores expressões da mudança da concepção burguesa sobre educação política na contemporaneidade. Se num primeiro momento os empresários agiam por iniciativa própria, de maneira voluntariosa, em ações fragmentadas, pontuais e, muitas vezes, descontínuas, com a criação desse organismo foi estabelecida uma nova forma de articulação empresarial e definido um novo conteúdo para os projetos implementados. (MARTINS, 2005, p. 153-154)

A composição do GIFE²⁸ revela a diversidade dos tipos de organizações na área. Há empresas que atuam diretamente, em projetos sociais próprios, institutos e fundações, estes últimos mantidos pelas mesmas empresas.

Contudo, a disseminação da Responsabilidade Social Empresarial, de forma mais robusta, ganha impulso no país a partir da criação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, em setembro de 1998. Criado por um grupo de empresários de São Paulo, o Instituto buscou consolidar o movimento da RSE no meio do empresariado nacional. No seu Estatuto o Ethos é denominado como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) (ETHOS, 2013), e constitui-se em uma associação de empresas de vários tamanhos e setores interessados em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável. O Instituto concentra esforço em convencer as elites empresariais do papel central que devem assumir na solução dos problemas sociais e ambientais que assolam o país, aspectos presentes em sua missão e objetivo:

A missão do Instituto Ethos é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa.

O Instituto Ethos propõe-se a disseminar a prática da responsabilidade social empresarial, ajudando as instituições a:

1. compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável;
2. implementar políticas e práticas que atendam a elevados critérios éticos, contribuindo para o alcance do sucesso econômico sustentável em longo prazo;
3. assumir suas responsabilidades com todos aqueles que são atingidos por suas atividades;
4. demonstrar a seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável para o retorno em longo prazo sobre seus investimentos;
5. identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum;
6. prosperar, contribuindo para um desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável. (ETHOS ON-LINE, 2013).

Dessa forma, ao observar as diversas frentes de atuação do Ethos na organização e articulação do setor empresarial, identifica-se esta organização enquanto um *think tank*²⁹, que atua em articulação com o setor empresarial e o governo, voltado para uma definição mais precisa do conceito de RSE, a partir de ações como seminários, grupos de trabalho, cursos,

²⁸ Mais informações sobre as empresas e instituições que integram o GIFE acessar o site <http://www.gife.org.br>

²⁹ Os think tanks são instituições ligadas ao empresariado que participam do processo de formulação de políticas públicas, ou seja, se constitui em um verdadeiro “organismo especializado em produzir e difundir conhecimentos e idéias para educação no país” (MARTINS, 2009, p.23).

pesquisas, publicações, instrumentos avaliativos e bancos de dados, tendo em vista que as empresas se instrumentalizam para adotar um sistema gerencial socialmente responsável.

A esse respeito, Neves (2005) discute a emergência das organizações ligadas ao empresariado e os seus princípios da RSE, no Brasil, entendendo-o em um contexto que vai operar um processo de transição da classe “dominante” brasileira, assumindo também sua posição enquanto classe “dirigente”. Neste sentido, se historicamente a condição da burguesia, enquanto classe dominante, se dava prioritariamente pelo uso da força (coerção), no contexto assinalado pela autora houve um “aperfeiçoamento” das estratégias de obtenção do consenso dos demais setores, no sentido de a legitimar enquanto classe dominante e dirigente. Segundo Neves (2005), este movimento vai consolidar um processo de redefinição da sociedade, caracterizado pela autora como de despolitização e repolitização da sociedade política e da sociedade civil.

[...] Despolitização da política, no sentido da inviabilização de projetos de sociedade contestadores das relações capitalistas de produção da existência, limitando as possibilidades de mudança aos marcos de um reformismo político. E repolitização da sociedade civil, no sentido de fortalecimento de práticas que induzam à conciliação de classes (NEVES, 2005, p. 90-91).

Essa “poderosa estrutura da sociedade civil”, para Gramsci (2007), é característica do “estado de tipo ocidental”, predominante nos países europeus e norte americano (contrapondo ao estado do tipo oriental, soviético) do início do século XX, e apresenta a complexidade com que o Estado burguês se recompõe. Neste processo, toma forma o Estado como a própria síntese das relações sociais do consenso. Isso significa que a burguesia vem engendrando estratégias cada vez mais refinadas, sutis, de dominação, contudo, recorrendo ao aparato jurídico-político, quando necessário. Neste sentido, identifica-se a Responsabilidade Social Empresarial, amplamente disseminada pelos aparelhos privados de hegemonia da burguesia - Organizações Sociais -, que se confundem com os movimentos sociais clássicos, como um exemplo da forma como a burguesia vem operando a sua dominação na sociedade atual. Assim,

[...] a escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes: mas, na realidade, no fim predominam uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades estatais chamadas privadas, que formam o aparelho de hegemonia política e cultural das classes dominantes. (GRAMSCI, 2007, p. 284).

Dessa forma, a proliferação de aparelhos privados de hegemonia, tais como os institutos, fundações e ONGs, ligadas ao empresariado, assume um papel relevante, tanto na reorganização das demandas até então, ligadas mais especificamente à instância governamental, como a função educativa, imprescindível para a constituição de uma hegemonia política e cultural do empresariado a ser apontada como a portadora da “vontade geral” no interior de toda a sociedade civil. Com isso, aumentam as demandas para a sociedade civil que, através das parcerias, passam a reivindicar seu papel como promotor de serviços sociais.

Quanto à relação a ser estabelecida entre governo e empresários em torno da constituição da Responsabilidade Social Empresarial no documento *“Práticas Empresariais de Responsabilidade Social: Relação entre os princípios do Global Compact e os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial”*, publicado pelo Instituto Ethos, fica evidente a consciência que o setor empresarial tem do seu poder de influência não só no governo, mas nos diversos setores da sociedade civil, atuando na promoção de serviços sociais, campo de atuação que, até então, não integravam necessariamente as suas agendas. Essa mudança nas estratégias de ações do empresariado aponta para a materialização do Estado, mantendo a posição de classe dominante e dirigente. Identifica-se assim, uma consciência de classe, solidariedade e interesses da burguesia em, a partir da responsabilidade social empresarial, “resolver os problemas sociais” da população mundial. Nesse movimento, o documento apresenta uma preocupação com a formação de uma consciência coletiva do empresariado ao projeto da RSE:

O setor empresarial possui imensos recursos financeiros, tecnológicos e econômicos, exerce grande influência política, financia campanhas eleitorais e tem acesso privilegiado aos governantes. Essa extraordinária força implica em uma grande responsabilidade. No Brasil, muitos empresários já perceberam a necessidade de direcionar suas práticas no sentido de alterar o quadro de degradação ambiental, a péssima distribuição de renda, a baixa qualidade dos serviços públicos, a violência e a corrupção não apenas no discurso, mas fundamentalmente nas ações.

Afinado com estas preocupações, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social inspirou-se na instituição norte-americana chamada Business and Social Responsibility e desde 1998 busca disseminar a prática da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ajudando as empresas a compreender e incorporar critérios de responsabilidade social de forma progressiva, a implementar políticas e práticas com critérios éticos. O Ethos também assumiu a tarefa de promover e incentivar formas inovadoras e eficazes de gestão do relacionamento da empresa com todos os seus públicos e a atuação em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum.

A preocupação com o papel e a responsabilidade das empresas diante das questões sociais e ambientais está presente em diversos países do mundo, e atualmente encontra uma tradução nos princípios do Global Compact, iniciativa do Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan. (INSTITUTO ETHOS, 2003, p. 12)

Por outro lado, cabe destacar um aspecto contraditório presente nesta aliança do Ethos com a ONU, ao se solidarizar com o Pacto Global³⁰, pois, como pode o empresariado resolver o problema da pobreza no mundo quando, contraditoriamente, são estes os responsáveis pela acumulação e apropriação da riqueza mundial (ou seja, são os mesmos que a provocam)?

Esse quadro contraditório do empresariado se autoproclamando como responsável em resolver, de forma eficiente, os problemas sociais, principalmente, os relacionados à educação pública, terá ampla adesão da sociedade brasileira.

No caso de Feira de Santana, seguindo este movimento de constituição da RSE, em que pese suas especificidades - conforme foi apresentado no capítulo 02 -, identificou-se 06 Programas educacionais de parcerias entre o empresariado industrial e a Secretaria Municipal de Educação, no período de 2001 a 2008. A execução destes Programas não era realizada diretamente pelas empresas, mas por organizações ligadas e mantidas pelo setor privado. Apesar de, na sua maioria, ser criadas pelas empresas e estar a serviço do setor privado, as Fundações e Institutos não são identificadas como privadas, mas como organizações do terceiro setor, sem fins lucrativos. Sendo assim, estas instituições são caracterizadas como as organizações públicas não-estatais, tendo os seus postulados atrelados nos marcos da reforma político-administrativa da década de 1990.

Também merece destaque o fato de que a maioria destas empresas e suas organizações, mesmo sendo de origem brasileira, fizeram fusão com empresas multinacionais, portanto, atuam e/ou possuem suas sedes em outros países. Esse aspecto aponta para o fato de que a Responsabilidade Social Empresarial se constitui em um fenômeno mundial e, portanto, os projetos educacionais ofertados pelas empresas neste município tem se consolidado em todo o território nacional e segue um padrão, articulado com uma rede maior de difusão da RSE.

Como justificativa para a promoção dos programas educacionais, as empresas, de um modo geral, alegam o compromisso com a sociedade através da Responsabilidade Social Empresarial, principalmente, com a comunidade local onde as fábricas e indústrias estão em funcionamento. Nessa direção, busca-se, na seção seguinte, analisar as concepções e ações de intervenções dos programas de parcerias implementados na rede municipal de educação de Feira de Santana, no período de 2001 a 2008.

³⁰ “O Global Compact (Pacto Global) é uma iniciativa lançada em 1999 por Kofi Annan, então secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), para incentivar as empresas em todo o mundo a adotar políticas sustentáveis e informar sobre sua implementação. Seu atual diretor é Georg Kell. As empresas que querem fazer parte do Global Compact se comprometem a alinhar suas operações e estratégias com dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção”. (INSTITUTO ETHOS, 2013).

3.2 OS PROGRAMAS DE PARCERIAS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA: PRINCÍPIOS E AÇÕES DO EMPRESARIADO

Em Feira de Santana, constatou-se que a oferta de programas de parcerias com o empresariado, no período pesquisado, teve como predominância a intervenção na organização da gestão do Sistema Municipal de Educação, assim como uma agenda de intervenção com temas sociais em evidência e que, na linguagem escolar, vem sendo assumidos como “temas transversais”. Em face desse escopo geral, observou-se que em Feira de Santana os programas empreendidos pelas empresas parceiras do governo municipal no período em estudo, voltaram-se para três eixos temáticos, a saber: Programa com ênfase no Sistema de Gestão Educacional; Programas com ênfase na Educação Ambiental; Programas com ênfase na Inclusão Social.

Apesar da amplitude desses eixos, elegeu-se neste trabalho, como foco principal, o Programa com ênfase no Sistema da Gestão Educacional, pelo fato do mesmo se constituir em um exemplo mais consistente de intervenção do empresariado na rede municipal de educação de Feira de Santana, além da continuidade, nos anos seguintes, da parceria da empresa Belgo Bekaert com a rede municipal de educação³¹. Nos dois eixos seguintes será realizada uma breve exposição dos seus princípios e ações no município.

3.2.1 Programa com ênfase no Sistema de Gestão Educacional: o Programa Sistema de Gestão Integrado (SGI) em Feira de Santana

Com o compromisso de melhorar a qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas da rede municipal de educação, através de mudanças na gestão escolar, o Programa Sistema de Gestão Integrado (SGI), que compõe o PEQ, começou a ser implantado em Feira de Santana, em 2005, em sete escolas, e com a possibilidade de expandir para toda a rede municipal, conforme matéria divulgada na imprensa.

³¹ Após a eleição do prefeito José Ronaldo de Carvalho (DEM), para o mandato de 2013 a 2016, a empresa Belgo Bekaert Arames e Fundação ArcelorMittal Brasil firmaram uma nova parceria com a Prefeitura Municipal de Feira de Santana. Dessa vez, o Programa apresentado foi o Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente, sendo apontada a possibilidade de outro Programa que tem como estratégias de ação um curso de “Empreendedorismo Juvenil”, conforme foi noticiado pela ASCOM e publicado nos informativos oficiais da prefeitura. (Prefeitura resgata parceria com ArcelorMittal Brasil, ASCOM, 2013).

Em Feira, inicialmente, o sistema vai ser implementado em cinco sic! [sete] escolas: Nóide Cerqueira (Campo Limpo), Jonathas Telles de Carvalho (Conceição II), Antonio Alves Lopes (Viveiros), José Raimundo Pereira de Azevedo (Feira VII), José Tavares Carneiro (distrito de Maria Quitéria), Ana Maria Alves (Feira X) e Maria Antonia da Costa (Santa Mônica). Mas, o objetivo da Secretaria Municipal da Educação é levar o programa a toda Rede. (Secretaria de Educação inicia implantação do Programa Ensino de Qualidade, 2005).

Este momento contou com a presença da consultora da Fundação Pitágoras, Norma Soares Fonseca, que afirmou ter ficado impressionada com a participação e o envolvimento dos professores, bem como, a hospitalidade dos técnicos da Secretaria Municipal de Educação e da empresa Belgo Bekaert, conforme é perceptível no trecho a seguir: “Percebemos desde o início um alto nível de comprometimento, dinamismo e uma vontade surpreendente do grupo de acertar. Estas condições são bastante favoráveis para atingir os objetivos do PEQ” (Secretaria de Educação inicia implantação do Programa Ensino de Qualidade, 2005). Este aspecto aponta para a receptividade dos envolvidos não só aos programas de parceria com empresas privadas, mas também a adesão dos docentes, a um programa que coloca como foco, exclusivamente, a gestão escolar, como condição para a melhoria da qualidade do ensino.

Princípios do SGI

A partir dos pressupostos da administração empresarial, o Sistema de Gestão Integrado (SGI) aponta como meta, fortalecer o sistema de gestão das instituições públicas escolares. Seu principal objetivo é a implantação de um “modelo de gestão que orquestra os esforços de todos os que trabalham ou estudam num sistema público de ensino, visando ao alto desempenho dos alunos” (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2013). Assim, com a implantação do SGI na rede municipal de educação de Feira de Santana, o sistema educacional do município se defrontava, neste momento, com um processo que caminhava para a padronização das ações nas escolas, principalmente, no âmbito da gestão escolar. Nota-se que a necessidade de inserção do padrão empresarial de gerenciamento a um conjunto de escolas vai se firmando como o ponto forte da intervenção do empresariado neste período.

Dessa forma, o programa SGI apresentou como principal finalidade o esforço em implantar um “sistema” de gestão que garantisse a integração entre os “sistemas” (SEDUC, escola, classe e aluno) que compõe a rede municipal de educação de Feira de Santana. Esta integração era tida como consolidada quando as metas estabelecidas pela Secretária de Educação, sob a tutela da orientação pedagógica da Fundação Pitágoras, responsável pelo

programa, fossem aplicadas na escola, classe e aluno (aprendizagem). Como estabelecido pelo SGI, era necessário haver “integração, alinhamento e desdobramento” entre os sistemas. Estes conceitos eram descritos nos documentos do programa da seguinte forma:

Integração

A essência do SGI é integrar o trabalho de um sistema de ensino para garantir que, do Secretário de Educação até o aluno individual, todos estejam na mesma página, falando a mesma língua. Ou seja: que as diretrizes educacionais da Secretaria sejam a principal agenda dos dirigentes escolares; que as diretrizes da escola sejam a agenda número um das classes, e assim sucessivamente. A integração garante, por exemplo, que o desenvolvimento de habilidades importantes como leitura e escrita tenha contribuições vigorosas de mais pessoas, em diferentes níveis funcionais, do que apenas do professor [...].

Alinhamento

O SGI alinha o trabalho da SME com o de cada escola da rede, o de cada escola com suas diversas classes, e o da classe com a aprendizagem de cada aluno. Os pais são envolvidos, aprendendo a dar, em casa, a contribuição que faz a diferença na aprendizagem dos filhos. Na essência, todos esses sistemas:

SME --- ESCOLA --- CLASSE --- ALUNO (= APRENDIZAGEM) [...].

Desdobramento

Cada escola, em seguida, desdobra essas direções da SME, usando localmente as estratégias para atingir cada uma das metas. Para isso, colocam times de meta em campo, promovem o melhoramento contínuo dos processos, etc., sempre focando o apoio ao professor na sala de aula. [...] Os alunos, finalmente, têm missão e metas pessoais contribuindo com as da classe, monitoram o seu progresso individual, têm planos de ação pessoais, etc. - assumindo para valer a gestão de sua aprendizagem. (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2013)

Nesta direção, o SGI se constitui na implantação de um modelo de gestão, através de um trabalho “sistêmico”, entre todas as partes integrantes do sistema municipal de educação, na qual todos deveriam “falar a mesma língua”. De acordo com a orientação do programa, “é preciso implementar um modelo de gestão que integre as visões, missões, valores, finalidade, metas, medidas, estratégias, práticas e procedimentos dos 4 sistemas” (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2013). Todo este esforço, segundo preconizado pelo SGI, tinha como objetivo final, o alto desempenho de todos os alunos, medidos através dos testes internos e externos de avaliação.

Buscando articulação com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)³² indicador externo do governo federal que vem induzindo a organização das ações pedagógicas no interior das escolas públicas brasileiras, a Ficha de Avaliação de Desempenho do Aluno (FADA) – instrumento elaborado pelo próprio SGI – se apresentou como instrumento privado

³² Este índice foi criado pelo Inep, em 2007, e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. [...] O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. <http://portalideb.inep.gov.br>.

de avaliação das instituições públicas, com foco no ordenamento do currículo. O FADA deveria ser adotado pela Rede Municipal de Educação, através de uma ficha de avaliação que mensurava desde a leitura, escrita e capacidade dos estudantes em realizar cálculos, até o entendimento que os estudantes teriam para realizar a crítica – neste caso, legitimada através do critério da criatividade - como validação do grau de desempenho da aprendizagem dos alunos, como se pode notar no trecho da matéria a seguir:

O IDEB é uma das ferramentas externas de avaliação utilizadas pela Secretaria Municipal de Educação. As escolas também trabalham com instrumentos internos, sendo que o principal deles é estabelecidos pelas metas de aprendizagem e operacionais, acompanhadas e medidas a cada unidade através da Ficha de Avaliação de Desempenho do Aluno (FADA), um mecanismo comum para todas as escolas integrantes do SGI.

[Na FADA][...] a aprendizagem dos estudantes é medida e acompanhadas através de sete metas que são: leitura, escrita, comunicação, cálculo, capacidade de resolução de situações-problemas e críticas com criatividade, convivência, respeitando o próximo e também o uso de tecnologias como fonte de informações. (Sistema de Gestão melhora índices de aprendizagem em escolas municipais, 2008)

Outra questão que norteou a lógica dos trabalhos do SGI no município, balizou-se na formação dos professores gestores, enquanto lideranças competentes. Percebe-se no plano da gestão escolar o papel central do gestor para o SGI como aquele que será o principal responsável pela implementação de um padrão de gerenciamento para toda a rede municipal de Educação. Daí a necessidade da formação de professores tomando como fundamental a incorporação da sua tarefa de liderança, assim como ocorre nos modelos empresariais de gerenciamento.

Essas lideranças geralmente eram escolhidas entre diretores, vice-diretores ou coordenadores pedagógicos e deveriam garantir a integração dos sistemas. Os professores e alunos estavam descartados desta função. A estes, cabiam a tarefa de fazer o sistema funcionar, cumprindo as determinações que lhes eram atribuídas, garantindo a plena organização do mesmo. Tarefas como o preenchimento de tabela e gráficos, bem como, a construção da visão, missão e metas pessoais dos alunos e das classes (professores) eram apresentadas como importantes metas a serem cumpridas. Sobre as lideranças, o Programa reforça que

O papel da Equipe de Liderança da escola é fazer da integração desses quatro sistemas seu plano pessoal. Essa é outra tarefa indelegável — os professores, individualmente, e muito menos os alunos, não têm a prerrogativa de comandar essa integração.

O resultado da integração dos quatro sistemas é o desdobramento (1) pelas escolas, das metas & medidas da SME; (2) pelas classes, das metas & medidas da escola; e

(3) pelo aluno, individualmente, das metas & medidas de sua classe. (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2013)

Como metodologia desse processo, a Fundação Pitágoras lançou mão do sistema Soluções Integradas de Gestão Avançada (SIGA) como forma de iniciar a implantação e operacionalização do programa SGI. O SIGA funcionou como uma espécie de sistema de implantação e transferência da tecnologia do SGI para as redes municipais de educação. Conforme a Fundação Pitágoras, o SIGA “é um conjunto de dinâmicas, do tipo “mão na massa”, para formar facilitadores locais do SGI. Dura dois anos, deixando o SGI implantado na SME/escolas, e transferido ao município participante”. (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2013).

Vale ressaltar que antes mesmo de iniciar a implantação do programa eram definidos, previamente, a contrapartida dos sujeitos implicados nesta parceria, ou seja, cada parceiro tinham seus “papéis estratégicos” definido, isso se constituiu no que a Fundação chamava de “tríplice aliança” entre os parceiros: No caso do SGI em Feira de Santana os papéis das três partes envolvidas – Secretaria Municipal de Educação, empresa Belgo Bekaert Nordeste e Fundação Pitágoras – neste modelo de gestão eram:

Lideranças Municipais: Comprometer-se com o SGI como uma política pública do município – um “programa do Prefeito/Secretário”; Conduzir a implantação do SGI de forma vigorosa e consistente.

Patrocinador(es): Financiar o projeto; Influir na manutenção da prática do SGI, ao longo do tempo e das administrações municipais sucessivas, pela projeção da empresa no município.

Fundação Pitágoras: Garantir a implantação do SGI na Rede Municipal, ou num conjunto de escolas participantes (conforme contrato); Transferir a tecnologia do SGI a uma massa crítica de lideranças educacionais locais. (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2013)

Nota-se que a proposta do SGI perpassou pela intenção em se transformar em uma política pública, ou uma política educacional do município, atribuindo às lideranças municipais a responsabilidade por sua implantação. Esse aspecto é reforçado pelo papel do patrocinador que, buscou influir, junto às administrações municipais, na manutenção do programa na rede municipal. Quanto à Fundação Pitágoras, dispôs de um importante papel, pois teve a responsabilidade de estabelecer a proposta pedagógica através da capacitação dos gestores e professores, além de acompanhar a sua aplicação no município.

Estratégias de ação do SGI

A partir deste panorama a respeito do SGI, o SIGA iniciou suas ações de implantação do programa no município de Feira de Santana, em 2005. Neste período, o SIGA realizou a capacitação para um grupo formado por 05 representantes da Secretaria Municipal de Educação e 14 representantes (lideranças) das escolas, totalizando 19 integrantes, incluindo a Secretária de Educação à época, professora Ana Rita de Almeida Neves. Esta equipe atuou por dois anos e, em 2007, um novo grupo, com a mesma configuração foi formado. Sobre o funcionamento do SGI nesta etapa inicial identificou-se, que os professores envolvidos criaram um blog³³ para divulgar as ações e produções do referido programa. Na condição de “facilitadores” do programa no município, estes professores tinham como tarefa a implantação dos princípios do SGI em suas escolas, além de replicar a implantação do programa em outras escolas da rede municipal, portanto, estes facilitadores atuariam como multiplicadores dos princípios do SGI em toda rede municipal³⁴.

As estratégias de ação e recursos para a implantação do SGI no município, perseguidos pelo SIGA, ocorreram a partir de 4 (quatro) estratégias que se complementaram: a Jornada de Campo para a realização da formação de facilitadores pelos consultores da Fundação Pitágoras; Agenda de Campo com visitas de acompanhamento dos consultores nas escolas e SME; Suporte remoto através de contatos à distância via telefone ou e-mail; Aplicação de Materiais Manualizados.

Em Feira de Santana, nesta etapa inicial, foram realizadas 20 jornadas de campo durante os dois anos de implementação do SGI. No ano de 2005 foram 10 encontros (SGI-FEIRA, 2013). Estas jornadas foram avaliadas como a principal estratégia de formação dos facilitadores do programa. Durante as jornadas ocorreram as visitas dos consultores da Fundação Pitágoras e de representantes da empresa Belgo não só para garantir a formação dos facilitadores, mas também para avaliar o andamento da implantação do SGI em todos os “sistemas de ensino” envolvidos no programa da rede municipal de educação de Feira de Santana.

Dessa forma, caracterizado como um programa que apresenta “tecnologia” para transformar a gestão dos sistemas de ensino, - e não necessariamente, como uma proposta

³³ O blog surgiu como uma forma de publicar as produções do grupo de facilitadores do SGI Feira de Santana. O endereço do blog é <http://sgifeira.blogspot.com.br/>, e estava acessível até a elaboração desta pesquisa.

³⁴ Dada a importância dos depoimentos dos professores no referido blog sobre o desdobramento do programa em Feira de Santana, serão resgatadas algumas postagens publicadas pelos professores integrantes desta primeira turma do SGI. Acesso: 10 de mai. 2013.

pedagógica -, as ações do SIGA para a implantação do SGI inicialmente começaram a ser realizadas na própria Secretaria de Educação, desenvolvendo habilidades na equipe técnica para que pudesse incorporar os princípios do SGI, criando um plano de melhoramento da educação. Uma destas ações foi a construção, em todos os Departamentos da SEDUC, da sua *missão, visão e finalidade*. Para o Departamento de Ensino da Secretaria de Educação de Feira de Santana, sua missão era “fortalecer as instituições educacionais, estabelecendo diretrizes pedagógicas, acompanhando o trabalho desenvolvido, de forma ética, participativa, respeitando as especificidades” (SGI-FEIRA, 2013). As escolas, professores e alunos, seguindo o princípio do “sistema integrado” também eram orientados a construir sua missão e visão. Mas isso, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação.

No final do ano de 2005, alguns meses após o início da implantação do SGI na rede municipal de Feira de Santana, durante a visita de consultoras da Fundação Pitágoras e da empresa Belgo, uma matéria do jornal, postada pelo blog do SGI-Feira, apontava a suposta aprovação da “etapa do novo sistema de gestão da Secretaria de Educação”:

A implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) na Secretaria Municipal da Educação já começa a apresentar resultados positivos. A observação partiu de consultoras das fundações Belgo e Pitágoras que na última sexta-feira (18) fizeram a primeira visita de inspeção à Seduc. Segundo as consultoras, a equipe está empenhada na reorganização interna do órgão. O SGI começou a ser implantado há seis meses e no futuro deverá ser estendido a todas as escolas municipais. A cada mês a equipe de liderança da Secretaria Municipal da Educação – responsável pela instalação desse sistema na instituição – reúne-se com a consultora Norma Fonseca, da Fundação Pitágoras que se encarrega de trazer os conhecimentos da nova forma de gestão a Feira de Santana. A secretária Ana Rita de Almeida Neves esclarece que já ocorreram seis jornadas de trabalho, cada uma com duração de dois dias de intensa produção.

Além de técnicos, uma diretora de departamento da Secretaria e a própria secretária Ana Rita, as jornadas reúnem ainda diretores e vice-diretores de sete escolas da Rede Municipal de Ensino que também estão implantando o SGI em suas unidades. “É parte de uma experiência piloto. Depois da implantação nestas escolas, o sistema será levado às outras unidades. Nosso objetivo é envolver todas as escolas da Rede” observa. (SGI-FEIRA, 2013).

Durante esta visita também foram apresentadas as principais metas da SEDUC com a implantação do SGI: “Dentre as principais metas estabelecidas pela SEDUC a serem alcançadas com o Sistema de Gestão Integrado estão a aprendizagem de 100% dos alunos, a diminuição das taxas de evasão escolar e a reorganização de todos os setores da Secretaria” (SGI-FEIRA, 2013).

No início do ano de 2006, em mais uma visita da consultora da Fundação Pitágoras, foi constatado que os instrumentos de avaliação utilizados pelo programa já se encontravam expostos nas unidades escolares, assim como, o envolvimento dos integrantes da comunidade

escolar em levar adiante o modelo de gestão em processo de implantação, conforme apontado no trecho abaixo:

Na avaliação da consultora, muitas ferramentas utilizadas pelo Sistema de Gestão Integrado já podem ser reconhecidas nas unidades. “Verificamos o plano de ação que expõe as metas, estratégias e finalidade das escolas e também a exposição de resultados de pesquisas que mostram a carência e os avanços nos mais diversos setores da unidade. Desta forma, podemos verificar onde a direção precisa aplicar mais energia para promover a aprendizagem dos alunos”, atesta Norma. A equipe também verificou expostos, como recomenda o SGI, a missão, visão e as diretrizes estratégicas das escolas em cada um dos setores. “Outro fator, também importantíssimo, é o envolvimento de toda a equipe da unidade – merendeiras, pessoal de secretaria, professores, coordenadores, até chegar à direção da escola. Nas duas visitas, percebemos as mudanças; é visível como as escolas estão bem cuidadas e organizadas. A Rede Municipal começa a dar passos significativos na implantação do Sistema, pois estas escolas são pioneiras nas modificações. Além do mais, o trabalho de liderança das diretoras tem sido promissor”, avalia a consultora. (SGI-FEIRA, 2013).

Destaca-se que, o fato de expor em mural as diretrizes adotadas pela escola através da definição de sua missão, visão e finalidades foi avaliado pela consultora do programa como uma ação que demonstrou o grau de comprometimento da unidade escolar com o programa. Também era incentivada a exposição em mural das melhores práticas dos professores, alunos e funcionários, assim como as produções realizadas pelos estudantes que se destacavam nas turmas, alguns deles, inclusive, recebendo uma menção de estudante do mês ou algum tipo de premiação pelo bom desempenho, assim como aparece em algumas empresas. Dessa forma, estavam lançadas as condições propícias para a implantação da gestão eficiente, embasada na gestão empresarial, nas escolas que participavam do programa.

Em escolas como a Comendador Jonathas Telles e Ana Maria Santos, segundo matéria publicada no blog SGI-Feira (2013), foram constatados, pela equipe de facilitadores, os “sinais vitais” do SGI como mudanças significativas na organização, otimização dos recursos e espaços. Destaca-se principalmente as transformações alcançadas na prática e vivência de processos administrativos e operacionais das escolas. Dessa forma, a ênfase na organização era um apelo para que as metas fossem cumpridas.

As visitas de acompanhamentos se constituíram em um importante momento para analisar e avaliar os resultados das ações executadas nas escolas. Para isso, o programa utilizava-se de instrumentos com base no Positivo (pontos positivos) e Delta (o que precisa melhorar).

A visita às escolas municipais é uma espécie de “auditoria” nas mesmas, quando 18 facilitadores fazem um percurso nas dependências da escola, onde podem verificar

os sinais vitais do SGI. Ao final, o grupo deixa uma avaliação através do positivo/delta, apontando oportunidades de melhorias para a escola, em retribuição à visita.

Nesta Jornada, pudemos verificar a forte presença da liderança, a participação e envolvimento dos funcionários e em algumas turmas, o aluno já apresentando a sua missão, metas e instrumentos de monitoramento da sua aprendizagem. (SGI-FEIRA, 2013).

Como momento complementar às visitas e auditorias da equipe técnica da Fundação Pitágoras, identificou-se a formação dos facilitadores locais durante as jornadas de campo. Em depoimento feito pela consultora Norma Soares Fonseca, em abril de 2006 à Secretaria Municipal de Educação, publicado no blog dos professores facilitadores, a mesma destacou o grau de desenvolvimento do programa, o tema e autores que foram apresentados como imprescindíveis para o sucesso da implantação do programa.

Tivemos, nos dias 27 e 28 de abril a 10ª Jornada, numa série de 20, para a implantação do Sistema de Gestão Integrado, em FS [Feira de Santana]. Nesta Jornada, os facilitadores tiveram atividades de avanços (Educação & Treinamento): Estudo com aprofundamento no Valor organizacional– Educação Centrada na Aprendizagem, devendo a escola, para isto, promover um ambiente de aprendizagem ativa, isto é, onde os alunos tenham oportunidades de interagir, pensar, criar e resolver desafios que envolvam os alunos, coletiva e cooperativamente, em altos níveis de habilidades cognitivas (análise, síntese e julgamento) .

Estudo e discussão do texto: Vencendo com Equipes- do Livro: Gerenciando o Lado Humano da Empresa, de HEIL, Gary, BENNIS Warren e STEPHENS, Deborah-Douglas MacGregor em Foco. (SGI-FEIRA, 2013).

Percebe-se o controle exercido pelos consultores da Fundação Pitágoras responsáveis pela implantação do SGI no município, quando sua função seria de acompanhar, “inspecionar” e intervir no andamento do Programa. Este último está sempre relacionado à “organização” e o cumprimento das “metas” pelos envolvidos. Outro aspecto a ser analisado, diz respeito à hierarquização presente na forma de funcionamento do sistema. Ficava sempre a cargo da Secretaria de Educação a definição das finalidades, cabendo aos outros “sistemas” os seus desdobramentos, ou seja, a construção e execução das metas aconteceram de acordo ao que foi estabelecido pelo sistema maior, a Secretaria de Educação.

Dessa forma, o funcionamento do sistema de gestão integrado atuou a partir de uma relação verticalizada. Aos sistemas menores, caberia executar, as determinações da Secretaria de Educação, apresentadas como metas. Além disso, para o SGI, a liderança deve ser exercida, exclusivamente, pelas pessoas escolhidas para esta função, justificando que “a liderança é indelegável”. (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2013).

Outra estratégia recorrente no funcionamento do SGI era o apelo à “recompensa” para as melhores práticas e desempenhos. Buscava-se sempre premiar aqueles (escola, professor e

aluno) que, segundo o programa, tiveram melhor desempenho na realização de atividades como: organização da escola, preenchimento de manuais, gráficos e tabelas de forma competente e dentro de prazos determinados. Na maioria das vezes os resultados eram expostos nos murais da escola. Sendo assim, verifica-se este exemplo de um modelo de racionalização com base na gestão empresarial, na medida em que as metas precisavam ser alcançadas a todo custo.

No que se refere à segunda etapa do SGI em Feira de Santana, em 2007, a proposta de ampliação do SGI no município foi anunciada pela Secretária de Educação, Ana Rita de Almeida Neves. Nesta nova etapa, mais sete escolas aderiram ao programa, com o acréscimo na participação do Programa de mais 18 facilitadores. Também tinha como projeção de alcançar mais 42 escolas. Após obter esta meta, já estariam incluídos no programa, aproximadamente 1/3 (um terço) dos estudantes que integram a Rede Municipal de Educação. Com isso, evidencia-se a intencionalidade em manter o programa como uma expressão do modelo de gestão empresarial na educação municipal enquanto direção das políticas educacionais em Feira de Santana, tendo por meio do SGI como um das ações do PEQ. Sendo assim,

O Programa Ensino de Qualidade (PEQ) está ampliando suas atividades em Feira de Santana, na Bahia, onde opera a fábrica da Belgo Bekaert Nordeste (BBN). Lá o projeto-piloto do PEQ, que já alcança sete escolas, chegará a outras 49 a partir do segundo semestre deste ano. Nas 56 escolas estão matriculados cerca de 16 mil alunos. “Com isso, atingiremos 33% do universo de escolas que pretendemos alcançar no município”, afirma a secretária municipal de Educação, Ana Rita de Almeida. Ela acrescenta que as 67% restantes serão alinhadas às principais diretrizes da gestão, por meio do Programa de Treinamento e Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Educação (SME).

E para que isso seja possível, os 18 educadores das sete escolas municipais capacitados nos dois últimos anos e os 18 que começarão a ser preparados no segundo semestre de 2007 exercerão papel fundamental, pois “funcionarão como agentes facilitadores do programa”, conta a técnica administrativa da BBN, Lícia Karla de Sena Marques.

A adoção do PEQ no município baiano baseia-se na implantação de metodologia de gestão da aprendizagem que pretende estimular todos os alunos a alcançarem um alto desempenho. “A organização escolar garante condições para a aprendizagem dos alunos”, afirma Ana Rita de Almeida. (Revista Nota 10, PEQ à Baiana, 2007, p. 4).

Também em 2007, foi realizado um seminário com o tema “*Gestão em foco*”, o qual buscou reaplicar o SGI para outras 42 escolas que ainda não tinham aderido ao programa, mas que tiveram suas lideranças convidadas a participar do evento. Este abordou as principais diretrizes do programa e estimulou a elaboração da missão, visão e metas operacionais de cada escola.

Em 2009, ocorreu mais uma ação do SGI na rede municipal de educação. Desta vez, a Fundação Pitágoras certificou 19 professores facilitadores com o diploma de Pós-Graduação em Gestão Escolar. O momento torna-se o fechamento de um ciclo do Programa SGI, iniciado em 2005.

A Fundação Pitágoras, em parceria com a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, Belgo Bekaert Nordeste e Fundação ArcelorMittal Brasil certificou 19 lideranças da Rede Municipal de Ensino, conferindo-lhes o título de Pós-Graduadas em Gestão Escolar.

O evento foi realizado no dia 26 de Outubro [2009], às 20 horas, no Teatro da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) em Feira de Santana/BA e contou com a presença do presidente da Fundação Pitágoras, professor Evando Neiva; o prefeito da cidade, Tarcízio Pimenta; o secretário de educação do município, José Raimundo de Azevêdo; o gerente da Belgo Bekaert Nordeste, Roberto Tavares e o gerente da Fundação ArcelorMittal Brasil, Leonardo Gloor.

Na oportunidade, as autoridades presentes ressaltaram a importância do trabalho realizado pela Fundação Pitágoras com a implantação do Sistema de Gestão Integrado - (SGI). Um modelo de gestão desenvolvido pelo Pitágoras que alinha o trabalho das lideranças e promove o alto desempenho dos alunos. A culminância desse processo é a formação de profissionais altamente qualificados em Gestão Escolar. (FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2013).

Na verdade, esta Pós-graduação, não se configurou em um curso regular de Especialização, mas foi uma certificação pelo empenho na participação dos professores como facilitadores no programa. O então diretor-superintendente da Fundação Pitágoras, o professor Hélio Gomes, destacou que Feira de Santana teria como diferencial o fato de que, “Todos eles receberão um certificado de especialista em gestão escolar, devidamente reconhecido pelo MEC” (PEQ À BAIANA, 2007, p. 04). Contudo, segundo informações de um dos facilitadores que integraram o SGI, a titulação em Especialista em Gestão Escolar se constituiu em uma estratégia encontrada para assegurar que os professores pudessem continuar no curso³⁵. Ainda segundo este professor, o recebimento deste certificado também estava condicionado à entrega de um relatório no final do programa que funcionaria como uma espécie de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A natureza do referido trabalho deveria balizar-se na apresentação do desdobramento do programa nas respectivas unidades escolares.

Nesse sentido, ao firmar a parceria com a prefeitura Municipal de Feira de Santana, a empresa Belgo Bekaert Nordeste, através do SGI e a Fundação Pitágoras, consolidou a parceria entre empresa e o Sistema Municipal de Educação. Com a parceria, verificou-se que

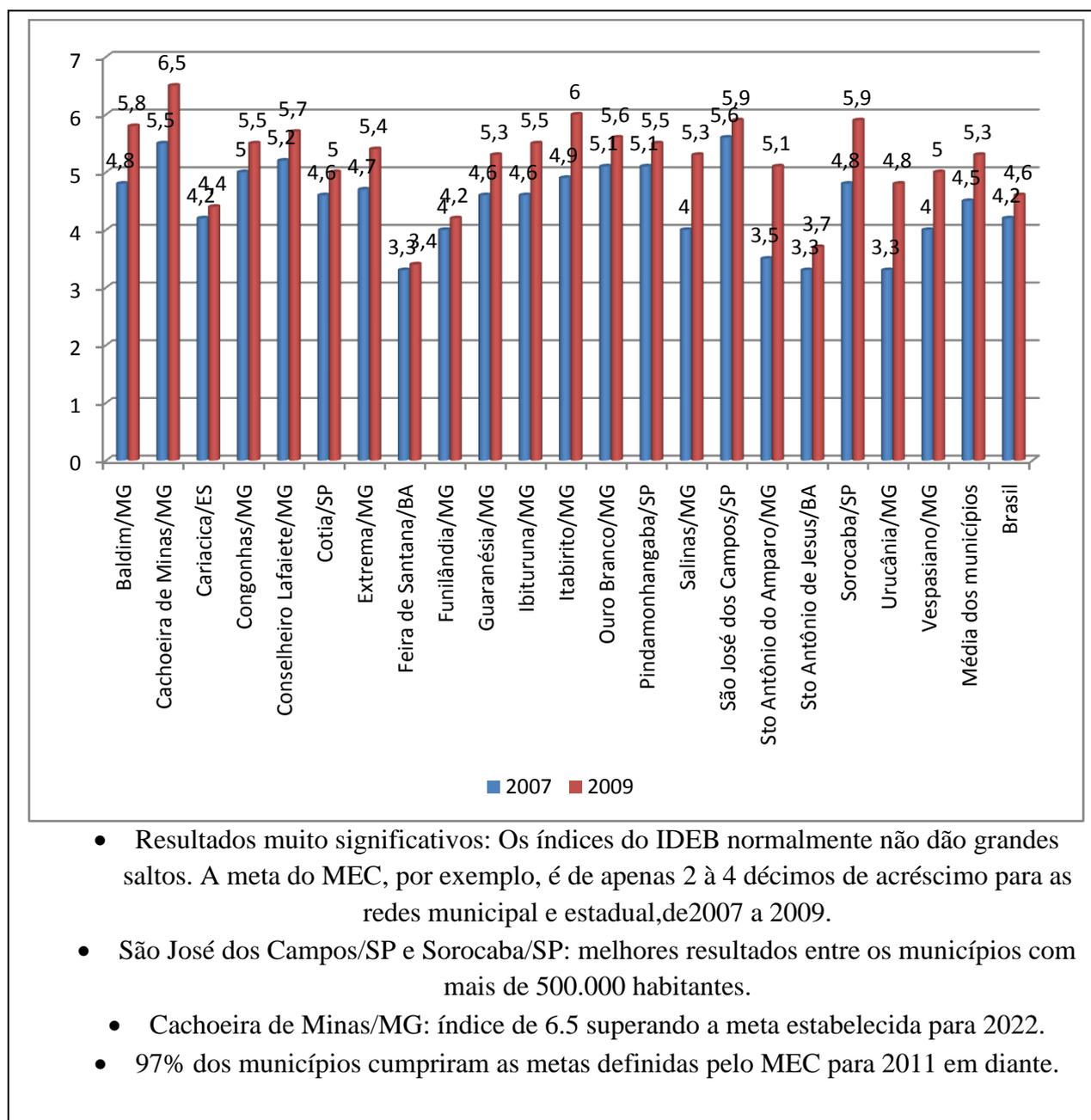
³⁵ Estas informações foram coletadas durante a apresentação de um artigo sobre o Programa SGI em Feira de Santana, em 2011, em um evento realizado pela UEFS, que contou com a presença de alguns professores da rede municipal de Educação de Feira de Santana.

a empresa e Fundação, passaram a intervir diretamente na organização da escola, através do SGI, inclusive, exercendo o papel de fiscalizadora da organização do trabalho pedagógico, dando a direção quanto ao formato da gestão pedagógica das escolas envolvidas, bem como, da própria Secretaria de Educação.

No entanto, nenhum instrumento de avaliação da eficácia do programa era mais cotejado do que a elevação dos índices do IDEB. Foi com base nos resultados do IDEB que, professores e alunos, eram avaliados quanto ao aumento da qualidade do ensino e o funcionamento eficiente do programa. Quando os resultados eram positivos significava que os alunos alcançaram, o tão esperado, “alto desempenho”. Quando remetido à realidade na qual se deu a implantação em Feira de Santana, dois aspectos chamam atenção: a) a exarcebação do desenvolvimento buscando o treinamento de habilidades e competências entre professores e estudantes para alcançarem uma elevação do índice; b) quando comparado os resultados do IDEB obtidos em Feira de Santana entre os anos de 2007 a 2009 – período em que o programa já estava implantado no município – identificou-se um índice muito abaixo da média nacional.

Os baixos resultados em Feira de Santana foram constatados em um levantamento estatísticos realizados pela própria Fundação Pitágoras entre os municípios que implantaram o SGI, nos períodos de 2007 e 2009. No caso de Feira de Santana, a suposta promessa de elevação do IDEB acima da média nacional, tão anunciada pelo programa, não obteve o êxito esperado. Com isso, o município alcançou a pior colocação na média do IDEB entre as pesquisas, após implantação do SGI no país. A média alcançada por Feira de Santana foi de 3,3 e 3,4 nos anos de 2007 e 2009, respectivamente, enquanto isso, a média do Brasil, era de 4,2 e 4,6 para o mesmo período. Ou seja, o propalado aumento da qualidade que, supostamente, seria alcançado com a implantação do Programa, argumento tão difundido, tanto pela Fundação Pitágoras, quanto pela Secretaria de Educação do Município, através da elevação das notas do IDEB no município, não teve o êxito esperado, conforme foi destacado na figura 1, da Fundação Pitágoras.

Figura 1
Resultados do IDEB: Municípios com SGI implantado



Fonte: FUNDAÇÃO PITÁGORAS, 2013.

Portanto, o município apresentava índices bem abaixo da média dos municípios e nacional. Diante do exposto, identificamos que o SGI-PITÁGORAS apresenta indícios de um modelo de gerenciamento empresarial com base nos princípios de um tecnicismo gerencialista, que valoriza, especificamente, a racionalidade técnica dos processos de ensino.

Em sua nova vertente, o (neo)tecnicismo, buscou a implementação de um novo padrão de sociabilidade para formação da classe trabalhadora.

3.2.2 Programas com ênfase na Educação Ambiental

Entendido como uma das temáticas de maior relevância na agenda da Responsabilidade Social Empresarial, a questão ambiental torna-se recorrente no processo de educação para a cidadania no século XXI. Tomada como resultado das discussões ocorridas nos fóruns mundiais – dentre elas, a Eco 92 – esta temática tornou-se imprescindível para a justificativa da sustentabilidade. Sendo assim, a questão ambiental vem sendo discutida por setores empresariais, principalmente, pela argumentação de que é possível ampliar a produção das empresas tendo responsabilidade com a utilização dos recursos naturais.

Essa discussão, por sua vez, foi recorrente na aplicação dos programas de parceria com o empresariado no Município de Feira de Santana, através de projetos interdisciplinares, cursos de formação de professores, oferta de cartilhas educativas sobre o meio ambiente, concursos de redação sobre a temática. Destaca-se enquanto programas do empresariado no município o Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente e o Programa Rigesa de Educação Ambiental.

Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente

Ao analisar os projetos voltados para a educação Ambiental, o que se percebe é a forma de inserção nas escolas condicionadas ao formato de concurso com premiação das melhores práticas/projetos e redações, tendo como mote uma temática previamente estabelecida. Uma vez definida a temática as escolas deveriam organizar o desenvolvimento do ano letivo. Ainda que apontando o planejamento coletivo, as temáticas, materiais de apoio e fases de aplicação do projeto eram determinadas pela equipe pedagógica integrante das referidas fundações e institutos ligados a estes programas.

O Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente (PAMMA), respaldou-se em uma intervenção que se balizou numa suposta ausência do poder público, pela inconsistência em cumprir com o dispositivo da Lei 9795/99 de promover a educação ambiental aos estudantes nas escolas formais (FUNDAÇÃO ARCELORMITTAL, 2013). Neste sentido, teve como

finalidade inserir o programa nas diretrizes curriculares das escolas públicas que firmaram parceria com a empresa, visando o atendimento dos alunos do 1º ao 9º do ensino fundamental, e em especial, aos filhos de trabalhadores que frequentavam estas instituições. Para isso, o prêmio era organizado através de um concurso para eleger os melhores desenhos (1º ao 5º anos) e redações (6º ao 9º anos), além do “Projeto Escola”. A ArcelorMittal na realização do projeto, definia previamente os temas através de distribuição de material aplicados nas escolas. Sobre o cronograma de realização do concurso, era sempre definido pela Fundação e a empresa responsável pelo programa. Ao final, realizava-se um concurso de desenho, redação e projeto da escola, com os diversos níveis de ensino e seus respectivos professores, tendo em vista a premiação dos “melhores alunos e professores da rede municipal”. A partir de 2001, o programa Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente passou a ser desenvolvido no município de Feira de Santana a partir do tema: “Todos os seres vivos são importantes”. (FUNDAÇÃO ARCELORMITTAL, 2013).

As escolas do município foram convocadas a enviar um coordenador pedagógico ou professor para participar dos encontros de orientações técnicas a respeito do regulamento e de como deveria ser aplicado na escola, evidenciando as etapas de produção do concurso. Sobre os materiais, eram em formatos de cartilhas diferenciando-se a natureza do material distribuído para o estudante e o do professor. Temáticas como a sustentabilidade ambiental, preservação do meio ambiente e a sua relação com o desenvolvimento da cidadania, ancorados nas Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs) apontados pela ONU eram recorrentes. (FUNDAÇÃO ARCELORMITTAL, 2013).

Sobre os temas eleitos pelo Prêmio ArcelorMittal desde 2001, identificou-se as seguintes:

Fundação	Programa	Ano	Temas do Programa
ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	2001	Todos os seres vivos são importantes
		2002	Quais são os principais ecossistemas da sua comunidade?
		2003	O melhor de mim para o melhor dos mundos
		2004	O melhor de mim para o melhor dos mundos. O que fiz até agora e como posso continuar.
		2005	Consumo consciente para um mundo melhor
		2006	Ética e meio ambiente
		2007	De olho na cidade
		2008	Entre no clima! Uma reflexão sobre o aquecimento da

			Terra
--	--	--	-------

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados extraídos do site da Fundação ArcelorMittal Brasil.

Como se pode notar a temática ambiental esteve presente nas propostas do Programa, no entanto, há que se considerar que questões como cidadania e ética também permearam, mesmo que implicitamente, a proposta do Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente. Vale ressaltar que a questão da cidadania, relacionada à educação ambiental, na maioria das vezes, estava condicionada a uma lógica que implica na responsabilidade individual, ou seja, o problema da degradação e preservação ambiental poderiam ser resolvidas mediante atitudes individuais de preservação do meio ambiente, sem ser submetido a questões mais amplas.

Nota-se ainda, a ausência da participação das escolas tanto na escolha dos temas, como na definição do cronograma (período) a ser aplicado o programa, caracterizando-se assim, como imposição ao funcionamento da própria instituição escolar, desconsiderando a dinâmica curricular e o tempo pedagogicamente necessário para a aprendizagem das temáticas, muitas vezes desenvolvidas nos intervalos dos conteúdos programados pelos professores ao longo do ano letivo. Outra consideração a ser feita diz respeito ao incentivo, por parte do programa, à seletividade e competição entre os estudantes, no sentido de valorizar os mais “aptos” a produzir desenhos e redações sobre o tema, em detrimento de uma aprendizagem necessária para elevar o pensamento dos estudantes acerca dos principais elementos constitutivos da questão ambiental, muitas vezes, retirando a raiz da problemática voltada à degradação e preservação ambiental, provocadas em grande medida, pelas mesmas empresas que se arrogam das condições de instituições preocupadas com a responsabilidade sócio-ambiental.

Programa Rigesa de Educação Ambiental

No caso do Prêmio Rigesa de Educação Ambiental, a recomendação era que o ponto de partida fosse a participação dos multiplicadores (professores da rede municipal de educação que trabalham em turmas de 5^o e 6^o anos, com prioridades às escolas localizadas nos Distritos do município de Feira de Santana) no Seminário Rigesa de Educação Ambiental, momento no qual era realizada a exposição do tema anual e as atividades a serem disseminadas na escola. A partir daí, os professores multiplicadores se comprometiam em organizar os passos do programa junto aos demais integrantes do corpo docente da escola. Para a viabilidade do projeto, o Instituto Supereco fazia a distribuição de materiais (livros e

jogos) e cartilhas denominadas de “Jornal Rigevida”, que se transformavam em um material “paradidático” de acesso aos estudantes participantes do programa. Também o Instituto se encarrega, em suas publicações, de divulgar as experiências “exitosas” de professores e alunos das escolas que adotaram o programa e que desenvolveram ações com impacto na organização da escolar e na comunidade do seu entorno. (INSTITUTO SUPERECO, 2013).

Interessante apontar que a empresa destacava o programa como uma forma de apoiar as escolas, assim como reconhecer os esforços e iniciativas realizados nas unidades escolares como um passo importante para estabelecer estratégias de intervenção de parceria.. No entanto, além de introduzir o seu material nas escolas, a empresa, com este programa, pretendia ir mais além, ao apontar a necessidade de inserir a proposta do programa, como atividade regular integrante do currículo escolar, assim como vem ocorrendo com as Olimpíadas de Língua Portuguesa e Matemática, desenvolvido pelo MEC a cada ano.

Os participantes têm o desafio e a missão especial de retornar à escola para compartilhar o que aprenderam com os alunos, socializar os conhecimentos com outros educadores, disponibilizar o material recebido e integrar a proposta no currículo escolar do ano letivo. Um estímulo ao trabalho e planejamento coletivo e solidário, beneficiando aqueles que não puderam participar da formação. (INSTITUTO SUPERECO, 2013)

Diferente do SGI, destaca-se que o monitoramento do programa não se dava de forma regular, uma vez que a avaliação do sucesso do projeto era a submissão de um projeto da escola à equipe pedagógica do Instituto Supereco, quando esta deveria verificar a sua viabilidade. Outra forma que era considerada para fins de avaliação e estabelecimento de parcerias com as escolas se pautava na possibilidade do professor encaminhar relatos de trabalhos realizados em sala de aula, quer seja do desenvolvimento de projetos pela escola, como também cartas produzidas pelos alunos que se pautavam em dar respostas às problemáticas levantadas pelo Jornal Rigevida (INSTITUTO SUPERECO, 2013). Isso demonstra uma adesão do professor aos valores apontados pela empresa, assim como da utilização do seu respectivo material. Nota-se que ocorreu nas escolas uma apropriação, consentida, por parte do Instituto, do esforço deliberado dos professores em elaborar projetos e produções textuais com os estudantes, utilizando-se destas como forma de divulgação e de marketing da Rigesa enquanto promotora de uma consciência crítica sobre o papel do cidadão e das empresas na responsabilidade sócio-ambiental.

Destaca-se o papel do Instituto Supereco que, ao estabelecer a parceria com a Empresa Riges, procurou legitimar-se como uma empresa preocupada com a responsabilidade

ambiental e seu princípio de sustentabilidade, sem levar em consideração, o próprio impacto da produção de *pinus* e eucalipto, bem como do modelo de reflorestamento das áreas desmatadas para a produção de celulose nas referidas regiões em que estão instaladas as suas fábricas.

Durante os Seminários Rigesa de Educação Ambiental³⁶, momento em que ocorria os cursos de formação dos professores, a Rigesa, através dos formadores do Instituto Supereco, buscava construir uma imagem de empresa compromissada com a sustentabilidade ambiental, quando o que se percebia era a disseminação de uma compreensão deturpada do modelo de preservação ambiental. Isso porque, a própria empresa não apresentava, por exemplo, uma discussão a respeito dos impactos do *pinus* para o solo e o desenvolvimento de outras espécies, limitando a competição a por água e luz solar.

3.2.3 Programas com ênfase na Inclusão Social

A inclusão social se apresenta tal qual a questão ambiental, como outro eixo estratégico e de grande relevância para a atuação do empresariado na propagação dos princípios da Responsabilidade Social Empresarial. Em geral as empresas signatárias da RSE apresentam, inseridos no seu leque de ações, iniciativas que visam o atendimento à comunidade onde tem instalações de fábricas e indústrias, através da oferta de programas sociais. Este aspecto foi apontado pelo Instituto Ethos, que apresenta um relatório das principais práticas empresariais de responsabilidade social. Neste a organização sistematizou sete tópicos que se caracterizariam enquanto temáticas generalizadas sobre o conceito de RSE, sendo eles: valores e transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, comunidade, consumidores/clientes e governo e sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2003).

Sobre o papel das empresas e institutos com os respectivos públicos, o referido documento aponta que,

A Responsabilidade Social Empresarial está além do que a empresa deve fazer por obrigação legal. A relação e os projetos com a comunidade ou as benfeitorias para o público interno são elementos fundamentais e estratégicos para a prática da RSE. Mas não é só. Incorporar critérios de responsabilidade social na gestão estratégica do

³⁶ Na qualidade de professora da rede municipal de Feira de Santana, participei de 03 Seminários da Rigesa e nessas oportunidades pude me aproximar da proposta programa. Neste período, mais especificamente, no ano de 2009, quando trabalhava na Escola Núcleo Municipal Cândido Vitoriano de Cerqueira, desenvolvemos o Projeto Mãos à Horta, e chegamos a ganhar alcançar o primeiro lugar com o projeto de meio ambiente, fazendo com que a unidade escolar ganhasse um computador para a escola.

negócio e traduzir as políticas de inclusão social e de promoção da qualidade ambiental, entre outras, em metas que possam ser computadas na sua avaliação de desempenho é o grande desafio. [...]

Enfim: a Responsabilidade Social Empresarial é definida pela relação que a empresa estabelece com todos os seus públicos (stakeholders) no curto e no longo prazo. (INSTITUTO ETHOS, 2003, p. 13)

Conforme se pode notar, o receituário da RSE, de acordo com o Ethos, instruiu as empresas a considerarem além de uma relação de compromisso com a comunidade e o público interno, as estratégias e ações de responsabilidade social incorporadas como políticas de inclusão social e promoção da qualidade ambiental, como possibilidade de se constituir-se enquanto políticas públicas.

Nessa direção, identificou-se que os programas de parcerias do empresariado com o governo municipal de Feira de Santana estavam alinhados a esta orientação das temáticas, pois, além de apresentar uma proposta de sistema de gestão para o sistema educacional e a questão ambiental, identificou-se ainda, uma preocupação com temáticas ligadas à inclusão social. Neste marco, identificou-se o apelo à participação dos jovens no desenvolvimento de atividades sociais, principalmente, as voltadas para ações do voluntariado, cidadania e inserção no mundo do trabalho. Destaca-se como programas que desenvolveram ações desta natureza o Programa Ver é Viver, Programa Largada 2000, e Programa Educação Afetivo-Sexual (PEAS).

Programa Ver é Viver

O programa “Ver é Viver” se constitui na realização de procedimento do teste de acuidade visual em alunos de escolas públicas do ensino fundamental. No primeiro momento o programa se efetivou através de ações de voluntários, sendo eles, educadores das escolas parceiras e funcionários das empresas, que atuaram nas escolas selecionadas aplicando testes no sentido de detectar problemas de visão dos alunos que, supostamente podem interferir na sua aprendizagem. Quando detectado a dificuldade, o aluno era encaminhado para fazer exames com um especialista e, por fim, detectado a necessidade de uso de óculos, a empresa, em parcerias com óticas da cidade, realizava a aquisição dos óculos para os alunos.

No caso de Feira de Santana embora o programa esteja em funcionamento desde 2001, poucos registros foram encontrados sobre o desdobramento do mesmo no município, durante

o período pesquisado³⁷. Contudo o funcionamento do programa ocorreu anualmente, onde são distribuídos para as escolas os materiais, encartes típicos para a identificação possíveis problemas de visão para que os professores pudessem aplicar nas turmas de alunos. Após os testes de acuidade visual, aplicados pelos educadores e/ou profissionais de saúde capacitados, a empresa, através de uma avaliação do caso, verificava a viabilidade de encaminhamento dos estudantes para a realização de consultas médicas. (FUNDAÇÃO ARCELORMITTAL, 2013)

O programa, que inclui a doação de óculos, foi apontado pela Fundação como ação imprescindível para melhorar diretamente o rendimento escolar de crianças e adolescentes que poderiam ter a aprendizagem prejudicada por algum problema visual. Vale ressaltar, que a Fundação valorizava esta intervenção que, do ponto de vista imediato se confunde com o princípio da filantropia empresarial³⁸ através da doação de óculos. No entanto, dois elementos caracterizam esta ação como respaldada no marco da RSE: a) a aquisição de óculos ocorre mediante uma parceria com empresas do ramo que tem seus negócios na cidades; b) para a identificação dos problemas visuais, são utilizadas a força de trabalho oriunda do voluntariado (professores, funcionários e oftalmologistas colaboradores), reduzindo os custos do programa. Destaca-se que, mesmo a intervenção sendo realizada praticamente por terceiros, a empresa e Fundação AcelorMittal recebem o reconhecimento pela sua suposta preocupação em “investimento no social”.

Programa Largada 2000

O programa buscava atender o público jovem e apresentava um ambicioso objetivo de constituir-se, assim como outros programas desta natureza, como uma política pública de juventude no Brasil. A relação entre juventude e voluntariado parece ser a grande tônica do programa. Para isso, o desenvolvimento das potencialidades desta faixa etária deve se ancorar em uma nova forma de inserção no ser e estar no mundo a partir de uma suposta “pedagogia social”. Dessa forma,

³⁷ Uma reportagem do ano de 2011, publicada em um blog da cidade, apresenta o desdobramento desta ação em duas escolas municipais: “Este ano foram beneficiadas a Escola Municipal José Raimundo P. de Azevedo, no Feira VII, e Escola Municipal Profª Maria do Carmo Góes, em Humildes”. Disponível em: <http://oliveiradimas.blogspot.com.br/2011/08/acao-social-da-belgo-bekaert-nordeste.html>. Acesso: 10 de mai. 2013.

³⁸ Para outras informações sobre a diferença entre filantropia empresarial e responsabilidade social empresarial, verificar nos estudos de Martins (2005; 2007).

O programa tem como objetivo contribuir para a implantação de políticas públicas no Brasil, exercendo pressão para a inclusão do jovem na agenda nacional. Implementa dois projetos convergentes, complementares e interdependentes. O primeiro, voltado para a produção e disseminação da pedagogia social relativa ao desenvolvimento do adolescente, e o segundo, ao redimensionamento das atividades de atenção direta a esse público. Uma das grandes novidades do “Largada” é a visão da juventude como um segmento que possui uma potencialidade presente, principalmente para o voluntariado (INSTITUTO ETHOS, 2003, p. 115).

Com isso, era previsto aos alunos o desenvolvimento na elaboração de diversos projetos, sendo que estes eram a própria materialização do programa no espaço escolar. Sendo assim, além de sua interferência nas atividades curriculares, também estavam planejados a realização de atividades externas, como visitas a órgãos públicos, empresas, outras entidades e comunidades, vivenciando, assim, muito mais do que teriam oportunidade de conhecer na sala de aula. O Programa também destaca a busca pela promoção da descoberta de talentos através da realização de oficinas de teatro, danças, poesias e gincanas culturais. Sobre as metodologias do Programa Largada 2000, a sua realização em escolas e nas unidades do Sesi possuíam especificidades, conforme apontado no trecho abaixo:

A proposta metodológica desenvolve-se apoiada em três eixos: educação para valores, protagonismo juvenil e cultura da “trabalhabilidade”. Na escola, o programa acontece transversalmente aos conteúdos, fluindo por temas que dão sustentação à proposta de formação dos jovens, através das diversas áreas curriculares. Nas unidades de lazer do Sesi, os eixos são fortalecidos em atividades sócio-educativas, oficinas, cursos de caratê, dança, natação, balé e em discussões diárias sobre temáticas diversas. (INSTITUTO ETHOS, 2003, p. 115)

Na escola o programa se apresentava na perspectiva de formação da juventude para a “trabalhabilidade”³⁹ e para o desenvolvimento do voluntariado como valor imprescindível para uma educação voltada para a cidadania tendo como o enfoque o princípio da solidariedade e participação social como pilares de uma ética humanitária neste século XXI.

Em Feira de Santana, a implantação do programa seguiu o mesmo percurso preconizado pelo instituto. Inicialmente foi realizado um curso de treinamento dos professores e jovens alunos das escolas parceiras, a partir dos seguintes eixos: educação para valores, protagonismo juvenil e cultura da trabalhabilidade. A partir de então, os educadores trabalharam os temas transversais com os jovens em sala de aula, motivando-os a participarem dentro de sua área de atuação. O Programa Largada 2000 funcionou em apenas quatro escolas de rede municipal de educação de Feira de Santana. Dentre estas, foram

³⁹ Trabalhabilidade é uma expressão usada pelo Programa Largada 2000. Seu significado está relacionado com “a competência no mundo do trabalho: auxilia o jovem a compreender o novo mundo do trabalho e as habilidades que precisa dominar para ingressar e permanecer nele”. (SESI, 2004).

identificadas as Escolas João Marinho Falcão e José Tavares Carneiro, no período de 2001 a 2003 (SESI, 2004)⁴⁰.

Os depoimentos de alguns professores envolvidos no programa revelam uma avaliação positiva destes sujeitos, principalmente por influenciar no comportamento dos alunos, bem como do desenvolvimento de uma solidariedade destes com a comunidade do entorno. Segundo depoimento de uma professora de uma escola participante localizada na zona urbana do Município destaca-se que “Expectativas são muitas, inclusive no que diz respeito ao envolvimento dos alunos com os seus colegas e com a comunidade. O Projeto visa a integração e o espírito de confiança e solidariedade do grupo’ [...] Escola Municipal João Marinho Falcão – Unidade de Feira de Santana)” (SESI, 2004).

Em outro relato, é possível reconhecer que, frente aos problemas de desigualdades sociais, principalmente os ligados à fome na zona rural de Feira de Santana, a escola teria o papel de estimular os seus estudantes a encontrar saídas através de campanhas e arrecadação de alimentos, incentivando a participação sócio-política via voluntariado:

A comunidade de São José é muito pobre. As campanhas de arrecadação de alimentos dos jovens do Largada estão ajudando a muitas famílias que passam fome. O caminho é este: colaborar, ser solidário. Os jovens dos projetos estão fazendo a diferença. Acredito que outros também farão o mesmo. (D. Maristela – Funcionária da Escola José Tavares Carneiro – Unidade de Feira de Santana) (SESI, 2004).

Vale ressaltar que, o referido programa ao remeter a questão das desigualdades sociais como um problema a ser resolvido pela participação da juventude, desloca a responsabilidade do poder público para o plano individual. Sobre a questão da trabalhabilidade – um dos eixos apontados pelo Programa – este se caracteriza como uma antecipação da inserção da juventude na dimensão do mundo do trabalho. No entanto, a sua justificativa como uma necessidade de assegurar aos jovens as ferramentas necessárias para o acesso ao emprego como uma prerrogativa da inclusão social, esbarra na própria lógica excludente da sociedade, pois, o cenário econômico do século XXI apontou para uma intensificação do trabalho desregulamentado e do desemprego estrutural.

Sendo assim, a cultura do voluntariado disseminada pelo programa como uma condição para o desenvolvimento do protagonismo juvenil buscou uma conformação social destes em aceitarem a sua futura condição de possíveis excluídos do mundo do trabalho. Além disso, a amplitude de temas e atividades propostas pelo programa acaba interferindo na organização do currículo, ocasionando a secundarização dos conteúdos. Esse aspecto, se

⁴⁰ Fonte: http://www.advb-ba.com.br/hotsites/top_social/cases2004/c_sesi.htm.

constitui na própria exclusão dos estudantes do acesso aos conhecimentos clássicos que permitam uma ampliação das possibilidades de sua inserção enquanto partícipe da humanidade, configurando-se assim como um processo de inclusão/excludente (KUENZER, 2005).

Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS)

Desenvolvido pela Fundação AcelorMittal, o Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS), no ano de 2007, de acordo com informações da Fundação, alcançou na sua fase de implantação dez Municípios, chegando a se transformar em políticas públicas em nove (Programa Ensino de Qualidade, [2008], p. 8). O programa aponta como principais objetivos: estimular que adolescentes discutam e reflitam sobre temas relacionados à sexualidade e à saúde reprodutiva; reduzir os casos de gravidez indesejada, e uma maior responsabilidade em relação à sexualidade, aumento da procura pelos serviços de saúde.

Estas metas estão balizadas no princípio de dar empoderamento aos jovens, tendo em vista sua autoafirmação e a conquista de sua autonomia na sociedade, caracterizado pelo programa como protagonismo juvenil. O PEAS, assim como SGI, integra o PEQ, e se constitui como mais uma modalidade de intervenção nas escolas da Rede Municipal de Educação com a projeção de alterar a sua organização curricular, através do desenvolvimento temas transversais Cidadania, Diversidade e Educação Sexual. Para além da instituição escolar, a ação do PEAS deveria se constituir tomando como referência interdisciplinar, estabelecendo parcerias com as Secretarias de Saúde, Desenvolvimento Social e Justiça, principalmente para medidas de preservação do desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes, e em questões ligadas à sexualidade e saúde reprodutiva. (Programa Ensino de Qualidade, [2008], p. 8).

Em Feira de Santana, o Programa teve a sua aplicação em sua primeira etapa no ano de 2007, em quatro escolas: Escola Municipal Comendador Jonathas Telles de Carvalho, Escola Municipal Maria Antonia da Costa, Escola Municipal Ana Maria Alves, Escola José Tavares Carneiro. A sua implantação se deu através de realização de curso de formação para os professores facilitadores das escolas selecionadas. Nesta etapa, a Fundação AcelorMittal entregou kits com material de educação afetivo-sexual, cartilhas e textos sobre o tema para serem trabalhados em sala de aula. Existia um acompanhamento técnico da equipe da Fundação e o monitoramento da sua implantação no município.

No desenvolvimento do programa no município, dois aspectos chamam atenção: O primeiro foi de que, ainda que o programa se apresentasse com uma diversidade de temas a serem trabalhados relacionados à cidadania e educação sexual, a sua efetivação nessas instituições, cujos estudantes são identificados como filhos de trabalhadores, teve um forte apelo para ações voltadas, principalmente, ao controle da natalidade dessas populações. Sendo assim, a própria dimensão da autonomia e empoderamento acabaram se restringindo à questão da gravidez na adolescência, drogas e a violência como um problema do indivíduo, não remetendo essa problemática à dimensão política, econômica, social, cultural.

O outro aspecto a ser considerado está no plano de sua operacionalização. O fato da Fundação disponibilizar apenas kits de material afetivo sexual e material paradidático apenas no momento inicial de implantação, sinalizando a sua ação como “transferência de tecnologia” para a rede municipal de educação, colocou as escolas – principalmente, os professores facilitadores -, na condição de arcar com os custos necessários para dar continuidade ao Programa. Com isso, mais uma vez o ideário da Responsabilidade Social Empresarial destoa do papel do professor na escola, seja colocando-o na condição de facilitador/voluntário, seja transferindo o ônus da responsabilidade de continuidade dos programas para a escola, ainda que a empresa se beneficie do marketing empresarial. Além disso, o referido programa também interfere no currículo das escolas e na sua organização, buscando a consolidação destes programas ao patamar de uma política pública, ao preterir ser disseminado para todas as escolas da rede municipal de educação.

Conforme se pode notar, as estratégias de intervenção empreendida pelo empresariado na educação escolar, se consolidou a partir da oferta de programas educacionais de parceria com a rede municipal de educação de Feira de Santana, tendo como mote os princípios da RSE. Estes programas educacionais seguiu um curso que perpassou pelo desenvolvimento de temáticas com ênfase gestão educacional, questões ambientais e inclusão social. Todas estas temáticas, apontadas como problemáticas em nosso tempo, foi o caminho perseguido pelo empresariado para garantir a adesão dos professores ao seu projeto mais amplo de sociedade, afinado com a recomposição do capitalismo e a ampliação, sem precedentes, da sua acumulação de riquezas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação procurou-se compreender as diretrizes do empresariado para a educação e sua materialização em políticas educacionais no sistema municipal de educação de Feira de Santana. Nessa direção, analisou-se as concepções e ações da agenda do empresariado, através dos programas de parcerias implementados, no período de 2001 a 2008, por empresas do setor industrial e acolhidos pelo governo municipal, a partir do conceito de Estado ampliado (GRAMSCI, 2007) e de Responsabilidade Social Empresarial (MARTINS, 2005).

Constatou-se que a inserção do empresariado se afirmando enquanto formuladores de políticas educacionais - através de suas organizações (Fundações, Institutos e ONGs)-, constituiu-se em um movimento mais amplo, que remonta aos processos de reforma administrativa da década de 1990. Como característica deste movimento, preconizou-se a necessidade de delimitação do papel do Estado com a oferta de serviços a ser realizados pelas organizações públicas não-estatais, contudo, apoiando-se no financiamento promovido pelo poder público estatal. Estas organizações vem ganhando notoriedade na oferta de educação pública, saúde e cultura, dentre outros serviços sociais, tendo como mote um modelo eficiente e um padrão de produtividade, encontrado na gestão empresarial, e ressignificados como princípios da gestão educacional, conforme o balanço da produção acadêmica nesta primeira década de 2000.

Quando essa realidade foi remetida ao município de Feira de Santana, a pesquisa apontou que este movimento da constituição de uma agenda empresarial para a educação, teve início nos primeiros anos da primeira década do século XXI. Sua constituição foi acompanhado pela chegada ao poder, do prefeito José Ronaldo de Carvalho (DEM), ligado a um partido que era, – e ainda é - o porta voz desta reforma administrativa. Neste sentido, a partir de 2001, o governo eleito passou a ancorar-se em três linhas de ações, pautadas, principalmente, na redução dos gastos públicos: enxugamento da folha de pagamento do pessoal mediante demissão, exoneração e redução de salário; redução dos gastos com serviços; melhorar a gestão – gestão, supostamente, mais eficiente.

No outro polo de ações, identificou-se o estreito alinhamento com o setor empresarial, principalmente, do ramo industrial. Esse atrelamento foi reconhecido nas primeiras ações educacionais implementadas pelo prefeito José Ronaldo de Carvalho que, inicialmente, se

constituiu na repetição de políticas educacionais implantadas pela esfera do governo estadual, mas, posteriormente, acolheu os programas de parcerias com o empresariado, demonstrando a aproximação deste governo com os interesses da ação empresarial, enquanto um momento novo na política municipal de educação. Neste sentido, o marco das parcerias para a educação entre empresariado feirense e governo municipal foi o ano de 2001, quando foram identificados a implantação dos primeiros programas de parcerias, levando Feira de Santana a integrar uma rede política que defende e implementa os princípios da RSE.

A partir de 2005 as parcerias com empresas privadas e os programas ofertados na área educacional ganharam novos contornos e maior visibilidade. Neste contexto, três aspectos merecem destaque: a) a defesa explícita do prefeito José Ronaldo de Carvalho à participação do empresariado, afirmando como sendo de grande relevância a parceria público-privada, para o desenvolvimento de projetos nas áreas sociais; b) a implantação do Programa Sistema de gestão Integrado (SGI), como uma expressão de intervenção mais articulada em todo o sistema municipal de educação; c) a aprovação da Lei Nº 2725/2006, a qual criou o Programa Parceiro da Escola, regulamentando as parcerias empresas na educação básica. Quanto a esta última, destaca-se seu atrelamento com a proposta da Responsabilidade Social Empresarial. Ou seja, a identificação do fracasso da escola pública a um problema na qualidade da gestão, remetendo sua solução à incorporação da administração escolar nos moldes da gestão empresarial.

Entre os anos de 2001 a 2008, identificou-se seis (06) programas educacionais de parcerias entre o empresariado industrial e a Secretaria Municipal de Educação. Constatou-se que a natureza dos programas tiveram como predominância a intervenção na organização da gestão do Sistema Municipal de Educação, assim como desenvolvimento de temas transversais a ser implementado como parte integrante do currículo destas escolas. Os referidos programas foram classificados a partir de três eixos temáticos: Programa com ênfase no Sistema de Gestão Educacional; Programas com ênfase na Educação Ambiental; Programas com ênfase na inclusão social.

Dos programas analisados, destacou-se o SGI pelo fato do mesmo se constituir em uma forma mais elaborada de intervenção, perpassando desde a intervenção na organização da Secretaria de Educação à sala de aula. A principal finalidade do programa foi implantar um “sistema” de gestão que garantisse a integração entre os “sistemas” (SEDUC, escola, classe e aluno) que compõe a rede municipal de educação de Feira de Santana. O SGI se constituiu em um modelo de gerenciamento empresarial, com base nos princípios do tecnicismo de racionalidade, eficiência e produtividade. Além disso, a sua ênfase no “alto desempenho”

remete a duas questões: a) a exacerbação do desenvolvimento buscando o treinamento de habilidades e competências entre professores e estudantes para alcançarem uma elevação do indicadores de avaliação educacional; b) quando comparado os resultados do IDEB obtidos em Feira de Santana com outros municípios do país que adotaram o programa, identificou-se um índice muito abaixo da média nacional.

Como parte integrante desta agenda, outros programas apresentaram-se como porta vozes da Responsabilidade Social Empresarial, através do desenvolvimento de temas transversais que integram os principais problemas da sociedade atual, tais como meio ambiente, gravidez na adolescência, violência, drogas, questões reacionados a gênero e raça, voluntariado, protagonismo juvenil, cidadania e inclusão social. Estes programas são justificados sob o argumento da melhoria da qualidade do ensino, ganhando uma forte adesão e consentimento dos docentes destas escolas, tanto na incorporação dos seus princípios, como na forma de sua implementação no currículo escolar, disseminando o ideário de que estas empresas estão preocupadas com as demandas sociais e na promoção de serviços sociais.

Assim, constatou-se que no município de Feira de Santana, o governo ao alegar a necessidade de melhoria da gestão educacional e oferta de uma educação de qualidade, encontrou no empresariado a consolidação de uma parceria no qual este último se constituiu como protagonista de serviços educacionais por meios de programas. A intencionalidade desta agenda foi de consolidar-se enquanto políticas educacionais, cujos princípios estão integrados a um padrão de gerenciamento com base na ética empresarial, substituindo as propostas pedagógicas das escolas e suprimindo o debate travado pelos movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores da educação acerca da melhoria da qualidade do ensino que atenda as necessidades da classe trabalhadora.

Neste cenário, observa-se que os Programas, apesar de se apresentar como princípios democráticos de participação da sociedade civil, suas propostas pedagógicas escondem os seus reais interesses de transferência para as empresas a organização da escola, dos currículos, da formação dos professores e a autonomia dos professores na sala de aula.

Ao longo desta investigação outras problemáticas foram identificados, suscitando a necessidade de novos estudos a serem desenvolvidas sobre as políticas educacionais de Feira de Santana, tais como: a relação dos programas ligados ao empresariado com a formação de professores; análise de programas implementados entre 2009 a 2012, cuja natureza se deu na aquisição de materiais didáticos para as escolas, principalmente nas escolas de Educação Infantil; os impactos dos programas na alteração dos currículos e da organização do trabalho pedagógico da escola; a relação entre o financiamento da educação, as parcerias e os

incentivos fiscais a empresas promotoras de serviços educacionais no município; a relação entre a gestão eficiente de enfoque empresarial adotados nestes programas com os indicadores nacionais de avaliação, principalmente do IDEB.

Por fim, cabe alertar aos professores da rede municipal de educação de Feira de Santana que os empresários vêm intensificando as estratégias de intervenção nas propostas pedagógicas das escolas municipais, escamoteando a privatização vigente sob o marco da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), por meio da desresponsabilização do governo em assegurar o financiamento da educação transferindo sua obrigação para as parcerias; outra estratégia utilizada está respaldada na interferência do empresariado na autonomia das escolas e do professor, quando seus programas vêm substituindo parte significativa do projeto político pedagógico das escolas; além disso, estes programas vêm cumprindo o papel de disseminar uma educação do consenso que coloca o professor como colaborador para sucesso deste programa, inclusive mantendo os seus custos.

Sendo assim, cabe reconhecer na realidade dialética e contraditória, o referencial da luta permanente dos trabalhadores de uma educação pública e que esteja articulada aos interesses históricos de emancipação da classe trabalhadora e de outro projeto de sociedade. Diante disso, reafirma-se a necessidade da construção da luta pela direção contra-hegemônica, tendo na educação escolar uma importante contribuição na formação da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?. **Educação & Sociedade**, n. 119, p. 533-549, 2012.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P; SADER, E (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ARAPIRACA, J.O. **A UDAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

AZEVEDO, F. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores - 1959**. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2011.

BAHIA, J.P.D. **Jornal na Escola: estratégias de uso para a construção de cidadania**. 2005. 193p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

BARDIN, L **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANCO, M.G.F. **Parceria empresa/escola: alternativa para a melhoria da qualidade de ensino?** 2001. 110p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L.C.. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1).

_____. Ente o mercado e o estado: o público não-estatal na reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L.C.; GRAU, N.C. (Orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BRITO, C.M.M. **ONGs e educação: ações, parcerias e possibilidades de contribuição para melhoria da escola e do ensino público**. 2006. 169p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

BOMENY, H.M.B. **“Raízes e asas” do investimento empresarial em educação**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/770.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2012.

BOMENY, H.M.B.; PRONKO, M. **Empresários e educação no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1091.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2012.

CASTRO, C.M. Cidadão do ano 2000: robô ou filósofo? **Dois Pontos**. p. 19-23, outono, inverno, 1994.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 04 de jan. 2012.

COUTINHO, C.N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L.M.W (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

CUNHA, M.V. **Jonh Dewey: democracia e educação: capítulos essenciais**. Tradução Roberto Cavallari Filho. São Paulo: Editora Ática, 2007.

DORNELLAS, L.C.G. **O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o Programa Escola Que Vale**. 2011. 99p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2011.

EVANGELISTA, O.; LEHER, R. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a Pedagogia do capital em ação na política Educacional brasileira. **Trabalho Necessário** – Ano 10, Nº 15, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf>>. Acesso em 28 fev. 2013.

FIGUEIREDO, M.F.; FIGUEIREDO, A.M.C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte. 1(3): p.107-127, set./dez, 1986.

FREITAS, L.C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 9ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. Os reformadores empresariais da educação: a consolidação do neotecnicismo no Brasil. In: **Políticas públicas, movimentos sociais: desafios à pós-graduação em educação em suas múltiplas dimensões**. Rio de Janeiro: ANPEd Nacional, 2011.

_____. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, n. 119, p. 379-404, 2012.

FREITAS, N.B. Modernização industrial em Feira de Santana: uma análise a da implantação do centro industrial do Subaé-CIS. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 41, p.139-160, jul./dez. 2009.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. (Org.) **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (org.) **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

GONÇALVES JÚNIOR, O. **Iniciativa privada na educação pública**: a FIAT e o programa Moto Perpétuo. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 3**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 14ed. Porto Alegre: L&PM, 2000.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Disponível em: <<http://portalideb.inep.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

KUENZER, A.Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005, p. 77 – 95.

LIMA, K.R.S; MARTINS, A.S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L.M.W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

LUZ, L.X. **Participação do empresariado na educação no Brasil e na Argentina**. 2009. 256p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2009.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, A.S. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de Neoliberalismo de Terceira Via. In: NEVES, L.M.W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **Burguesia e a nova sociabilidade**: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. 2007. 284p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2007.

MARTINS, A. S. **“Todos pela educação”**: o projeto educacional de empresários Para o Brasil século XXI. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4799--Int.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, jan-jun. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.uepg.br>. Acesso em: 20 de jan. 2013.

MELLO, G. N.. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais do terceiro milênio: Colaboração Mazda Julita Noguera. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MÉSZÁROS, I. Crise estrutural necessita de mudança estrutural. **Conferência de abertura do II encontro de São Lázaro**, Salvador, Ba, Universidade Federal da Bahia, 13 de jun. de 2011. p. 1-12. Disponível em: http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Meszaros.pdf. Acesso em 03 ago. 2012.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

NEVES, L.M.W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

_____. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt05/t0510.pdf>. Acesso em 14 de mar. de 2013.

PALUMBO, D.J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: SOUZA, E.C.B.M. (Org.). **A avaliação e a formulação de políticas públicas em educação**: leituras complementares. Brasília: MEC/UNB, 1998. p.35-62.

PARCEIROS DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.parceirosdaeducacao.org.br>>. Acesso em 28 fev. 2013.

PERONI, V.M.V. **Redefinição no papel do estado**: Parcerias público/privadas e a gestão da educação. 2010. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/123.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2013.

PORTO, M.I.A.G. **Instituto Ayrton Senna**: quebra de paradigma na gestão pública educacional de Caruaru. 2011. 134. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2011.

SAVIANI, D. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas, 2005. Disponível em: <[HTTP://www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br)>. Acesso em: 8 jun. 2012.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3.ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2010.

SHIROMA, EO.; GARCIA, R.M.C.; CAMPOS, R.F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: BALL, S.J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo, Cortez, 2011.

SILVA, A.A. **Estrutura e funcionamento do ensino: continuidades e rupturas no ensino fundamental em Feira de Santana (1985-1996)**. 1999. 152p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE, 1999.

_____. **As políticas públicas para a educação básica na Bahia nos anos 90: propostas e ações nas gestões de Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto**. 2007. 273p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SILVA, A.A.; PINA, M.C.D. “Educar para enriquecer”: o liberal desenvolvimentismo, o Projeto tecnocrático e a educação pública na Bahia (1940-1970). **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, SP. n.36, p. 57-69, dez. 2009. Acesso 15 set. 2011.

SILVA, M.R.L. **Trabalho docente em Feira de Santana-BA (2001-2004): profissionalização e precarização**. 2008. 130p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

SILVA, M. V. **Empresa e escola: do discurso da sedução a uma relação complexa**. 2001. p. 337. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2001.

SOUZA, S. A. **Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa: “Amigos da escola” e outras formas de participação**. 2007. 304p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SOUSA, S.M.Z.L. Escola e empresa: iniciativas de parcerias no Estado de São Paulo. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.Aa S. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001.

TOMAZ, A. S. **Projeto de parceria empresa-escola: a intervenção direta do empresariado na educação escolar das massas trabalhadoras: uma análise do programa ensino de qualidade da Fundação Belgo-Mineira**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2003.

_____. Fundação Belgo-Mineira: O empresariado em ação. In: NEVES, L.M.W. (Org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

VARGAS, L.J. **A autonomia e gestão escolar dentro do contexto de parcerias: a experiência de uma escola de ensino fundamental em Salvador**. 2007. 184p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2007.

REFERÊNCIAS DOS DOCUMENTOS E JORNAIS CONSULTADOS

A disparada industrial de Feira. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 16 de dez. 2000, p. 10.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Anuário Estatístico da Bahia 2000**. v. 15. Salvador: SEI, 2001.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA 2005. Disponível em:
<http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=110>. Acesso em 12 jan. 2013.

ARCELORMITTAL BRASIL. Disponível em: <http://www.arcelormittal.com/br/>. Acesso em: 28 jan. 2013.

BELGO BEKAERT ARAMES. Disponível em:
<http://www.belgobekaert.com.br/SitePages/Inicio.aspx>. Acesso em: 14 jan. 2013.

Candidatos a prefeito discutem propostas para a educação [em debate realizado pela APLB]. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 16 de set. 2000, p. 2.

Começa campanha eleitoral no rádio e na TV. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 16 de ago. 2000, p. 2.

Dentro de quatro anos Feira será outra cidade. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 02 de jan. 2001, p. 2.

Diretor de escola passa por seleção antes da eleição. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 12 de abr. 2001, p. 2.

Eleitos conhecem os rigores da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Folha do Estado**. Feira de Santana. 28 de nov. 2000, p. 2.

Equipe de José Ronaldo se prepara para assumir governo. **Folha do Estado**. Feira de Santana. 20 de dez. 2000, p. 2.

Escolas municipais ainda dispõem de milhares de vagas. **Bahia Hoje**. Feira de Santana, 2005. Disponível em:
<http://www.bahiahoje.com.br/turismo/feiradesantana/acidade/informativo2.htm>. Acesso 14 jan. 2013.

Escolas do Estado terão eleições para gestores. **A Tarde**. Salvador, 18 de set. 2008. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/noticias/963981>. Acesso em: 20 de mar. 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. **Programa estratégico de desenvolvimento industrial do Estado da Bahia**. Salvador: FIEB/SEI, 1998.

Feira agora é maior que 8 capitais. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 23 dez. 2000, p. 4.

Feira de Santana conclui o SGI em mais uma turma. **Fundação Pitágoras**. Feira de Santana, 14 de abr. 2009. Disponível em:
<http://www.fundacaopitagoras.com.br/Default.aspx?tabid=311&mid=904&newsType=Detail&Param=88>. Acesso em: 02 fev. 2013.

FEIRA DE SANTANA. Projeto de Lei nº 39, de 04 de abril de 2001. Altera o dispositivo da Lei Municipal nº 1778/94 e dá outras providências. Câmara Municipal Vereadores de Feira de Santana, 2012.

_____. Lei Nº 2.229, 11 de abril de 2001. Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1778/94, e dá outras providências. Câmara Municipal de Vereadores de Feira de Santana, 2012.

_____. Projeto de Lei nº72, de 12 de julho de 2001. Autoriza o Poder Executivo a realizar licitação à anexação de propagandas nos uniformes oficiais da rede pública de ensino e dá outras providências. Câmara Municipal de Vereadores de Feira de Feira de Santana, 2012.

_____. Discurso de posse do Exmo. Prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo de Carvalho, quando da instalação da 15ª Legislatura, 01 de janeiro de 2005. Câmara Municipal de Feira de Santana, 2012.

_____. Projeto de Lei nº 203, de 10 de outubro de 2005. Cria no âmbito do município de Feira de Santana, o Programa Parceiro da Escola. Câmara Municipal de Vereadores de Feira de Feira de Santana, 2012.

_____. Lei nº 2.725, de 18 de outubro de 2006. Cria no âmbito do município de Feira de Santana, o Programa Parceiro da Escola. Câmara Municipal de Vereadores de Feira de Feira de Santana, 2012.

FUNDAÇÃO ARCELORMITTAL BRASIL. Disponível em:
<http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br>. Acesso em: 28 jan. 2013.

_____. PEQ à Baiana: primeira turma de professores de Feira de Santana acaba de ser capacitada na metodologia do programa. **Revista Nota 10**. ano 7, n.29. p. 4, abr.mai.jun. 2007. Disponível em: <<http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

_____. **Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente**. Disponível em:
 <<http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/index.asp?Menu=3&Grupo=15&SubGrupo=82>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

_____. **Programa de Educação Afetivo-Sexual – PEAS**. Disponível em:
<http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/index.asp?Menu=3&Grupo=15&SubGrupo=69> . Acesso em: 14 jan. 2013.

_____. **Programa Ensino de Qualidade**: este é o nosso dever. Programa Afetivo e Sexual (PEAS). [2008], p.8. Disponível em:
 <<http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

_____. **Programa Ensino de Qualidade – PEQ.** Disponível em:
<http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/index.asp?Menu=3&Grupo=15&SubGrupo=68>.
 Acesso em: 14 jan. 2013.

_____. **Ver é Viver.** Disponível em:
<http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/index.asp?Menu=3&Grupo=15&SubGrupo=72>.
 Acesso em: 28 jan. 2013.

Fundação Belgo Mineira premia estudantes de Feira. **Folha do Estado.** Feira de Santana, 31 de ago. de 2001, p. 3.

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Uma Instituição a serviço da transformação do estado e da sociedade. Trajetória 1999/2006.** Salvador, 2007, p.14.

FUNDAÇÃO PITÁGORAS. Disponível em: <www.fundacaopitagoras.com.br>. Acesso em: 28 jan. 2013.

_____. **Programa Sistema de Gestão Integrado (SGI).** Disponível em: <
<http://www.fundacaopitagoras.com.br/Default.aspx?tabid=278> >. Acesso em: 28 jan. 2013.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). Disponível em:
<http://www.gife.org.br/>. Acesso em: 22 de jan. 2013.

Igreja divulga orientações sobre as eleições municipais. **Folha do Estado.** Feira de Santana, 15 de ago. 2000, p. 2;

Infra-estrutura do CIS permite que Feira seja uma alternativa para investimentos. **Folha do Estado.** Feira de Santana, 16 de dez. 2000, p. 2.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Disponível em:
<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/home/index.asp>. Acesso em: 12 fev. 2013.

_____. **Programa Largada 2000/Programa SuperAção Jovem.** Disponível em: http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/programas_superacao.asp. Acesso em: 14 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL (ETHOS). Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em 25 jan. 2013.

INSTITUTO ETHOS. **Práticas empresariais de responsabilidade social:** Relação entre os princípios do Global Compact e os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. São Paulo: Instituto Ethos, 2003. Disponível em:
http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/Praticas.pdf. Acesso em: 12 de jan. 2013.

INSTITUTO EUVALDO LODI. NÚCLEO REGIONAL DA BAHIA. **Política industrial da Bahia: estratégias e proposições.** Salvador: Sistema FIEB, 2011.

INSTITUTO SUPERECO. Disponível em: <http://www.supereco.org.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

_____. **Programa Rigesa de Educação Ambiental**. Disponível em: < <http://www.programarigesa.com.br/> >. Acesso em: 28 jan. 2013.

José Ronaldo anuncia integrantes da comissão de transição. Folha do Estado. **Feira de Santana**, 20 de out. 2000, p. 2.

José Ronaldo lidera pesquisa do Ibope com 67 por cento. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 24 de ago. 2000, p. 2.

José Ronaldo no Rotary. Folha do Estado. **Feira de Santana**, 15 de ago. 2000, p. 2.

José Ronaldo quer reverter os índices na educação municipal. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 28 de dez. 2000, p. 2.

Jossan é empresa destacada no parque industrial de Feira. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 16 de dez. 2000, p. 2.

Líderes carlistas reafirmam compromissos com Feira de Santana. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 29 de set. 2000, p. 2.

MWV RIGESA. Disponível em: <http://br.meadwestvaco.com/index.htm>. Acesso em: 28 de jan. 2013.

Orçamento Municipal terá quase R\$ 112 milhões. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 05 de dez. 2000, p. 2.

Palanque eletrônico dá novo impulso à campanha eleitoral. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 12 de ago. 2000. p. 2;

PFL encerra carreatas com ACM e César Borges. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 28 de set. 2000, p. 2.

Políticos têm aula sobre Lei de Responsabilidade Fiscal. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 25 de Nov. 2000, p. 2.

Prefeito inicia governo “apertando o cinto”. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 02 de jan. 2001, p. 1.

Prefeitura faz parceria com o Sesi e Instituto Ayrton Senna. Folha do Estado. Feira de Santana, 31 de ago. de 2001, p. 3.

Prefeitura resgata parceria com ArcelorMittal Brasil. Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Feira de Santana – **ASCOM**. Feira de Santana, 21 de mar. de 2013. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/website/noticias.asp?id=5096#noticias>. Acesso em: 23 mar. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003>. Acesso em: 12 jan. 2013.

Quatro candidatos disputam a prefeitura. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 30 de set. 2000, p. 2.

REDE PITÁGORAS. Disponível em: <http://www.redepitagoras.com.br/pagina/9/home.aspx>. Acesso em: 16 jan. 2013.

Rigesa promove o seu quinto Seminário. **Rigesa**. 05 de fev. de 2005. Disponível em: http://www.rigesa.com.br/empresa/noticias_01.jsp?newsId=124. Acesso em: 12 jan. 2013.

Secretaria de Educação inicia implantação do Programa Ensino de Qualidade. **Fsonline**. Feira de Santana, 20 de mai. 2005. Disponível em: <http://www.fsonline.com.br/lermateria.asp?id=733&autor=5>. Acesso em: 14 jan. 2013.

Secretário anuncia metas para a educação. **Folha do Estado**, Feira de Santana, 12 de jan. 2001, p. 3.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI). Disponível em: <http://www.fieb.org.br/sesi/Pagina/62/Servico-Social-da-Industria--SESI.aspx>. Acesso em: 28 de jan. 2013.

_____. **Prêmio TOP Social 2004-Programa Largada 2000**. Disponível em: http://www.advb-ba.com.br/hotsites/top_social/cases2004/c_sesi.htm. Acesso em: 12 fev. 2013.

SESI e Instituto Ayrton Senna lançam Programa Largada 2000. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 03 de ago. 2001, p. 8.

SGI-FEIRA. Disponível em: <<http://sgifeira.blogspot.com>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

Sistema de Gestão melhora índices de aprendizagem em escolas municipais. **Folha do Estado**. Feira de Santana, 17 de nov. de 2008. Disponível em: <http://folhadoestado1.tempsite.ws/blog.asp?ano=2011&his=4&secao=8&p=106>. Acesso em 02 jan. 2013.

APÊNDICE 01

QUADRO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PARCERIA EMPRESA-ESCOLA

Instituição	Ano	Autor/orientador	Título	Palavras-chave	Objetivo	Questão de estudo	Observações Org. Parceiras
Pesquisa – USP São Paulo/USP	2001	Autor: Dra. Sandra Maria Zákia Lian Sousa	ESCOLA E EMPRESA: INICIATIVAS DE PARCERIA NO ESTADO DE SÃO PAULO	Parceria escola- empresa; política educacional.	Mapear e caracterizar as experiências de parceiras no Estado de São Paulo, nos anos de 1996-1997, no contexto de mobilização da sociedade e, principalmente, de setor privado, para participar da melhoria do sistema público de ensino.	Como vem se concretizando a participação do empresariado na educação escolar no Estado de São Paulo, nos anos de 1996-1997?	Programas e Leis implementadas pelos governos paulista no sentido incentivar as parceiras entre empresários e a educação pública.
Tese – UNICAMP CAMPINAS/SP	2001	Autor: Maria Vieira Silva Orientador: Dra. Águeda Bernadete Uhle	EMPRESA E ESCOLA: DO DISCURSO DA SEDUÇÃO A UMA RELAÇÃO COMPLEXA	Empresários; Gestão de empresas; Escolas – organização e administração; Conselhos de educação; Educação para o trabalho.	Elucidar os mecanismos de produção da nova identidade do trabalhador, a partir da <i>Revolução Organizacional</i> implantada pela Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais nas escolas públicas adotadas por este grupo empresarial.	Que relações a dinâmica empresarial e a organização escolar guardariam com as atuais <i>Condições Gerais de Produção</i> e com a extorsão da identidade do trabalhador pela lógica do capital, neste novo ciclo da mais-valia relativa?	Federação das Indústrias Estaduais de Minas Gerais (FIEMG)
Dissertação – UNICAMP CAMPINAS/SP	2002	Autor: Maria da Graças Fernandes Branco Orientador: Dra. Eloisa de Matos Hofling	PARCERIA EMPRESA/ESCOLA: ALTERNATIVA PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO?	Escola; Empresa; parceria; Política e Educação; Cidadania.	Aprofundar o estudo das parcerias entre empresa e escola a partir das relações de cidadania empresarial da década de 90.	Quais os interesses têm movido as ações empresarial, identificadas como cidadania empresarial, na área da educação, a partir das parcerias entre empresa/escola?	Empresa Natura – Programa Natura Escola.

Dissertação – UFF Niterói/RJ	2003	Autor: Adriane Silva Tomaz Orientadora: Dr. José dos Santos Rodrigues	PROJETO DE PARCERIA EMPRESA-ESCOLA: A INTERVENÇÃO DIRETA DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DAS MASSAS TRABALHADORAS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ENSINO DE QUALIDADE DA FUNDAÇÃO BELGO-MINEIRA	Educação escolar; empresariado; Siderúrgica Belgo-Mineira.	Analisar as novas formas/mudanças introduzidas no projeto de formação humana dos trabalhadores no contexto da crise estrutural do capitalismo e das políticas de ajuste.	Como vem se constituindo a intervenção do empresariado na educação escolar, a partir do projeto de parceria empresa-escola da Siderúrgica Belgo-Mineira.	Empresa Siderúrgica Belgo-Mineira – Fundação Pitágoras.
Dissertação – UFF Niterói/RJ	2003	Autor: Andrea da Paixão Fernandes Orientadora: Dra. Sonia Maria Rummert	OS EMPRESÁRIOS COMO ATORES EDUCATIVOS: UMA APROXIMAÇÃO CRÍTICA À REDEFINIÇÃO DA RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS	Relação trabalho-educação; alfabetização de jovens e adultos.	Analisar a proposta de alfabetização em canteiros de obras, para tentar compreender como vem ocorrendo a transferência de responsabilidade do Estado para as empresas, associado ao caráter filantrópico existente no setor empresarial, que forma para a produtividade e para a competitividade de acordo com os padrões do sistema capitalista.	Como os empresários vêm se apresentando como atores educativos assumindo a responsabilidade com a alfabetização e a escolarização de seus trabalhadores? Qual é o reflexo dessa escolarização para os alunos-trabalhadores?	Projeto Alfabetizar é Construir – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro (SINDUSCON-RIO); Fundação Roberto Marinho; Serviço Nacional da Indústria (SESI) e Secretaria Nacional da Educação Básica (SENEC-MEC)
Dissertação – USP São Paulo	2004	Autor: Oswaldo Gonçalves Junior Orientador: Dra. Elie Ghanem	INICIATIVA PRIVADA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A FIAT E O PROGRAMA MOTO PERPÉTUO	Programa Moto Perpétuo; “Fiat para jovens”; “Responsabilidade social de empresas”; relações empresa- escola; público-privado; doação.	Confrontar estudos teóricos sobre a problemática das “ações sociais” de empresas com os resultados de um estudo de caso sobre o Programa Moto Perpétuo da Fiat Automóveis S.A., durante os anos de 1997-2001,	Quais os nexos entre os estudos teóricos sobre a problemática das “ações sociais” de empresas com os resultados do estudo de caso do Programa Moto Perpétuo da Fiat Automóveis S.A.?	Empresa Fiat Automóveis S.A. - Programa Moto Perpétuo Forma de intervenção: Doação de Kits de materiais paradidáticos para escolas de

					através da doação de kits de materiais paradidáticos para escolas de diferentes regiões do Brasil.		diferentes regiões do Brasil.
Tese – UFRN Natal/RN	2005	Autor: Adelaide Ferreira Coutinho Orientador: Dra. Maria Doninha de Almeida	AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A EDUCAÇÃO OFERECIDA AOS POBRES: DO CONSENSO DA OFERTA À AÇÕES PRIVATIZANTE	Estado; Educação; ONGs; Pobreza.	Desenvolve uma reflexão sobre a atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) no cenário das políticas do Estado do Maranhão, privilegiando a educação básica dirigida aos pobres no Brasil, no período de 1992 a 2002.	Quais os nexos entre as ONGs e o Estado na promoção da educação básica dirigida aos pobres? Qual a natureza do trabalho desenvolvido pelas ONGs, no Estado do Maranhão, na promoção do acesso da população pobre à educação?	Organizações não governamentais (ONGs) – origens diversas: Fundações (Vale do Rio Doce, BRADESCO, ABRINQ, KELLOG, ROBERTO MARINHO), ligadas ao empresariado, associações de moradores. Forma de intervenção: foram variadas.
Dissertação – USP São Paulo	2005	Autor: Marcos Evandro Galini Orientador: Dra. Sandra Maria Zákia Lian Sousa	PARCERIA NA EDUCAÇÃO: INICIATIVAS DOS GOVERNOS DO ESTADO DE SÃO PAULO DE INCENTIVO À PARCERIA COM ESCOLAS PÚBLICAS, A PARTIR DE 1987	Estado; Responsabilidade Social Empresarial; Organizações não-governamentais; Governo do Estado de São Paulo; Educação; Parceria.	Analisar as iniciativas do Governo do Estado de São Paulo, a partir de 1987, de incentivo a parcerias de escolas públicas da Rede Estadual de Ensino com empresas e Organizações da Sociedade Civil.	Qual/quais os sentidos que assumem as parcerias ente as escolas públicas da Rede Estadual de Ensino com empresas e Organizações da Sociedade Civil?	Programa Escola em Parceria; Programa Natura-Escola; Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos; Empresa Motorola e Compaq dentre outras.
Dissertação– UFBA Salvador/BA	2005	Autor: José Péricles Diniz Bahia Orientador: Edivaldo Machado Boaventura	JORNAL NA ESCOLA: ESTRATÉGIAS DE USO PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA	Letramento; Leitura; Jornal; Escola; Cidadania.	Avaliar se os alunos que participam do projeto <i>A Tarde na Escola</i> conseguiram desenvolver uma maior capacidade de leitura e compreensão dos textos, com a consequente interpretação crítica da realidade, abordando questões que envolvem	De que maneira experiências como o projeto <i>A Tarde na Escola</i> (que envolve crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio, com idade escolar entre 11 e 18 anos) têm contribuído para a formação de novos	Empresa Jornal A Tarde; Programa A Tarde na Escola; Secretaria Municipal de Educação de Salvador.

					desde frequência de leitura de periódicos até o uso de veículo impresso como material didático.	leitores e, mais ainda, para a prática de uma leitura crítica e criativa do contexto escolar?	
Dissertação – UFF Niterói/RJ	2006	Autor: Graziany Penna Dias Orientador: Dr. José dos Santos Rodrigues	EMPREENDEADORISMO E EDUCAÇÃO: O SEBRAE NA ESCOLA	Crise do capital; Competência; Empregabilidade; Empreendedorismo; SEBRAE.	Analisar o empreendedorismo no interior da escola via SEBRAE, através do seu curso de Formação de Jovens Empreendedores, destinado aos alunos do ensino médio.	Quais as implicações da noção de empreendedorismo disseminadas pelo SEBRAE para a formação humana?	Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Forma de intervenção: Cursos de formação em empreendedorismo para alunos do ensino médio.
Tese – UFC Fortaleza/CE	2006	Autor: Célia Maria Machado de Brito Orientador: Dr. Kelma Socorro Lopes de Matos	ONGS E EDUCAÇÃO: AÇÕES, PARCERIAS E POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO PARA MELHORIA DA ESCOLA E DO ENSINO PÚBLICO	ONGs, Sociedade Civil; Educação; Escola; Participação; Democratização do ensino.	Analisar práticas sócio-educativas de ONGs e sua interlocução com a escola pública, focalizando aspectos relativos ao crescimento da participação social.	Como as organizações não governamentais vêm respondendo as demandas da sociedade em relação a crianças e adolescentes em situação de risco, não só reivindicando e fazendo valer os direitos constitucionais, mas desenvolvendo ações educativas voltadas para a melhoria da educação e do ensino público?	Organizações não governamentais de Fortaleza comprometidas com a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e com atuação no campo da educação e da escola pública: CEDECA e Comunicação e Cultura. Forma de intervenção: Formação defesa dos direitos das crianças e adolescentes; Uso de Jornal a sala na escola;
Dissertação – UFU Uberlândia/MG	2006	Autor: Maria Helena Candelori Vidal Orientador: Dra. Mara Rubia Alves Marques	ATANDO NÓS QUE CONSTROEM REDES...: A EXPANSÃO DA REDE PITÁGORAS NO CONTEXTO DA TRANSNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	Globalização/transnacionalização; Reforma do Estado; Gestão educacional; Qualidade da educação.	Entender, por meio da análise da expansão da Rede Pitágoras no Brasil e no exterior, o contexto da globalização econômica e político-cultural, e as concepções neoliberais sobre a educação não mais	Como o fenômeno da transnacionalização/globalização tem se configurado através da expansão da oferta das escolas privadas?	Rede Pitágoras

					como direito social, mas como quase mercado, com destaque para a tendência a transnacionalização da educação advindas dos organismos internacionais.		
Tese – UFF Niterói/RJ	2007	Autor: André Silva Martins. Orientadora: Dra. Lúcia Maria Wanderley Neves.	BURGUESIA E A NOVA SOCIABILIDADE: ESTRATÉGIAS PARA EDUCAR O CONSENSO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	Hegemonia; Educação; sociabilidade.	Analisar as estratégias de educação política implementadas pela classe burguesa no Brasil contemporâneo para difundir parâmetros de uma nova sociabilidade.	A burguesia brasileira é de fato portadora de um novo projeto para educar o consenso?; Se existe um novo projeto, em que consiste o seu conteúdo e quais são as estratégias de implementação?	GIFE, INSTITUTO ETHOS; FUNDAÇÃO ABRINQ; Programa Comunidade Solidária.
Dissertação – UFBA Salvador/BA	2007	Autor: Lígia Jacob de Vargas Orientador: Dra. Celma Borges Gomes	A AUTONOMIA E GESTÃO ESCOLAR DENTRO DO CONTEXTO DE PARCERIAS: A EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL EM SALVADOR	Escolas – organização e administração; gestão participativa; educação em parceria; autonomia da escola.	Analisar a autonomia da gestão escolar de uma escola pública dentro do contexto de parceria estabelecida entre uma Fundação e a Secretaria municipal de Educação e cultura de Salvador.	Como se configurou a autonomia e gestão escolar dentro do contexto de parceria entre uma Fundação e a SMEC de Salvador tendo em vista a cooperação para a melhoria da qualidade do ensino público?	Fundação X (a pesquisadora omitiu o nome da Fundação parceira)
Dissertação – UFF Niterói/RJ	2007	Autor: Rubens Felipe Chemp Orientador: Dr. Ângela Carvalho de Siqueira	ESCOLA PÚBLICA E GESTÃO NEOLIBERAL: O PROCAD EM MINAS GERAIS	Estado; Reformas- década de 1990; Educação pública; Capacitação de diretores; Gestão.	Analisar a proposta de gestão dos Projetos PROCAD I (1998) e PROCAD II (2002) para a capacitação de diretores de escolas públicas estaduais de Minas Gerais.	Quais as concepções de gestão dos projetos de capacitação para dirigentes das escolas públicas de Minas Gerais? (hipótese: um modelo empresarial de administração gerencial.)	Projetos PROCAD I (1998) e PROCAD II (2002). Forma de intervenção: Formação de dirigentes: diretores.
Tese – USP São Paulo	2008	Autor: Silvana Aparecida de Souza Orientador: Dr. Vitor Henrique Paro	EDUCAÇÃO, TRABALHO VOLUNTÁRIO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA: “AMIGOS	Educação; Trabalho voluntário; Responsabilidade Social da Empresa; Amigos da Escola	Analisar a natureza da participação voluntária da comunidade que é estimulada pelo projeto “Amigos da Escola”.	Quais as intersecções entre educação, trabalho voluntário e Responsabilidade Social da Empresa (RSE), no momento histórico atual	Empresa Rede Globo – Projeto Amigos da Escola. Forma de intervenção: Trabalho voluntário na escola

			DA ESCOLA” E OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO			da sociedade capitalista, concernente ao que se convencionou chamar "acumulação flexível"?	
Dissertação - UFRGS Porto Alegre/RGS	2008	Autor: Juliana Selau Lumertz Orientador: Dra. Vera Maria Vidal Peroni	A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO DA ESCOLA	Parceria Público- privado; Terceiro Setor; Quase- mercado; Gestão Escolar; Autonomia.	Analisar a gestão da escola pública e a relação do público e do privado na educação por meio da parceria entre o Instituto Ayrton Senna (IAS) e a rede municipal de ensino de Sapiranga em uma escola do ensino fundamental durante os anos de 1997 a 2006.	Qual a influência da relação público-privado na gestão da escola pública a partir da parceria entre rede municipal de ensino de Sapiranga e o Instituto Ayrton Senna?	Instituto Ayrton Senna Forma de intervenção: Gestão escolar
Tese – UNICAMP CAMPINAS/SP	2009	Autor: Liliene Xavier Luz Orientadora: Dra. Nora Krawczyk	PARTICIPAÇÃO DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA	Estado; Políticas educacionais; Empresariado; Brasil; Argentina.	Analisar a participação do empresariado na educação básica, no Brasil e na Argentina, a partir das reformas administrativas dos anos de 1990, especificamente, nas estratégias e ações político-educacionais que se materializam por meio das organizações empresariais;	Os empresários são, no Brasil e na Argentina, atores de governos educacionais?	Brasil: UNIETHOS; CENPEC; ABRINQ; Argentina: FGS; CIPPEC; FYPF.
Dissertação - UFRGS Porto Alegre/RGS	2009	Autor: Daniela de Oliveira Pires Orientador: Dra. Vera Maria Vidal Peroni	A CONFIGURAÇÃO JURÍDICA E NORMATIVA DA RELAÇÃO PÚBLICO- PRIVADA NO BRASIL NA PROMOÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	Parceria público- privada; Terceiro setor; Configuração jurídica; controle social; Legislação Educativa.	Discutir os aspectos jurídicos e normativos da relação público-privada no Brasil, tendo como exemplo a parceria entre a rede Municipal de Ensino de Sapiranga e o Instituto Ayrton Senna (IAS).	Como os aspectos jurídicos da relação público-privada na parceria entre a Prefeitura Municipal de Sapiranga e o Instituto Ayrton Senna (IAS) influenciaram na legislação educacional no Município de Sapiranga?	Instituto Ayrton Senna Forma de intervenção: Mudanças na Legislação Educacional Municipal

Dissertação – UNESP Rio Claro/SP	2009	Autor: Alessandra Aparecida Cain Orientador: Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião	O ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DE PARCERIAS DE DOIS MUNICÍPIOS PAULISTAS E O SETOR PRIVADO NA AQUISIÇÃO DE ‘SISTEMA DE ENSINO’	Descentralização; municipalização; Parceria público-privada; Sistema de Ensino Apostilado.	Investigar e analisar a implantação e as consequências das parcerias público-privadas estabelecidas entre a administração pública municipal e o setor privado nos municípios de Ipeúna e Santa Gertrudes, no Estado de São Paulo, na aquisição de ‘sistema de ensino’, com adoção de um modelo pedagógico único, sob a forma de material didático apostilado.	Como se cofigurou a parceria público-privada através adoção do modelo pedagógico único, sob a forma de material didático apostilado?	Sistema Municipal de Ensino (SOME) Objetivo
Dissertação – UNESP Rio Claro/SP	2009	Autor: Lucilene Rossi Orientador: Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião	OFERTA EDUCACIONAL E PARCERIA COM O SETOR PRIVADO: UM PERFIL DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS COM ATÉ 10.000 HABITANTES	Municipalização do ensino; parceria; municípios paulistas.	Analisar a tendência na adoção de parceria entre as prefeituras municipais e empresas privadas para a compra de material apostilado nos municípios paulistas de até 10.000 habitantes para o atendimento exclusivo do ensino fundamental?	Qual é o perfil dos municípios e a tendências na adoção de parceria público-privada na compra de material apostilado nos municípios paulista de até 10.000 habitantes?	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS)
Dissertação – UFF Niterói/RJ	2009	Autor: Bárbara Cristina Felismino dos Santos Orientador: Dra. Lia Tiriba	PELAS MÃOS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS: RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL, EDUCAÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	Trabalho e educação; organizações não-governamentais; responsabilidade social empresarial.	Analisar as dimensões político-educativas de projetos de geração de trabalho e renda associados às ações de responsabilidade social empresarial desenvolvidos por organizações não-governamentais (ONGs).	Em que medida as ONGs se configuram em espaço de formação humana para a emancipação ou conformação da classe trabalhadora?	ONGs que oferecem atividades educativas para jovens e adultos.
Dissertação – UFU Uberlândia/MG	2009	Autor: Marília Guimarães Barbosa	AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NAS ESCOLAS	Público-privado; parceria; Estado; Educação.	Compreender a lógica do capital numa realidade macro, a partir da reforma	Qual é a relação entre a iniciativa privada e as escolas estaduais de	Programa de Governo Choque de Gestão. Forma de intervenção:

		Orientador: Dra. Marilúcia de Menezes Rodrigues	PÚBLICAS ESTADUAIS DE UBERLÂNDIA (1995-2008)		do Estado em 1995, do Choque de Gestão em Minas Gerais, e a relação existente entre as esferas público-privadas através das parcerias entre as escolas estaduais e as empresas privadas de Uberlândia-MG.	Ensino Fundamental do Município de Uberlândia/MG?	Gestão escolar
Dissertação – UFRN Natal/RN	2010	Autor: Eugênia Morais de Albuquerque Orientador: Dr. Antonio Lisboa Leitão do Souza	A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA <i>GESTÃO NOTA 10</i> NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MOSSORÓ/RN (2005-2009)	Política educacional; Gerencialismo; Programa Gestão Nota 10; Gestão democrática; Autonomia; participação.	Analisar as implicações ocorridas na gestão educacional das escolas municipais de Mossoró com a implementação do Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna, enquanto uma lógica neoliberal de modernização dos sistemas públicos de ensino.	Quais as mudanças ocorridas na gestão educacional a partir das parcerias formadas entre o município de Mossoró?RN e o Instituto Ayrton Senna para a oferta educacional?	Instituto Ayrton Senna – Programa Gestão Nota 10 Forma de intervenção: Gestão escolar
Dissertação – UFF Niterói/RJ	2010	Autor: Francisco José Mendes Duarte Orientador: Dr. João Bôsko Hora Góis	CONSTRUINDO O MOVIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O INSTITUTOETHOS	Instituto Ethos; Responsabilidade Social Empresarial; Desenvolvimento	Investigar as origens históricas e os aspetos ideológicos subjacentes ao discurso do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.	Que elementos políticos e ideológicos embasam o movimento da RSE?	Instituto Ethos Forma de intervenção: RSE
Dissertação – USP São Paulo	2010	Autor: Daniel Monteiro da Silva Orientador: Dra. Elie Ghanem	ONGS E ESCOLAS PÚBLICAS BÁSICAS: OS PONTOS DE VISTA DE DOCENTES E “EDUCADORES (AS) SOCIAIS”	Educação escolar; Educação não-formal; educador social; ONGs; Terceiro setor.	Analisar as relações entre as organizações não-governamentais (ONGs) e as escolas públicas básica, na cidade de São Paulo, através da ótica de profissionais de educação.	Qual é a contribuição mútua de ONGs e escolas públicas quanto à definição de programas educacionais?	ONG Comunitária Ação
Dissertação - UFPE Recife/PE	2011	Autor: Maria Ivania Almeida Gomes Porto Orientador: Dr. Jorge	INSTITUTO AYRTON SENNA: QUEBRA DE PARADIGMA NA	Reforma pública; Gestão educacional; Instituto Ayrton	Analisar a quebra do paradigma da gestão pública educacional,	Como se constituiu a implantação do modelo de gestão pública	Instituto Ayrton Senna Forma de intervenção: Gestão escolar

Mestrado Profissional em Gestão Pública Ciências Sociais		Zaverucha	GESTÃO PÚBLICA EDUCACIONAL DE CARUARU	Senna; Parceria.	através da parceria com o Instituto Ayrton Senna, implantando nas escolas um modelo eficiente de gestão semelhante às empresas privadas.	educacional implantada pelo Instituto Ayrton Senna?	
--	--	-----------	---------------------------------------	------------------	--	---	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da base de dados da CAPES. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>.

APÊNDICE 02

QUADRO DAS EMPRESAS PARCEIRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA

Empresa/Fundação (Natureza)	Ramo de atividade da Empresa	Agenda Educacional	Programa/Projeto	Responsabilidade dos implicados	Objetivos/Metas do Programa/Projeto	Diretrizes e/ou ações	Alcance (Público alvo)
<p>Serviço Social da Indústria –SESI (1946)</p> <p>Instituto Ayrton Senna (1994)</p> <p>(O SESI se constitui em uma organização criada e mantida pelo setor industrial, mas não é uma empresa privada)</p>	-	2001	<p>Programa Largada 2000</p> <p>http://www.ethos.org.br/Unif/ethos/Documentos/Praticas.pdf</p>	<p>Parceiros: Prefeitura Municipal contribuem com a participação de estudantes e educadores das escolas públicas, cedendo espaço adequado para o desenvolvimento das ações; O SESI e o IAS disponibilizam o conhecimento da pedagogia social que vem sendo empregada.</p>	<p>Estimular a construção de uma política de juventude no Brasil, formado por dois projetos: o de <i>Redimensionamento da Atenção Direta ao Adolescente</i> e o de <i>Produção e Disseminação de uma Pedagogia Social</i>.</p>	<p>Os professores e jovens alunos recebem curso de treinamento durante um período específico fundamentado nos três grandes eixos do programa: educação para valores, protagonismo juvenil e cultura da trabalhabilidade. A partir de então, os educadores trabalham os temas transversais com os jovens em sala de aula, motivando-os a participarem dentro de sua área de atuação. Além disso, os alunos também realizam atividades externas, como visitas a órgãos públicos, empresas, outras entidades e comunidades, vivenciando, assim, muito mais do que teriam oportunidade de conhecer na sala de aula. Programa também promove a descoberta de talentos através da realização de oficinas de teatro, danças, poesias e gincanas culturais.</p>	<p>Público: adolescentes e jovens entre 14 a 19 anos atendidos pelas escolas parceiras e as unidades do SESI.</p> <p>Até 2003 o programa apresentava resultados significativos em todo o Brasil, tanto para a formação dos jovens, quanto para a formação continuada dos educadores das escolas. Foram mais de 2.500 jovens tendidos pelo programa.</p>
<p>Arcelor Mittal Brasil</p> <p>Fundação Arcelor Mittal Brasil</p>	<p>Setor industrial (siderurgia)</p>	2001	<p>Prêmio ArcelorMittal de Meio</p>	<p>Parceiros: Prefeitura Municipal de Educação, Empresa e Fundação</p>	<p>Objetivo principal do programa é estimular os estudantes a</p>	<p>O programa é desenvolvido com a participação das escolas, que recebem material didático para ser</p>	<p>Público: Alunos de 1º a 9º ano.</p> <p>Participações 1992-2011</p>

<p>(A Fundação ArcelorMittal Brasil criada em 1988 desenvolve programas e projetos sociais nos municípios onde a ArcelorMittal Brasil está presente, beneficiando cerca de 500 mil pessoas por ano)</p> <p>http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br / (28.04.2012)</p>		<p>ornalgrandebahia.com.br/2008/08/meio-ambiente.html (28/04/2012)</p>	<p>Ambiente Início: 1992 (criado pela empresa), 2001 (Fundação passa a gerir)</p>	<p>Arcelor Mittal Brasil, Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente e escolas públicas.</p>	<p>desenvolverem uma visão mais ampla da questão ambiental</p>	<p>trabalhado em sala de aula. Ao longo do ano letivo, os alunos realizam atividades a partir do tema definido para a edição anual e incorporam à reflexão aspectos relacionados à cidadania e à ética. Realizado desde 1992, o Prêmio inclui concurso de desenho (para alunos do 1º ao 5º ano) e concurso de redação (para alunos do 6º ao 9º ano). São concedidos nas categorias Desenho, Redação e Projeto Escola – esta última criada para valorizar a atuação dos educadores e reconhecer os melhores projetos de responsabilidade socioambiental desenvolvidos coletivamente no âmbito das escolas.</p>	<p>Alunos participantes: 5.001.146 Municípios onde o projeto é realizado: ...Vespasiano (MG); Cariacica (ES); ...Rio das Pedras, (SP); Alcobaca, Caravelas, Feira de Santana, Prado, Teixeira de Freitas (BA) e São Francisco do Sul (SC)</p> <p>http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/index.asp?Menu=3&Grupo=15&SubGrupo=82 (28/4/2012)</p>
	2001	Programa Ver é Viver	Parceiros: ArcelorMittal Abeb, Prefeituras Municipais e Secretarias Municipais de Educação e Saúde, escolas, oftalmologistas e óticas dos municípios atendidos.	O programa Ver é Viver busca detectar e tratar problemas visuais em alunos de ensino fundamental.	Testes de acuidade visual são aplicados por educadores e profissionais de saúde capacitados e, em caso de necessidade, os estudantes são encaminhados a consultas médicas. O programa, que inclui a doação de óculos, influencia diretamente o rendimento escolar de crianças e adolescentes que poderiam ter a aprendizagem prejudicada por algum problema visual.	<p>Testes de acuidade visual são aplicados por educadores e profissionais de saúde capacitados e, em caso de necessidade, os estudantes são encaminhados a consultas médicas. O programa, que inclui a doação de óculos, influencia diretamente o rendimento escolar de crianças e adolescentes que poderiam ter a aprendizagem prejudicada por algum problema visual.</p> <p>http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/index.asp?Menu=3&Grupo=15&SubGrupo=72 (28/04/2012)</p>	<p>Público: alunos de ensino fundamental de escolas públicas.</p> <p>Números 2000-2011</p> <p>Alunos submetidos a teste de acuidade visual: 204.318</p> <p>Consultas médicas realizadas: aproximadamente 28.237</p> <p>Óculos concedidos: 11.923</p> <p>Municípios onde o programa é realizado: ...Vespasiano (MG), São Paulo (SP), Cariacica (ES), Mesquita (RJ), Feira de Santana (BA) e São Francisco do Sul (SC).</p>

		2007 Fonte: http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/arquivos/descritivos/peq_anexo_368.pdf	Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS)	Parceiros: Prefeitura Municipal de Educação, Empresa e Fundação Arcelor Mittal Brasil.	Estimular que adolescentes discutam e reflitam sobre temas relacionados à sexualidade e à saúde reprodutiva; Reduzir os casos de gravidez indesejada, maior responsabilidade em relação à sexualidade, aumento da procura pelos serviços de saúde.	O PEAS é aplicado por educadores capacitados que também se organizam em comitês multiplicadores do programa. Atividades como produção de programas de rádio, jornal, peças de teatro e formação de grupos de discussão, inspiram verdadeiras mudanças de comportamento e transformam os jovens em agentes promotores de ações preventivas da violência, do uso de drogas, de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez não planejada. Fonte: http://www.fundacaoarcelormittalbr.org.br/index.asp?Menu=3&Grupo=15&SubGrupo=69 (28/04/2012)	Educadores e alunos de 4ª a 8ª séries de escolas públicas Números: 2000-2011 Educadores capacitados: 2.140 Adolescentes envolvidos: 97.898 Municípios onde o programa é desenvolvido: Carbonita, Contagem, Vespasiano, Sabará, Itaúna, Martinho Campos, João Monlevade, Taquaraçu de Minas, Rio Piracicaba, Juiz de Fora, Santos Dumont (MG), Feira de Santana (BA), Vitória e Cariacica (ES)
Belgo Bekaert Nordeste Fundação Pitágoras (A Fundação Pitágoras é uma organização do terceiro setor, sem fins lucrativos, criada pelos acionistas do Grupo Pitágoras em abril de 1999) Fonte: http://www.fundacaopitagoras.com.br/Default.aspx?tabid=263	Setor industrial (siderurgia)	2005 http://folhadostado1.tempsite.ws/blog.asp?ano=2011&his=4&secao=8&p=106 .	Sistema de Gestão Integrado (SGI) http://www.fundacaopitagoras.com.br/Default.aspx?tabid=279	Fundação Pitágoras: Transferência de tecnologia e suporte pedagógico (SGI); Patrocinadores (empresa Belgo): Financiamento e sustentabilidade; SME (Secretaria Municipal de Educação): comprometimento e implementação.	Implantar um modelo de gestão que orquestra os esforços de todos os que trabalham ou estudam num sistema público de ensino, visando ao alto desempenho dos alunos.	O SGI é um modelo de gestão. A essência do SGI é implantar nas Secretarias de Educação um modelo de gestão que integre o trabalho do sistema de ensino para garantir que, do Secretário de Educação até o aluno individual, todos estejam na mesma página, falando a mesma língua. São realizadas Formação de Facilitadores pelos consultores da Fundação Pitágoras através das jornadas de campo; Agenda de Campo com visitas de acompanhamento dos consultores nas escolas e SME; Suporte remoto através de contatos à distância via telefone	Todos que trabalha na SME (secretaria Municipal De Educação), Escola, Classe, Aprendizagem (aluno). Números: até 2007: 36 educadores (entre professores, diretores e especialistas da SEDUC); 14 escolas. Números no Brasil: Até 2010: 415.740 alunos, 77 municípios (10 contratos e 30 pro-bono) http://www.fundacaopitagoras.com.br/Default.aspx?ta

						ou e-mail; Aplicação de Materiais Manualizados.	<u>bid=267</u> (28/04/2012)
<p>Empresa MWV Rigesa Instituto Supereco (1994): Nordeste e Sudeste.</p> <p>http://www.supereco.org.br/sitePage/23.av</p>	<p>Setor industrial (transformação)</p>	<p>2005</p> <p>http://www.rigesa.com.br/empresa/noticias_01.jsp?newsId=117</p>	<p>Programa Rigesa de Educação Ambiental</p>	<p>ONGs Instituto Supereco: Produção de material didático, suporte pedagógico e acompanhamento;</p> <p>Patrocinador: Empresa MWV Rigesa – financiamento;</p>	<p>Contribuir para a formação, capacitação e sensibilização de professores e alunos na inclusão da educação ambiental em diversas instituições de ensino do país.</p>	<p>Produção de material didático: Jornal Rigevida;</p> <p>Seminários de Formação de Educadores (gestores das escolas e professores) são realizados anualmente em cada região atendida;</p> <p>Concurso de Meio Ambiente;</p> <p>http://www.programarigesa.com.br/rigevida.asp</p>	<p>Educadores e alunos, do 5º ao 6º ano, das escolas das redes estadual, municipal e particular de ensino, das regiões em que a MWV Rigesa mantém operações: Pacajus (CE), Feira de Santana (BA), Valinhos (SP), Blumenau e Três Barras (SC).</p> <p>Alguns números: 4.500 professores treinados, desde 2001; 900 escolas envolvidas; 40 mil alunos recebem mensalmente o jornal Rigevida; 200 mil livros infantis distribuídos para as escolas e filhos de funcionários.</p> <p>http://www.rigesa.com.br/empresa/noticias_01.jsp?newsId=318 (28/04/2012)</p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados extraídos dos sites das Empresas, Fundações e Institutos.

ANEXO 01**LEI Nº. 2725/2006 - PROGRAMA PARCEIRO DA ESCOLA****Nº. DA LEI: 2725/06****PREFEITO:** José Ronaldo de Carvalho.**Assunto:** Educação**DATA DE PUBLICAÇÃO:** 1/12/2006**Presidente:** Antônio Alcione da S. Cedraz**Autor:** Roberto Luis da Silva Tourinho**EMENTA: CRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, O PROGRAMA PARCEIRO DA ESCOLA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA, Estado da Bahia, no uso das suas atribuições;

FAÇO saber que a Câmara Municipal, através do Projeto de Lei nº. 203/2006, de autoria do Edil Roberto Luis da Silva Tourinho, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Programa Parceiro da Escola, a ser implantado no Município de Feira de Santana.

Artigo 2º - O Programa Parceiro da Escola consiste na participação da iniciativa privada na aquisição de uniformes, equipamentos, materiais, móveis escolares e na reforma e/ou ampliações das escolas da rede municipal de ensino.

Artigo 3º - As empresas participantes do Programa Parceiro da Escola podem, explorar, com exclusividade, sua publicidade nos equipamentos, materiais e uniformes doados, bem como através de outdoors nas escolas.

Parágrafo Único - Fica expressamente proibido que as empresas participantes do Programa Parceiro da Escola utilizem em suas publicidades quaisquer referências que façam apologia ao tabagismo, ao álcool e jogos de azar.

Artigo 4º - A fiscalização da correta aplicação dos recursos destinados às finalidades descritas no art. 2º, desta Lei, fica ao encargo do Conselho Municipal de Educação ou da escola beneficiada.

Artigo 5º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de novembro de 2006.

JOSÉ RONALDO DE CARVALHO
Prefeito Municipal

GERALDO DE OLIVEIRA SAMPAIO FILHO
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANA RITA DE ALMEIDA NEVES
Sec. Municipal de Educação